

T=13A

JOSÉ PLÍNIO GUIMARÃES FACHEL

**AS VIOLÊNCIAS CONTRA OS ALEMÃES E SEUS
DESCENDENTES, DURANTE A SEGUNDA GUERRA
MUNDIAL, EM PELOTAS E SÃO LOURENÇO DO SUL**

Tese apresentada como requisito parcial e
último à obtenção do grau de Doutor. Progra-
ma de Pós-Graduação em História, área de
concentração em História do Brasil. Facul-
dade de Filosofia e Ciências Humanas, Ponti-
fícia Universidade Católica do Rio Grande do
Sul.

Orientador: Prof. Dr. René Ernaini Gertz.

Classe:	TESE
Registro:	13-A
Data:	19/11/2003
Doação:	PROF. DR. JOSÉ PLÍNIO GUIMARÃES FACHEL

Porto Alegre, fevereiro de 2002

AGRADECIMENTOS

Ao Departamento de História e Antropologia da Universidade Federal de Pelotas, pela liberação parcial de minhas atividades docentes.

Ao PICDT-CAPES, pela bolsa, imprescindível para o desenvolvimento da pesquisa.

Ao PPG em História da PUCRS, em especial ao meu orientador René Gertz, que sempre respeitou a minha autonomia e perspectivas metodológicas diferentes. Sua orientação firme, segura e muito pacienciosa, é responsável pelos elementos positivos desta tese.

A grandeza intelectual dos professores Arno Kern, Sandra Brancato, Núncia Constantino e Margaret Bakos, que permitiram o livre debate acadêmico em suas aulas.

A secretária Carla que resolveu os entraves burocráticos.

Aos entrevistados que, com suas informações, elucidaram a História.

A minha colega Mara Lúcia Costa que, atenciosamente, digitou este trabalho.

Aos funcionários das bibliotecas, centros de documentação e museus, onde pesquisei, especialmente ao pastor Wilfried Hasenack, que muito me ensinou.

Aos meus pais, irmãos e filhas que, junto com a Marli, deram o suporte afetivo.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	vi
RESUMO.....	vii
ABSTRACT.....	viii
 INTRODUÇÃO.....	 1
 1 ANALISANDO A CONJUNTURA.....	 7
1. 1 Elementos explicativos.....	7
1. 2 Antecedentes históricos e as práticas ditatoriais do Governo Vargas.....	14
1. 3 As disputas comerciais dos EUA e da Alemanha sobre o Brasil.....	19
1. 4 Os interesses econômicos e políticos norte-americanos articulados nas ações policiais.....	25
1. 5 O "namoro" do Estado Novo com a Alemanha.....	28
1. 6 Efeitos da disputa sobre o Governo Vargas e análise bibliográfica.....	35
1. 7 Análise da tese da Autonomia na Dependência.....	43
1. 8 A contribuição de Francisco Lui Corsi destacando a flexibilidade do projeto nacionalista ao capital externo.....	48
1. 9 A subordinação do Estado Novo aos EUA.....	53
1.10 As peculiaridades do Rio Grande do Sul no processo.....	54
1.11 A importância comercial dos teuto-brasileiros aprofundou conflitos.....	65
 2 A POLÍCIA, ORGANIZAÇÃO E AÇÃO.....	 77
2. 1 O controle e a coerção policial.....	77
2. 2 A influência nazista.....	87
2. 3 As arbitrariedades.....	90
2. 4 A revista <i>Vida Policial</i> como elemento de propaganda e legitimação da violência.....	95
2. 5 Perseguição aos de origem germânica, subordinação aos EUA.....	100

2. 6	A polícia ampliava a eficiência da Educação Cívica.....	105
2. 7	A generalização da violência e o estímulo à detenção.....	108
2. 8	A institucionalização da tortura.....	113
2. 9	A seletividade social na repressão.....	117
2.10	As práticas de tortura sob influência norte-americana.....	123
2.11	Na Alemanha, judeus com estrelas e testemunhas de Jeová com triângulos roxos; no Brasil, alemães com braçadeiras pretas. A sofisticação da violência.....	129
3	A VIOLÊNCIA AOS ALEMÃES E DESCENDENTES NAS RELIGIÕES E NA EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL.....	134
3.1	Antecedentes históricos da discriminação religiosa e educacional.....	134
3.2	Os modelos ideológicos e educacionais.....	139
3.3	As cisões entre os Luteranos e a homogeneidade forçada pelo Nacionalismo do Estado Novo.....	149
3.4	O Estado exagera o perigo nazista para legitimar a repressão.....	156
3.5	As agressões aos Luteranos e as estratégias de resistência.....	164
3.6	A destruição cultural e a usurpação de terras e escolas.....	168
3.7	A exaltação do catolicismo e a censura específica ao Luteranismo.....	172
4	A VIOLÊNCIA AOS DESCENDENTES DE ALEMÃES DURANTE A II GUERRA MUNDIAL EM PELOTAS E SÃO LOURENÇO DO SUL.....	177
4.1	Problemas da imigração e colonização alemã numa terra..... de conflitos	177
4.2	As hostilidades contra os alemães em 1942.....	185
4.3	Interesses econômicos e políticos dos grupos luso-brasileiros, ingleses e norte-americanos na perseguição aos colonos alemães.....	193
4.4	O vandalismo e a iconoclastia moderna sob a máscara do patriotismo.....	202
4.5	A exceção e influências políticas do episódio.....	220
4.6	O totalitarismo fascista do Estado Novo posto em prática em Pelotas.....	223
	CONCLUSÃO.....	230
	BIBLIOGRAFIA.....	238

LISTA DE ABREVIATURAS

CP – Correio do Povo

MPC “UFL” – Museu da Polícia Civil do Rio Grande do Sul “José Faibes Lubianca”

FBI – Federal Bureau of Investigation

BSC – British Security Coordination

SR – Sinodo Riograndense (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil)

DOPS – Delegacia Especial de Ordem Política e Social

SSE – Seção de Serviços Especiais

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

RESUMO

A pesquisa analisa as relações externas e a estrutura do Estado Novo, revisando parte da bibliografia e salientando a violência étnica que os alemães e seus descendentes sofreram no Rio Grande do Sul durante a Segunda Guerra Mundial. A influência política, policial, militar e econômica norte-americana, bem como os interesses dos luso-brasileiros são discutidos neste estudo. A região meridional do Estado – em que se localiza o município de Pelotas e arredores – foi o foco geográfico da pesquisa, que demonstra as relações da história local com a ditadura de Vargas e com as influências externas. A discriminação religiosa promovida contra os luteranos, a usurpação de seu patrimônio escolar e herança cultural e a violência policial também foram objeto de estudo desta tese.

ABSTRACT

This research analyses the external relations and the structure of the *Estado Novo* (a period of dictatorship in the Brazilian history, under the government of Getúlio Vargas – 1937-1945), checking part of the bibliography and pointing out the ethnic violence undergone by the people of German origin and their descendants living in the State of Rio Grande do Sul, during the Second World War. The North American economic, military, political and police influence as well as the Portuguese-Brazilian interest are also discussed. The southern region of the State – the municipality of Pelotas and its environment – was the geographic focus of the research, which shows the relation of the local history to the Vargas' dictatorship and to the external influences. The religious discrimination towards the Lutherans, the usurpation of their school patrimony and cultural heritage, and the police violence were also the aim of the study of this thesis.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve origem quando buscamos explicações para a denominação "Igreja queimada" dada pelos pelotenses à principal igreja luterana na região. As explicações de seu incêndio indicam a reconstrução de um conflito cultural e econômico no sul do Brasil, diretamente ligado à Segunda Guerra Mundial. O incêndio não foi acidental, mas promovido por parte da população de Pelotas, quando o Brasil declarou guerra à Alemanha, em agosto de 1942. A igreja luterana de Cerrito também foi queimada na mesma ocasião. Logo nos perguntamos: o que mais fizeram contra os teuto-brasileiros e suas propriedades? Como o Estado Novo de Vargas e seus agentes policiais interagiram com essas violências? Será que os prejuízos ao capital teuto-brasileiro favoreceram outros setores sócio-econômicos?

Esta tese busca responder a essas questões. Para tanto, parte da análise da conjuntura internacional e nacional, a fim de compreender e analisar as violências cometidas contra os imigrantes alemães e seus descendentes na região meridional do Rio Grande do Sul. Apesar de terem ocorrido atos semelhantes em outras regiões, como em São Leopoldo, Santa Cruz do Sul e em Porto Alegre,

optamos por analisar uma zona que estivesse longe do centro administrativo do Estado e onde os luso-brasileiros formassem a maioria da população.

A colonização alemã no interior do então município de Pelotas confrontou-se geograficamente com os latifúndios dos luso-brasileiros destinados à pecuária e à rizicultura. Enquanto isso, na zona urbana os interesses comerciais foram disputados por diversas etnias.

Um dos objetivos desta pesquisa é demonstrar que o chamado "quebra-quebra" de agosto de 1942, mais do que um ato isolado de vandalismo, foi um dos momentos de explicitação e ampliação da hegemonia dos lusos-brasileiros, com significativos reflexos econômicos e culturais.¹

Naquele momento, o Estado Novo através dos discursos de Getúlio Vargas, do DIP com seus filmes, cartazes, programas de rádio e livros, evocava o nacionalismo, a brasilidade.

A nação precisava ser pasteurizada numa forma unívoca. Não havia mais espaços para as diferenças étnicas.

"O nacionalismo foi apresentado como força aglutinadora de interesses, elemento fundamental para a política de dominação e legitimação do Estado. Seu apelo sentimental em torno do qual a sociedade se agrupa, no sentido de

¹ O conceito de hegemonia corresponde ao do pensamento de Gramsci, "onde a luta puramente econômica de um grupo se eleva a um plano 'universal', criando assim o domínio de um grupo social fundamental sobre a série de grupos subordinados" (...) promovendo o consentimento ativo e o aparelho de coerção. (GRAMSCI, Antônio: **Obras Escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978, p. 30).

construir um corpo uno, reflete a imagem de constituição orgânica. Através do nacionalismo é definido o papel social do indivíduo (orgânico), e o exercício de poder do discurso tenta apagar qualquer vestígio de divisão social, de luta de classes, ou, para ir mais longe, tenta apagar o espaço público, na medida em que nega a esfera do político".²

Mais do que a construção de um imaginário, através da ideologia, foi executada uma prática coercitiva, na pretensão de homogeneizar a nação brasileira. Os colonos são exorcizados e transformados em brasileiros.

Na construção desta unidade nacional:

"Tudo se passa como se o corpo devesse fechar-se novamente sobre si mesmo, subtraindo-se de fora, exorcizando a ameaça de um arrombamento que a intrusão de elementos estranhos os faz pesar sobre eles".³

O conservadorismo romântico nega o conflito e na construção do consenso harmonioso esconde a violência. A hegemonia é construída aparentemente sob o signo do amor e da cordialidade, mantendo-se as cartas da força física, escondidas no punho e prontas para serem utilizadas como último recurso no momento oportuno.⁴

² CANCELLI, Elizabeth. *O mundo de violência: a polícia da Era Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993. p. 13.

³ LEFORT, Claude. *A Invenção democrática: os limites do totalitarismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 113.

⁴ ROMANO, Roberto. *Conservadorismo romântico: as origens do Totalitarismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 57.

A cristalização dos conflitos entre o pan-americanismo e o pan-germanismo, com suas implicações econômicas e culturais, não aconteceram apenas nos campos de batalha da Europa, África e Ásia, mas também é exemplificada pela análise e descrição do "quebra-quebra" de 1942 e suas consequências.

A imigração alemã para a região esteve diretamente relacionada ao processo histórico europeu do século XIX. As articulações dos colonos e seus descendentes com a pátria-mãe persistiram significativas até a Segunda Guerra Mundial. O estudo das relações econômicas, sociais e políticas dos colonos com a Alemanha e sua ruptura após 1942 é um dos focos essenciais desta pesquisa.

Este trabalho foi desenvolvido dentro da concepção de que não pode ser feita uma dicotomia entre a história local e a geral. A violência contra os alemães na região de Pelotas em 1942 só pode ser compreendida dentro de relações sistêmicas mais amplas. Desta forma, rompeu-se com a limitação geográfica. Entendemos que o episódio contém elementos explicativos da realidade mais ampla, especialmente da natureza do Estado Novo.

A documentação oficial, jornalística, bibliográfica e os relatos orais foram essenciais para a compreensão e construção da temática. A memória política e cultural do episódio foi resgatada através da História Oral, com depoimentos das vítimas e seus descendentes, de participantes do "quebra-quebra" e de pessoas mais jovens. Através dos mais jovens conhece-se o efeito das violências no presente. São as marcas do passado no presente que nos permitem construir a

História e explicitar os conceitos e pré-conceitos atuais. É o presente que coloca as questões para o estudo do passado.⁵

*

A Segunda Guerra Mundial foi um conjunto de confrontos entre nações imperialistas, onde os conflitos de classes sociais internos foram sublimados pelas lutas étnico-culturais.

O primeiro capítulo analisa a conjuntura histórica em nível mundial, nacional e regional. Contextualiza e relaciona as violências de agosto de 1942, em Pelotas, com a Segunda Guerra Mundial. Destaca criticamente a bibliografia dedicada à política externa do Governo Vargas.

A segunda parte do trabalho caracteriza a política e a estrutura policial do Estado Novo, suas relações internas e externas, destacando documentos sobre a tortura. Seu objetivo é explicitar a máquina repressora do governo, sua vinculação com as polícias alemã e norte-americana. Demonstra que, junto com a ideologia fascista, as práticas policiais asseguravam e ampliavam a ditadura. Nesse sentido, há uma revisão da perspectiva historiográfica que sintetiza o Brasil da época como um "Estado de Compromisso", resultado da ausência da hegemonia de determinada classe.

As violências religiosas e educacionais, estudadas no terceiro capítulo, favorecem a compreensão dos acontecimentos detalhados no foco do trabalho, pois

⁵ CHESNAUX, Jean. *Hacemos tabla rasa del pasado – A propósito de la Historia y de los historiadores*. México: Siglo XXI, 1981, p. 24.

demonstram documentalmente um processo sistemático de perseguição aos luteranos.

A documentação fotográfica, os depoimentos, as notícias jornalísticas e a produção historiográfica, sobre o episódio em Pelotas, foram criticamente analisados na quarta parte.

1 ANALISANDO A CONJUNTURA

1.1 Elementos explicativos

A compreensão das violências religiosas, econômicas e físicas que os alemães e seus descendentes sofreram em Pelotas durante a Segunda Guerra Mundial é viabilizada através da análise do contexto histórico. As relações e os significados das "Igrejas Queimadas", do assassinato de Pedro Munsberg, da destruição e estagnação de parte fundamental do capital dos colonos alemães, da suspensão da evangelização luterana durante longo período e dos preconceitos construídos contra os alemães (fatos analisados no quarto capítulo) com o regional, o nacional e o internacional, constituem nosso foco de estudo.

Uma análise apressada poderia conceber estas violências apenas como reflexos da Segunda Guerra, quando o Brasil, junto com os "aliados", luta contra o "eixo nazi-fascista", mas foram batalhas culturais, econômicas e militares, que tornam pertinente o sobrenome mundial àquela guerra. Isso não significa que, a exemplo da Europa, Ásia e África, tenham ocorrido batalhas militares espetaculares, ou que os nazistas tivessem efetivamente articulado a propalada "quinta coluna", mas que outras formas de disputas expandiram a guerra.

Assim como a guerra não encontrou limites geográficos, a análise histórica também não pode ser compartimentada. A emigração dos alemães nos séculos XIX e XX para o Rio Grande do Sul é simultaneamente a formação histórica da Europa, da América, do Brasil e do Rio Grande do Sul. A interação dos elementos mais gerais como as ideologias fascistas, os interesses capitalistas, a produção, os sonhos e o consumo dos trabalhadores urbanos e rurais formam sistemas. Nesse sentido não se pode partir da concepção maniqueísta de que os bons, os democratas liberais, travaram uma guerra santa contra os maus, os nazi-fascistas. O desenrolar da guerra demonstrou grande metamorfose entre os blocos rivais, desde o pacto de não agressão entre Stalin e Hitler (BURKE: 324; **Questions on German History**: 321-343; CHIARETTI: 14-18), a pseudo-neutralidade norte-americana e brasileira na fase inicial até a aliança da URSS e EUA, a derrota nazista e a divisão da Europa com o início da Guerra Fria (MALAN: 53-57).

A Guerra Civil Espanhola pode ser considerada como a preliminar do conflito principal, ou a primeira batalha da Segunda Grande Guerra, onde os republicanos disputaram o poder com os fascistas de Franco, o qual foi instalado no poder com a unção da aviação nazista (CHIARETTI: 15) e mantido após o conflito com o apoio das forças armadas norte-americanas. Os casos de Salazar e Hiroito reforçam a tese de que a luta não foi essencialmente entre liberais-democratas e fascistas. Entre os aliados é difícil encontrar um país que pudesse ser rotulado de liberal-democrático. As atrocidades do stalinismo soviético; o racismo legalizado, a perseguição aos socialistas, anarquistas e comunistas, a encampação imperialista de vastos territórios e a destruição cultural de seus povos prejudicam a "democracia" norte-americana (não cabe aqui analisar o polémico sistema eleitoral), e a Inglaterra

monarquista e colonialista, com o legislativo superior e um judiciário mofados pela estrutura feudal constituem fatos nada democráticos, na concepção moderna. Teríamos a França, mas qual delas? A derrotada ou a colaboracionista? O Brasil do Estado Novo foi o paradigma do regime ditatorial.

Ainda que em muitos métodos ou práticas as partes beligerantes se assemelham, como na perseguição e violência aos inimigos políticos e/ou grupos étnicos, nas técnicas de tortura, no genocídio (se Guernica representa a imagem inicial, Hiroshima simboliza o aterrorizante epílogo), nada mais semelhante que a expiação e a tonsura das mulheres judias nos campos de concentração nazistas e das francesas declaradas colaboracionistas pelos aliados (por ocasião da derrota alemã na França), possuíam diferenças fundamentais. A evolução da URSS, dos EUA, da Inglaterra e mesmo do Brasil, demonstra que, apesar de persistentes violações dos direitos humanos, declarados no pós-guerra, em 1948, as sociedades destes países conquistaram espaços em favor dos princípios liberais-democráticos no final do século XX.

Contudo, durante a guerra, afora diferenças quantitativas, as práticas político-militares não permitem dividir os blocos, através de juízos de valor, como tradicionalmente ocorre na bibliografia.

Descartada a concepção de uma Cruzada Santa, reeditada na Idade Contemporânea, é preciso estudar outros elementos explicativos do renascer da barbárie. Para as atrocidades nazistas existem várias receitas que tentam compreendê-las. Desde as simplificações que apenas individualizam as responsabilidades em alguns líderes nazistas, o Tribunal de Nürenberg teve essa

lógica, ou análises que concentram o problema em Hitler, na sua personalidade doentia e carismática, associada a uma nação humilhada na Primeira Guerra Mundial. Esses elementos são verdadeiros, mas insuficientes, mesmo que se ampliasse a explicação para a Itália de Mussolini, Espanha de Franco, Portugal de Salazar e o Japão de Hiroito. É preciso relativizar a relevância da ideologia fascista no mundo contemporâneo. Não foi a causa única e essencial da Segunda Guerra, mas também não pode ser, ao final do conflito resumido a uma bela imagem poética, sem resguardo na realidade, como fez Hobsbawm:

"Assim, o fascismo dissolveu-se como um torrão de terra lançado num rio, e praticamente desapareceu do cenário político de vez [...]" (1997: 175).

Adicionar aos fatores anteriores os interesses imperialistas dos países capitalistas que se organizaram tardiamente, tanto industrialmente como politicamente, na busca de mercados, de que precisavam renovar o orgulho nacional esmagado na Primeira Guerra, permite ampliar a compreensão, mas poucas respostas nos fornecem para elucidar as barbáries dos aliados.

A Revolução de 1917 ajuda a compreender o desfecho da Primeira Guerra e a persistência da Segunda, enquanto as tropas nazi-fascistas eliminavam o perigo revolucionário (anarquista, socialista ou comunista) na Alemanha, Itália, França, Espanha e outros países europeus, Inglaterra e EUA contemporizavam, mesmo quando a luta começou a se desenvolver na Europa Oriental, especialmente sobre a URSS, a contemporização persistiu. O desembarque norte-americano na Europa ocorreu quando as tropas nazistas e soviéticas já estavam debilitadas pela

guerra. Foram dois combates simultâneos, defensores do projeto capitalista contra as propostas socialistas (aqui entendidas no seu sentido mais amplo) e o confronto entre as burguesias nacionais, que renovava os confrontos imperialistas.

Não é só na Europa que a crise econômica, social e política foi importante ingrediente para o conflito. A crise de 1929 demonstrou que a expansão econômica norte-americana necessitava de nossos mercados, que foram conquistados na Guerra. Mesmo que a economia mundial tenha assumido algumas características multinacionais após 1945, não há como negar que o capital norte-americano tenha sido privilegiado ao final do conflito (ABREU: 47; MALAN: 58-60).

As disputas econômico-políticas que estiveram disfarçadas no século XIX, sob o manto do pan-americanismo e pan-germanismo, e outros projetos imperialistas, afloraram nas guerras mundiais.



De acordo com o texto
FIGURA 1 – MAPA DA AMÉRICA DO SUL EM 1950,
 CONFORME A PERSPECTIVA EXPANSIONISTA ALEMÃ.
 FONTE: PY, 1942: 13.

Conforme Aurélio Py, Chefe de Polícia, Tannenbergr afirmou que a Alemanha tomaria

"sob sua a sua proteção as Repúblicas da Argentina, do Chile, do Uruguai e do Paraguai, o terço meridional da Bolívia, na parte integrante da bacia do Rio de la Plata, e a zona meridional do Brasil onde a cultura alemã domina.

A América meridional alemã, conclui Tannenbergr, dar-nos-á, na zona temperada, um terreno de colonização onde os nossos emigrantes poderão fixar-se como agricultores. O Chile e a Argentina conservarão a sua língua e a sua autonomia. Mas exigiremos que, nas escolas, o alemão seja considerado como a segunda língua. O Sul do Brasil, o Paraguai e o Uruguai são regiões de cultura alemã; ali o alemão será a língua nacional.

Sobretudo a partir de 1900, os alemães foram intensamente trabalhados pelas sociedades pangermanis-

tas. Deu-se preferente atenção a países que, como a Argentina e o Brasil, especialmente, estavam destinados a ser os principais protetores alemães da América do Sul". (PY, 1942: 14)

Essa disputa não só ideológica, mas também mercadológica, elucidou melhor as violências contra os alemães e seus descendentes no Rio Grande do Sul. A confusão feita entre a identidade cultural alemã com o nazismo, explicada em muitas intersecções reais, promovida pelo governo norte-americano e brasileiro, após 1942, fortaleceu a inversão do fluxo industrial, comercial e cultural.

As colônias alemãs foram na fase inicial, meados do século XIX, produto e sujeitos fundamentais da formação histórica mais geral (a rigor a denominação de colônias alemãs é uma impropriedade, porque esta colonização antecede à formação política da Alemanha). Serviram de válvula de escape para as tensões sociais na Europa, que assim expulsava seus excedentes populacionais e de pequenos capitais.

No sul do Brasil serviram para valorizar as terras não ocupadas pela pecuária, produzir alimentos para o mercado interno brasileiro e contrabalançar o poder político da elite latifundiária frente ao governo central. Essas funções nem sempre foram cumpridas de forma ordeira e pacífica. Conflitos como o dos Mucker e da colônia de São Lourenço do Sul, onde a hierarquia colonial foi perturbada, ou tensões políticas, econômicas e religiosas com os luso-brasileiros, demonstram que as colônias tiveram uma dinâmica histórica original.

1.2 Antecedentes históricos e as práticas ditatoriais do Governo Vargas

Os litígios e os preconceitos contra os teuto-brasileiros foram evidenciados durante a Primeira Guerra Mundial, quando ainda não havia a justificativa de combate à "Quinta Coluna" ou ao nazismo. A destruição de estabelecimentos comerciais da etnia alemã e preconceitos raciais ocorreram em Porto Alegre e na zona sul do Estado, demonstrando que as violências que serão estudadas não foram uma novidade ou problemas limitados à região de Pelotas ou à conjuntura da Segunda Guerra.

A consciência de que a perseguição aos teuto-brasileiros não surgiu em 1942, de que é um problema muito anterior (os argumentos policiais para prender os pastores luteranos reproduziam a lógica da Contra-Reforma), não desobriga a História de explicar sua explosão naquele momento. Estabelecendo um paralelo com a Alemanha Nazista, ainda que a perseguição aos judeus tenha sido constante na Europa, especialmente nos países onde a Contra-Reforma atuou, promovendo migrações da região meridional para a setentrional, o anti-semitismo nazista teve características específicas.

E por coincidência foi sob um governo ditatorial, de nacionalismo exacerbado, guerra comercial, informações e propagandas manipuladas nos "meios de comunicação de massa", que ocorreu a Noite dos Cristais (9-10/11/1938), quando as lojas dos judeus foram destruídas, seus templos incendiados e confinados em guetos e em prisões na Alemanha. Os dias dos "cristais", para os teuto-brasileiros, ocorreram em agosto de 1942, quando suas lojas foram saqueadas e destruídas em várias cidades brasileiras. Pelotas e Porto Alegre são dois exemplos. Algumas

igrejas queimadas, as duas que existiam em Pelotas (paradoxalmente de religiões distintas), e segregados nas colônias, de onde não podiam sair sem expressa licença policial.

As semelhanças e as alianças entre o fascismo de Vargas com o nazismo não permitem maiores generalizações. A quantidade de judeus confinados e assassinados pelo nazismo, foi muito maior do que as vítimas do Estado Novo. Contudo, algum dos elementos citados no cenário alemão também estavam presentes no Brasil.

A complexidade da Segunda Guerra exige cautela para evitar sofismas. O quadro lógico que determina coerência absoluta entre os fatores econômicos e/ou políticos não resiste ao teste da realidade concreta dos fatos. A dinâmica do conflito demonstrou alianças aparentemente paradoxais no plano internacional, como a já citada, entre a Alemanha nazista e URSS, na fase inicial, ou entre os EUA e a URSS, após 1942, assim como o acordo de paz dessa com o Japão até 1945.

Exemplo desta perspectiva da análise equivocada está na afirmação:

"Tudo indica que o fato de o clima político brasileiro não ser favorável a experiências mais à esquerda e de os republicanos e socialistas moderados terem sido os únicos a sobreviver às adversidades sofridas pelo antifascismo no Brasil nos anos 30, deu ao novo antifascismo do pós-1942, um caráter rigidamente moderado" (BERTONHA, 1999: 125).

Esta preciosa análise da dinâmica interna dos grupos antifascistas no Brasil dissecou a árvore, mas não revelou a floresta, isto é, a lógica do autor não

permite perceber e explicar a violência da polícia brasileira contra os fascistas, nem a luta da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália.

As observações contidas no relatório do Consulado Britânico de São Paulo, de 18/1/1941, concluíam:

"a menos que as autoridades, centrais e locais, mudem sua atitude em relação ao antifascismo, elas podem se revelar um formidável obstáculo para sua ressurreição. Embora essas autoridades não aparentem ser hoje tão pró-fascistas como aparentavam ser no passado, elas ainda continuam opostas a qualquer propaganda antifascista, que necessariamente seria pró-democracia e contra as ditaduras e portanto oposta, em linhas gerais, à forma brasileira de governo" (BERTONHA: 133).

As idéias acima repetem o sofisma, possuem coerência interna, mas não ocorreu o previsto.

Sob pressão econômica e militar dos Estados Unidos, precisando de financiamento para a construção da Siderúrgica de Volta Redonda, da manutenção das exportações para os aliados e nas eminência de sofrer uma ocupação no nordeste brasileiro, Vargas foi coagido a se definir. Ao lado da cedência de bases no Rio Grande do Norte e da posterior subordinação da FEB aos norte-americanos, o governo brasileiro, num aparente absurdo, decretou violenta repressão aos nazi-fascistas ligados aos governos do eixo.

Numa demonstração de sua nova fé, e para mostrar que a posição brasileira era firme e inequívoca, a polícia do Estado Novo passou a perseguir todas as manifestações culturais dos alemães, italianos e japoneses ou de seus

descendentes. Especialmente os alemães e os japoneses foram estigmatizados nos seus aspectos físicos, independente do seu posicionamento político.

Enquanto nos EUA a estratégia foi de cooptação (apesar de conflitos localizados), sendo permitida a publicação de jornais na língua alemã e italiana, no Brasil o confronto excedeu o caráter antifascista para assumir características racistas.

A persistência de alguns descendentes de alemães em altos cargos, como Filinto Müller e Gaston Engtert, foi usada como argumento para acobertar as perseguições. Após 1942, Filinto Müller perdeu seu posto e ficou subordinado à ação dos agentes norte-americanos.

"A crise final veio em julho quando Filinto, resistindo a instruções do ministro da Justiça interino, Leitão da Cunha, tentou impedir a realização de um desfile de estudantes brasileiros na data do aniversário nacional norte-americano. Leitão da Cunha colocou Filinto sob prisão domiciliar por dois dias e permitiu o desfile. A disputa logo envolveu outros membros do governo e Vargas, em fins do mês, para resolver a crise política, aceitou as demissões de Filinto Müller — que foi imediatamente convidado pelo general Dutra a servir em seu *staff* —, do ministro da Justiça Francisco Campos, de Lourival Fontes, chefe do DIP, e de Leitão da Cunha" (HILTON, 1983: 344).

Nesta citação de Hilton fica evidente a influência norte-americana sobre a ação policial brasileira. Mais adiante, o mesmo autor indica as razões para a perseguição policial aos alemães e seus descendentes.

"No Rio de Janeiro, o novo chefe de polícia disse ao embaixador Caffery, no início de setembro, que desde a entrada do Brasil na guerra ele ordenara a prisão de 'aproximadamente mil cidadãos do Eixo' no Distrito Federal,

a grande maioria dos quais eram alemães. Muitas dessas prisões, confessou, foram feitas apenas para 'estimular a xenofobia popular' " (HILTON, 1983: 379).

É inaceitável a conclusão de que a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial foi um fato geopolítico e não político (BERTONHA: 134), porque a realidade exposta não deve ser fragmentada dessa forma. Seria estreitar muito o conceito de política.

As explicações de Bertonha, construídas a partir de análises feitas por antifascistas, sobre a eficiência dos discursos de Mussolini nos colonos italianos no Brasil também são úteis para a compreensão da expansão do nazismo nos colonos alemães. A questão do orgulho nacional é considerado o fator-chave de sedução dos imigrantes.

"Tratava-se de uma psicose de orgulho nacional, patriótico. Mussolini os havia libertado de um complexo de inferioridade. Se tirara toda e qualquer dignidade individual aos cidadãos do Reino, aos italianos do exterior ele a restituía" (MARIANI, 1947, *in*: BERTONHA: 137).

"As populações italianas emigradas, que nunca tinham sonhado com grandezas, começaram a ouvir falar, vaga e confusamente, a princípio, de um novo império (...)" (TAGLIAFERI, *in*: BERTONHA: 137).

Os colonos ou seus descendentes, que estiveram marginalizados na sociedade e na política brasileiras, encontraram nos discursos nazi-fascistas razões para valorizar suas etnias.

1.3 As disputas comerciais dos EUA e da Alemanha sobre o Brasil

Acrescido a esse aspecto sentimental, encontram-se os interesses comerciais. Para o Brasil foi mais interessante comerciar com a Alemanha do que com os EUA, na década de 1930. As casas comerciais com origem alemã no Brasil tinham maior facilidade de importar e exportar, devido aos contatos na Europa, no meio colonial e nas grandes cidades do Brasil meridional.

Roberto Gambini, no estudo denominado **O Duplo Jogo de Vargas**, assinalou:

"Na década de 30 o comércio exterior na América Latina apresenta todas as armas de uma verdadeira guerra comercial, incluindo desde a imposição de tarifas e quotas de importação até subsídios para a exportação, depreciação da moeda e *dumping*. A Alemanha introduziu uma moeda especial (marcos compensação) que ameaçava os princípios do comércio multilateral, no qual os países operam com moedas conversíveis e não são obrigados a comprar onde vendem. A partir da introdução de trocas exclusivamente bilaterais pela Alemanha, seu comércio com a América Latina passou a apresentar rápidas taxas de crescimento.

A rapidez, e eficiência e o caráter monopolista que caracterizavam a penetração alemã no mercado latino-americano são logo percebidos pelos Estados Unidos como uma séria ameaça para a viabilidade de seus projetos no continente" (1977: 37-38).

Não seria estratégico, do ponto de vista comercial, estabelecer confrontos militares na América Latina, porque isto poderia gerar reações nacionalistas. Para compensar os avanços comerciais da Alemanha, a estratégia norte-americana foi a Política de Boa Vizinhança, o Pan-americanismo e a ampliação da dependência

financeira latino-americana. Ainda que esses três elementos tenham sido usados de forma associada, tiveram aspectos peculiares.

"A Política de Boa Vizinhaça resultava, em parte, do reconhecimento de que os Estados Unidos deveriam agir com mais tática em suas relações com vizinhos mais fracos e, em parte, da percepção de que a intervenção militar na verdade atrapalhava o uso efetivo do poder político e econômico dos Estados Unidos" (GARDNER, *in*: GAMBINI: 36).

Reações nacionalistas, no México e na Bolívia, demonstraram que a inversão do processo tradicional de dominação imperialista era mais eficiente. Ao invés da ordem de dominação militar, comercial e financeira, era preferível seguir a sequência da dominação financeira, comercial e militar, ainda que em várias ocasiões essas imposições tenham ocorrido de forma simultânea. Foi a modernização da política do "Grande Porrete".

Mesmo antes do início da Guerra Militar, as preocupações norte-americanas foram no sentido de estabelecer uma forte hegemonia financeira e comercial na América Latina, usando também a ideologia do pan-americanismo para combater o avanço comercial nazista.

A revista norte-americana *Fortune*, em maio de 1939, informava aos investidores norte-americanos:

"O poder de nosso suprimento de ouro não garante necessariamente nosso controle sobre outras nações; afinal de contas, o padrão ouro perdeu respeito enquanto totem. Mas o ouro do Fort Knox poderia ser muito útil para fins de persuasão política. Se ajudássemos nações amigas, como o Brasil, a estabelecer sistemas bancários e moedas

estáveis com pequenos e judiciosos empréstimos de nossos depósitos no Fort Knox, poderíamos prendê-las ao dólar. É de nosso interesse poder contar com economias prósperas e estáveis no Sul se pretendermos aumentar nosso comércio com essa região. (...). Cinquenta milhões de dólares emprestados para estabilizar a moeda brasileira custam menos que um navio de guerra. E seria preciso mais de um para impedir uma aliança entre o Brasil e a Alemanha" (*apud* GAMBINI: 38).

Além dos ganhos financeiros, que a contabilidade da revista demonstrava, era necessário melhorar a imagem norte-americana para tornar os investimentos mais rentáveis. O antigo sistema de ocupação militar deveria ser restrito a situações críticas, porque do contrário os investimentos se inviabilizavam a médio prazo.

A carta de um cafeicultor norte-americano estabelecido na América Central, ao Secretário de Estado Stimson, reclamando que antes de 1927 seu grupo mantinha relações amistosas com a Nicarágua, mas que:

"hoje somos odiados e desprezados, correndo o risco do massacre toda a vez que as tropas são retiradas [...].

Esse ressentimento foi criado devido ao uso de tropas americanas para perseguir e matar os habitantes da Nicarágua em seu próprio país. Isso foi um erro fatal. A intervenção do governo americano nos negócios internos da Nicarágua foi uma calamidade para os cafeicultores americanos aí estabelecidos" (*apud* GAMBINI: 46-47).

Foi apenas em 1933, na Conferência de Montevideu, que a exigência de "não-intervenção" feita pelas delegações latino-americanas, já em 1928, na Primeira Conferência de Havana, foi aceita pelos Estados Unidos. Durante a Guerra, em 1940, numa nova Conferência de Havana, a proposta do pan-americanismo frente ao pan-germanismo foi reforçada.

Conforme a revista Fortune de setembro de 1940, o governo dos EUA conquistou:

"a autorização para que as tropas americanas possam operar na América Latina sem o perigo de serem emboscadas na selva por enraivecidos patriotas latino-americanos" (*apud* GAMBINI: 41).

Portanto, ao lado de uma nova política que consolidava a hegemonia financeira e comercial, calcada na ideologia do pan-americanismo (supostamente democrático, contra a infiltração comercial da Alemanha nazista), a ação militar direta era consentida.

O governo alemão denunciou a formação de um bloco econômico, subordinado aos EUA, que prejudicaria seus interesses comerciais. Num memorando de Berlim, em 16 de julho de 1940, declarou:

"Ao exercermos influência sobre a Conferência de Havana, nosso principal objetivo econômico é o de impedir a concretização do Plano Roosevelt de união de toda a América em um cartel econômico com o suposto objetivo de assegurar aos países ibero-americanos um mercado para seus produtos, mas com o objetivo verdadeiro de destruir os laços econômicos entre a América Latina e a Alemanha" (*apud* GAMBINI: 45).

**TABELA 1 – PRINCIPAIS FORNECEDORES DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
(porcentagens)**

ORIGEM	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940
América do Sul	12,3	15,5	14,4	14,5	18,3	15,1	13,8	11,2	15,0
E.U.A.	30,2	21,2	23,7	23,4	22,1	23,0	24,2	33,4	51,9
Europa	52,8	58,2	55,8	55,5	51,6	53,5	54,2	46,6	21,2
Alemanha	9,0	11,9	14,0	20,4	23,5	23,9	25,0	19,4	1,8
Inglaterra	19,2	19,4	17,1	12,4	11,3	12,1	10,4	9,3	9,4
França	5,1	5,1	3,6	3,4	2,9	2,4	3,2	2,7	1,7
Itália	4,0	4,0	2,5	2,5	1,8	1,5	1,8	1,8	1,1

FONTE: Diretoria de Estatística Econômica e Financeira do Tesouro Nacional; para 1932-1936, p. 13-15, e para 1936-1940, p. 12-15 (adaptado). In: GAMBINI, 1977: 106.

**TABELA 2 – PRINCIPAIS COMPRADORES DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
(porcentagens)**

DESTINO	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940
América do Sul	10,1	8,8	8,1	7,9	6,4	7,0	6,2	7,2	10,3
E.U.A.	45,8	46,7	39,1	39,4	38,8	36,2	34,3	36,3	42,3
Europa	40,8	41,8	50,2	49,9	48,2	49,3	52,3	45,9	33,5
Alemanha	8,9	8,1	13,1	16,5	13,2	17,0	19,1	12,0	2,2
Inglaterra	7,0	7,5	12,1	9,3	11,9	9,1	8,8	9,6	17,3
França	8,9	9,1	7,0	8,1	7,4	6,4	6,4	6,3	4,2
Itália	3,8	3,2	3,2	2,7	3,3	3,3	2,1	2,3	2,2

FONTE: Diretoria de Estatística Econômica e Financeira do Tesouro Nacional; para 1932-1936, p. 20-23, e para 1936-1940, p. 15-17 (adaptado). In: GAMBINI, 1977: 106.

Conforme demonstram as tabelas referentes ao comércio exterior brasileiro, o rompimento do acordo comercial com a Alemanha, sob pressão dos interesses norte-americanos, significou o fim do comércio livre.

A existência de cerca de um milhão de alemães e descendentes no Brasil, em 1935 (GERTZ, 1987: 14), com forte manutenção da cultura germânica através de sociedades recreativas e culturais, igrejas, escolas e do isolamento nas colônias, muitos com simpatia pelo nazismo, não significava uma correspondente estrutura militar alemã no Brasil.

A colonização alemã nos Estados Unidos foi dezenas de vezes maior do que a do Brasil (MAGALHÃES, 1998: 20), mas nem por isso o perigo nazista foi exagerado pelo governo norte-americano internamente.

TABELA 3 – REGIÃO DE DESTINO DOS IMIGRANTES DE LÍNGUA ALEMÃ – 1820-1910 (milhar)

PERÍODO	SAÍDAS		ENTRADAS		
	Alemanha	EUA	Brasil	Canadá	Argentina
1820-29	28.0	7.0	7.0	-	-
1830-39	172.3	152.5	12.0	-	-
1840-49	469.3	343.6	-	-	-
1850-59	1.075.0	951.7	18.0	26.7	-
1860-69	832.9	787.5	13.7	25.7	1.3
1870-79	622.8	718.2	17.0	1.3	3.8
1880-89	1.342.5	1.453.0	21.6	3.9	14.2
1890-99	529.8	505.2	12.5	12.9	8.7
1900-09	279.7	341.5	17.5	18.6	19.3
TOTAL	5.352.3	5.260.2	119.3	89.1	47.3

Fonte: MARSCHALCK, 1973: 50. In: MAGALHÃES, 1998: 20.

1.4 Os interesses econômicos e políticos norte-americanos articulados nas ações policiais

Mesmo que o risco militar dos colonos alemães no Brasil fosse mínimo, conforme atesta a revista *Fortune*, em setembro de 1940:

"Na América Latina não existe uma quinta-coluna no sentido de unidades nazistas secretas capazes de derrubar um governo pela força. A versão latina do quinto-colunismo é a economia desarranjada. Se algum problema sério ocorrer, será devido a uma ofensiva repentina, por parte dos latifundiários de mentalidade fascista para tomar o poder, talvez com auxílio nazista" (*In: GAMBINI*, p. 141).

Mesmo assim, foi estratégico para os interesses comerciais e políticos dos Estados Unidos estimular a identificação de tudo que fosse alemão com o nazismo. A polícia norte-americana, através do FBI, estabeleceu colaboração e a subordinação das autoridades brasileiras.

A população foi convocada a ter participação ativa na guerra, nos treinamentos para defesa anti-aérea e principalmente denunciando o inimigo infiltrado nas colônias alemãs.

A Conferência Inter-Americana de Buenos Aires, de maio de 1942, tentou apagar a autonomia política dos países latino-americanos em prol da segurança intercontinental. Lançou as sementes da operação Condor. A revista *Vida Policial* daquele mês informou no editorial:

"Seu objetivo, entre outros, é coordenar medidas relativas à defesa contra a espionagem, sabotagem e outras atividades subversivas, bem como: estabelecer um registro inter-americano de prontuários policiais, que

permitirá a identificação dos indivíduos processados ou condenados nas Repúblicas por delitos internacionais e atividades subversivas contra as Nações Americanas. [...].

A unidade de ação defensiva, é, pois, atualmente, uma das mais intensas preocupações da América onde as polícias procuram na união de seus esforços particulares uma eficiência mais completa.

[...] permitirá salvar a América dos graves perigos que a ameaçam, impermeabilizando-a contra a ação desagregadora dos seus inimigos".

O discurso não faz distinção entre os interesses norte-americanos e dos países latino-americanos. A América passou a ser concebida como uma unidade política que deveria ter uma só polícia.

Na esteira do combate ao nazismo as empresas norte-americanas ocupavam espaço no mercado, promovendo seus produtos com mensagens que expressavam preocupações com a industrialização e a segurança das comunicações no Brasil. Essas empresas patrocinavam textos antigermânicos, na revista da Polícia Gaúcha, Vida Policial, que em de julho de 1942, renovava a doutrina Monroe:

"Não podemos marchar em outro sentido que não seja o de fortalecer os elevados interesses da Nação. Sabe ela, assim, que nada nos deterá em nosso afã de melhorar a sua sorte e de enaltecer o seu destino glorioso, que é o das Américas.

O Brasil permanecerá dos Brasileiros, assim como a América é e será, sempre em sempre, dos Americanos!" (p. 90).

Sob estas afirmações há a seguinte publicidade:

**A VELOCIDADE
é um ladrão de GAZOLINA**

AGORA, MAIS DO QUE NUNCA, todos precisam colaborar na grande campanha contra o desperdício de gasolina - o combustível vital e indispensável às atividades industriais e às comunicações do Brasil.

**VEJA como o consumo de combustível
está em relação direta às velocidades:**

PARA UM PERCURSO DE 100 KMS.

Se a **30** Kms. por hora o consumo é de **16** litros,
A **45** Kms. por hora o consumo será de **17** litros;
A **75** Kms. por hora o consumo será de **20** litros,
A **90** Kms. por hora o consumo será de **24** litros.

Dê a sua contribuição, dirigindo com vagar o seu carro ou caminhão, pois a velocidade é o fator preponderante no desperdício de gasolina. Quando o uso de seu carro for de fato imprescindível, procure obter o máximo de quilometragem servindo-se dos famosos **T.R.E.S.:** Gasolina Atlantic, Atlantic Motor Oil e Lubrificação Técnica Atlantic.

Atlantic **GAZOLINA
MOTOR OIL
LUBRIFICAÇÃO**



FIGURA 2 – Propaganda da empresa norte-americana

FONTE: Revista **Vida Policial**, julho de 1942, p. 90.

Desde antes da Segunda Guerra, EUA e Alemanha disputavam acordos comerciais com o Brasil, onde constavam como sendo a "nação mais favorecida". A ambigüidade da política externa brasileira formalizava acordos com os dois países, como o germano-brasileiro em 1931, renovado em julho de 1936, e o de fevereiro de 1935, respeitando os princípios do Programa Hull, proposto pelos Estados Unidos (SEITENFUS, 78-80). O alinhamento do Brasil com os EUA na guerra significou o rompimento das relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha. A definição de qual das nações seria a mais favorecida foi realizada através da estratégia militar e comercial norte-americana, a qual foi vitoriosa.

1.5 O "namoro" do Estado Novo com a Alemanha

Assim como as relações comerciais, as relações policiais do Brasil com a Alemanha foram até o início da Guerra de estreita colaboração. Filinto Müller enviou à Europa o Chefe do Departamento Especial de Segurança Política e Social do Rio de Janeiro, para troca de informações policiais e combater as infiltrações judaicas e comunistas.

Conforme Seitenfus:

"Miranda Correia chega em Berlim em fins de março de 1937. É calorosamente recebido pela Gestapo, pela Wilhemstrasse e pelo Partido. A visita a instalações secretas, Escola de Polícia, fichários dos serviços de contra-espionagem, bem como laboratórios para a fabricação de documentos falsos, mostra-lhe a importância concedida por Berlim à cooperação policial com o Rio de Janeiro. (...).

A atividade anticomunista da embaixada brasileira em Berlim não se resume à cooperação com a Gestapo; ela acompanha também de muito perto o trabalho do Bureau Anti-Komintern de Berlim, desde a sua fundação" (p. 89).

É provável que a prática citada de combate aos socialistas explique a prisão de Augusto Spangenberg, como nazista, em setembro de 1942, já que em seu poder foi encontrado "um disco onde se achava gravado o hino socialista e a Internacional" (VIDA POLICIAL, set. 1942: 61).

Em 1942 interessava às autoridades policiais, então subordinadas aos EUA, combater tanto os comunistas, quanto os nazistas.

A ação nazista no Brasil era pública, conforme demonstram as fotos a seguir. A sequência se refere as comemorações do 1º de maio de 1937, no Campo do Renner, zona norte de Porto Alegre.



FIGURA 3 – DESFILE NAZISTA EM PORTO ALEGRE

NOTA: Os três da frente são membros das S. A. (Seções de Assalto).

FONTE: PY, 1942.



FIGURA 4 – DESFILE NAZISTA EM PORTO ALEGRE “MAIBAUM” – A Árvore de Maio

FONTE: PY, 1942.



FIGURA 5 – DESFILE NAZISTA EM PORTO ALEGRE A “Juventude”

FONTE: PY, 1942.

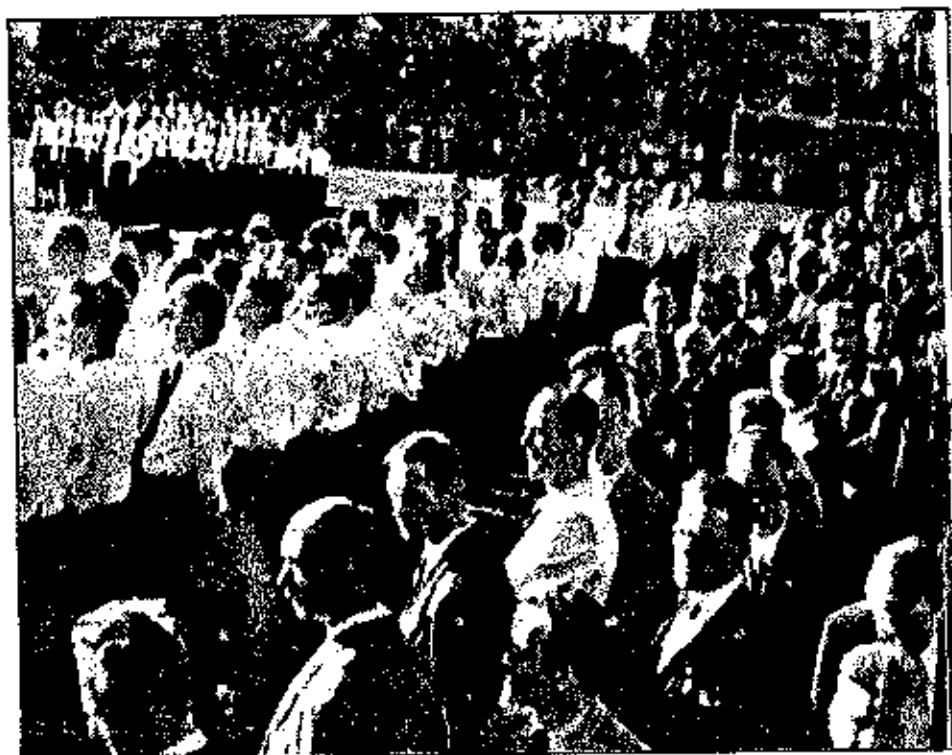


FIGURA 6 – DESFILE NAZISTA EM PORTO ALEGRE

NOTA: Os que estão só de camisa seriam nazistas, atrás deles os ex-combatentes, aqui reunidos na "Kriegerverein"

FONTE: PY, 1942.



FIGURA 7 – DESFILE NAZISTA EM PORTO ALEGRE

NOTA: Os nazistas desfilam com o pavilhão da cruz gamada.

FONTE: PY, 1942.

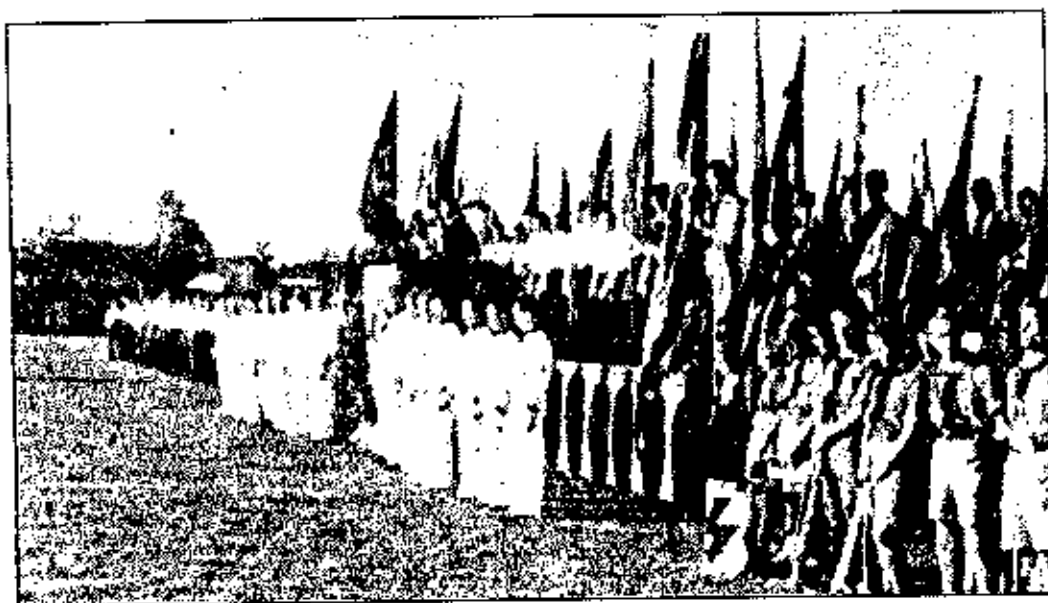


FIGURA 8 – DESFILE NAZISTA EM PORTO ALEGRE

NOTA: Aspecto da formatura de 1.100 pessoas, conforme a polícia.

FONTE: PY, 1942.

Seitenfus relata que:

"O nazismo entrou em ação no Brasil antes mesmo da subida de Hitler ao poder, pois, desde 1929, sob a direção dos novos imigrados austríacos e alemães, surgem os primeiros núcleos hitlenistas, que têm como tarefa a propagação das idéias nacionais-socialistas na colônia alemã. Depois, da vitória nazista na Alemanha, esses núcleos são integrados à Organização do Exterior (AO: Auslandorganisation) do partido nacional-socialista (NSDAP), e se tomam então bem estruturados e numerosos" (p. 93).

É difícil concordar com o autor quando afirma que: *"É preciso observar que as autoridades governamentais brasileiras, em especial as federais, não estão a par das atividades nazistas durante os anos 1933-1937"* (p. 94).

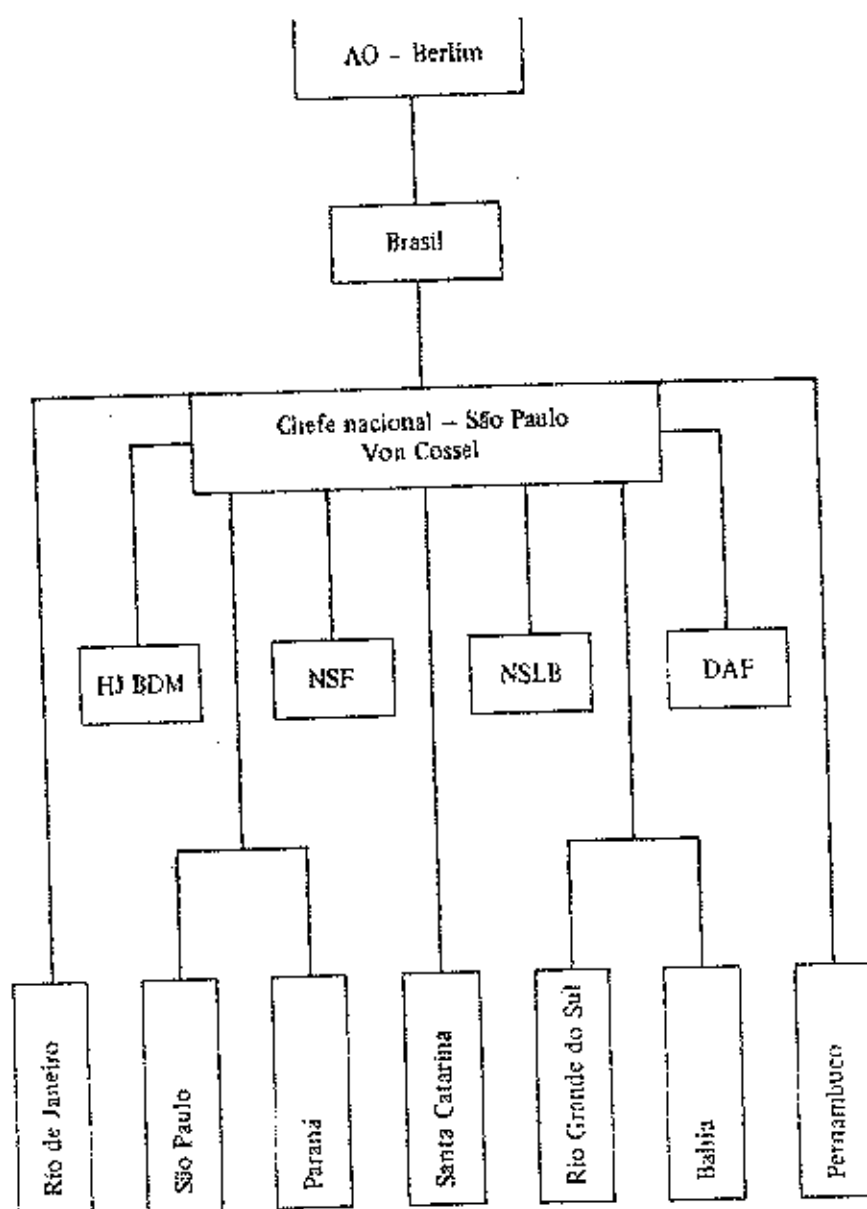
Tanto internamente, quanto nas relações externas, as autoridades brasileiras flertaram com o nazismo. Foram os interesses norte-americanos que promoveram a alteração da posição do Governo Vargas.

Sobre esta questão Hobsbawm escreve que:

"Na América Latina é que a influência fascista européia foi aberta e reconhecida, tanto em políticas individuais, como Jorge Eliezer Gaitán da Colômbia (1898 – 1948) e Juan Domingo Perón da Argentina (1895 – 1974) quanto em regimes, como o Estado Novo de Getúlio Vargas, de 1937 a 1945, no Brasil. Na verdade, apesar de infundados temores americanos de um cerco nazista a partir do Sul, o principal efeito da influência fascista na América Latina foi interno a seus países" (p. 136).

A percepção de que os temores sobre o nazismo, articulado militarmente na América Latina, era um exagero norte-americano, coincide com outros autores, como Gertz. Mesmo não sendo real, o "perigo alemão", do ponto de vista militar, foi importante promover este temor para o sucesso das atividades econômicas dos Estados Unidos. A reversão do fluxo comercial, tecnológico e financeiro, que até 1939 apresentava um crescimento favorável à Alemanha, é, também, explicada por essa conjuntura bélica.

As Delegacias de Ordem Política e Social de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul também exageravam nas informações referentes às organizações nazistas no Brasil. O organograma de estrutura do partido impressionava pela aparente infiltração em todo o território brasileiro, mas na realidade não ultrapassava mais de 3.000 membros efetivos (MAGNUS, *in*: SEITENFUS: 98).



**FIGURA 9 – ESTRUTURA DO NSDAP NO BRASIL
DURANTE O PERÍODO 1933-1938**

FONTE: SEITENFUS, 1985: 96.

Ainda que por razões diversas, tanto as lideranças nazistas, quanto as autoridades policiais brasileiras, confundiam partidários efetivos, simpatizantes e aqueles que cultivavam suas origens e laços com a Alemanha. Para os nazistas esta

era uma estratégia de envolvimento. Era interessante fundir e resumir tudo que era alemão aos interesses do partido. Dessa forma, ampliava sua força de influência nos colonos e demonstrava impressionante capacidade de arregimentação. Para as autoridades policiais, como Aurélio Py, Chefe de Polícia do Rio Grande do Sul, no período do Estado Novo, também era interessante promover exageros para receber mais recursos, destaque político, influência e poder. Sobre este delegado, Seitenfus sentenciou:

"(...) tem a desagradável tendência a confundir atividades germânicas e atividades nazistas. É verdade que o nazismo aproveita as organizações alemãs para desenvolver sua ação subversiva, mas também não é menos verdade que existe um grande número de atividades estritamente alemãs e apolíticas" (p. 97).

Num momento político em que o governo promove um nacionalismo caricato e decreta que o falar alemão é ato criminoso, não se pode compreender as violências contra os teuto-brasileiros apenas pelo perigo da Segunda Guerra ou pela paranóia de um policial.

1.6 Efeitos da disputa sobre o Governo Vargas e análise bibliográfica

As disputas comerciais pelo Brasil antecederam a preocupação com o nazismo. O transporte aéreo foi dominado por teuto-brasileiros, com o Sindicato Condor, e a Cia. Varig, onde a Lufthansa estava associada, até 1941. Em 1937, sob forte influência de Osvaldo Aranha, o Conselho de Segurança do Brasil, após

conflituosa reunião, concedeu linhas aéreas à Panamerican Airways. O que gerou o protesto de Eduardo Gomes:

"O caso escabroso [a concessão à Panam] onde a venalidade e ausência de patriotismo dos homens que a Revolução inocentemente elevou a posições de responsabilidade e que hoje traem tão miseravelmente o Brasil. E eles só se salvam pela inteligência com que revogam nossas leis e entregam a pátria ao estrangeiro" (In: SEITENFUS: 129).

A revolta do militar brasileiro teve como causa a concessão *"limitada no tempo, sem reciprocidade e com numerosas escalas, acarretando assim, prejuízos para as companhias nacionais"* (idem: 129).

Além das questões comerciais que geravam controvérsias no governo brasileiro, o projeto do Estado Novo ansiava pela industrialização, e nessa a questão da construção da Siderúrgica de Volta Redonda era prioritária. Havia necessidade de importar recursos financeiros e tecnológicos para sua realização. Durante o ano de 1940, o Governo Vargas, com sua tradicional ambigüidade, pressiona os Estados Unidos a favorecerem os aportes para a metalúrgica, sob a ameaça de aceitar o apoio do capital alemão, através da Krupp (ibidem: 289).

Juntos com esses interesses econômicos, a questão da modernização dos equipamentos militares brasileiros também é reivindicada para os norte-americanos, sob a pressão da guerra e de simpatias expressas por Getúlio aos alemães.

No momento em que as tropas nazistas avançavam na Europa, em território francês, o ditador brasileiro profere o discurso de 11 de junho de 1940:

"Atravessamos, nós, a humanidade inteira transpõe, um momento histórico de graves repercussões, resultante da rápida e violenta mutação de valores. Marchamos para um futuro diverso de quanto conhecíamos em matéria de organização econômica, social ou política, e sentimos que os velhos sistemas e fórmulas antiquados entram em declínio. Não é porém como pretendem os pessimistas e os conservadores empedernidos, o fim da civilização mas o início, tumultuoso e fecundo, de uma nova era" (*ibidem*: 309).

Conforme carta do embaixador brasileiro em Berlim, Freitas Valle, a Vargas, a impressão provocada por este discurso na Alemanha foi:

"a melhor possível. A rádio Berlim, em seus comentários para a América Latina, declarou que o Sr. Getúlio Vargas era o primeiro estadista americano que reconhecia e proclamava a fraqueza das democracias e o vigor dos regimes totalitários" (*ibidem*: 313).

Para acalmar os norte-americanos, no dia seguinte ao referido discurso, portanto em 12 de junho de 1940, o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) declarou:

"a política externa do Brasil é de inteira solidariedade americana integral, na defesa comum do continente contra qualquer ataque vindo de fora, o nosso país, por sua vez, não intervém em conflitos europeus, mantendo estrita neutralidade.

As relações entre o Brasil e as outras nações da América, principalmente os Estados Unidos, nunca foram tão boas quanto agora" (*ibidem*: 312).

Ainda que no plano das relações externas, o governo brasileiro aparentasse dubiedade, ainda que tivesse claro seus objetivos estratégicos, especialmente nas questões tecnológica, financeira e industrial, na política interna o fascismo de Vargas mostrava sua face anti-semíta, no discurso de 29 de junho, quando acusa:

"as velhas raposas da politicagem ... elementos nocivos entre os aproveitadores, de todos os tempos, os prepara-dores de guerras, os sem-pátria, prontos a tudo negociar. Muitos deles indesejáveis noutras partes, infiltrando-se clandestinamente no país, com prejuízo das atividades honestas dos nacionais, e abusando da nossa hospitalidade, fazendo-se instrumento das maquinações, e intrigas do financismo monopolista, voraz e sem escrúpulo" (*idem*: 319).

Nesse aspecto, o discurso aproxima-se de elementos do nazismo e do integralismo.

Vargas conseguiu até 1940 o máximo de autonomia entre EUA e Alemanha, mas precisou definir-se pelo lado norte-americano, conseguindo o apoio para o projeto siderúrgico, mas subordinando-se no aspecto militar.

Algumas conclusões sobre o caráter interno do governo, apresentadas pelo bibliografia referida como a de que: *"O Estado Novo jamais foi legalizado, já que Vargas não organiza o referendo para aprovar a Constituição de 1937"* (*Ibidem*: 424), presumem que nas ditaduras, como a brasileira de então, não existiram estruturas legais, quando o excesso destas é a característica básica do sistema. A "polaca" foi a lei magna do Estado Novo, independentemente de veleidades

democráticas, como o referendo. A violência política promoveu a violência policial, que assegurou, pela realidade, a formalização da ditadura.

Seitenfus também afirma:

"há vários sinais que mostram a proximidade do integralismo com as doutrinas totalitárias européias, em particular o fascismo italiano. O anticosmopolitismo, o anticapitalismo, o caráter corporativista, a presença de um chefe supremo e infalível, a organização hierárquica e paramilitar, seus símbolos exteriores, o gosto pelos desfiles e os gritos de saudação guerreira aproximam a AIB de uma cópia tropical, talvez empalidecida, do fascismo italiano" (*ibidem*: 424).

Essas idéias demonstram uma perspectiva controvertida do integralismo e do fascismo italiano no aspecto anticapitalista. Certamente, ambos eram anticomunistas, mas considerá-los como contrários ao capitalismo é uma afirmação temerária. Assim como a idéia de que no Estado Novo, com Osvaldo Aranha, há um reforço da "*tendência nacionalista e antitotalitária*" (*ibidem*: 178).

Na análise da conjuntura é necessário ter cuidado com as informações sobre as colônias alemãs. Para Roche, o conjunto das colônias ocupava 10% da superfície do estado e possuíam 21,6% da população (p. 174 e 768). Já Seitenfus, citando o próprio Roche, inverteu os dados territoriais das colônias, com os da campanha:

"O Estado do Rio Grande do Sul conta em 1940, com cerca de 615.000 teuto-brasileiros, portanto, mais da metade do total dos descendentes alemães estabelecidos no Brasil. Se de um lado ocupam, grosso modo, 1/3 das terras do estado,

de outro representam apenas 20% de sua população" (*ibidem*: 180; 2000: 122).

Esse detalhe é essencial, pois é muito diferente afirmar que os colonos ocupavam 1/3 das terras do estado, representando "apenas" 20% de sua população, quando Roche demonstra que ocupavam 1/10 das terras e representavam 21,6% da população. No primeiro caso, equivocado, as colônias teriam uma baixa densidade demográfica, com reflexos no peso político, eleitoral e comercial. No segundo, que reflete a realidade indicada por Roche, as tensões entre a zona da campanha com as das áreas coloniais ficam mais nítidas.

A conclusão do embaixador alemão Ritter sobre a campanha de nacionalização de Vargas de *"que ele está obcecado pela idéia de eliminar as diferenças étnicas que existem na população brasileira e criar uma raça brasileira homogênea, com uma única língua e uma única cultura"* (in: SEITENFUS, 1985: 187) demonstram um dos aspectos totalitários do Estado Novo.

A idéia de que a Alemanha, através de Ritter, queria ou planejava o desmembramento do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, do Brasil, e de que não existia ligação ferroviária destes estados com São Paulo não tem sustentação documental. Pelo contrário, comparando estas afirmações de Seitenfus (p. 188) com o mapa indicado por Roche (p. 64), vemos a indicação da existência da ferrovia, a qual foi construída pelos norte-americanos no início da República Velha, e que foi uma das motivações da Guerra do Contestado.

Na questão comercial com a Alemanha, Seitenfus faz afirmações contraditórias como:

"a 25 de abril de 1938, o Banco do Brasil adota medidas restritivas, como o controle estrito dos produtos comprados na Alemanha [...]. É evidente que a medida tomada pelo Banco do Brasil é uma medida discriminatória e que vai de encontro ao acordo comercial germano-brasileiro de outubro de 1936.

[...] as diferentes medidas anti-estrangeiras não são discriminatórias [...]" (p. 192-193).

A primeira idéia é a correta. Houve discriminação e boicote ao comércio com a Alemanha e favorecimento aos Estados Unidos.

Apesar do referido autor atribuir a mudança de tratamento da imprensa norte-americana em relação a Vargas à resistência ao golpe integralista, é mais provável que a transformação tenha sido influenciada pelos favores comerciais.

De qualquer forma, vale citar a metamorfose, destacada por Seitenfus:

"Por sua vez, a imprensa norte-americana à qual Vargas e seu EN [Estado Novo] jamais tiveram boa acolhida, exprime dessa vez sua satisfação quanto ao desenvolvimento dos acontecimentos: 'ditador Vargas', 'pré-eixo', 'nazi-fascista', são a partir de então expressões superadas e a imprensa dos Estados Unidos congratula-se pelo 'regime forte' de Vargas ter podido debelar 'o ataque' fascista" (p. 198).

Outra declaração discutível deste autor, pela falta de documentação comprobatória, a partir de indícios, é de que tem:

"certeza da existência de um plano de desmembramento do Brasil, preparado por organizações estreitamente ligadas à ação da embaixada. [...] o nazismo não hesita em

recorrer a medidas extremas como o projeto de criação de um Estado alemão na América do Sul" (p. 212).

Isso é apenas uma hipótese, pois a medida extrema seria uma reação militar alemã, quando ainda não havia iniciado a guerra na Europa, ou o imediato rompimento diplomático. Ao historiador cabe perceber que entre o Brasil e a Alemanha, até o início da Guerra e a imposição de alinhamento com o EUA, ocorreu um tranqüilo "namoro".

Não obstante esses problemas de análise, Seitenfus percebe que a campanha de nacionalização de Vargas no sul do Brasil esteve associada aos interesses políticos e econômicos norte-americanos. O combate ao comércio germano-brasileiro foi prioridade para os EUA

A documentação apresentada por esse autor também demonstra a forte influência alemã sobre o governo, até o início de 1939, conforme relato do conselheiro da embaixada, Levetzow ao ministro von Bismark:

"A propaganda filmada contra a Alemanha, proveniente da América do Norte, foi proibida.

Mesmo a questão judaica não pode mais ser utilizada aqui na imprensa, para fazer agitação anti-alemã" (p. 454).

Contudo, no mesmo documento o Conselheiro reclamava sobre a campanha contra a Alemanha e que: *"As autoridades estaduais, especialmente os militares, cometeram no sul numerosos abusos contra o elemento alemão, privando-o cada vez mais de seus direitos"*.

Apesar dos problemas de análise apresentados, como na sua conclusão de que “o Brasil não teve uma política externa independente e autônoma durante o período de 1932 – 1942” (p. 431), que precisa ser relativizada, o denso trabalho de Seitenfus enriquece documentalmente e historiograficamente o estudo do período.

1.7 Análise da tese da Autonomia na Dependência

Moura, pesquisando sobre o mesmo problema (1980), concluiu que a política externa brasileira de 1935 a 1942 significou a “*autonomia na dependência*”. Sobre o caráter do governo brasileiro afirmou:

“O estado autoritário e centralizador sob a presidência de Getúlio Vargas não é, portanto, um Estado acima das classes e imune aos seus interesses contraditórios. Essas forças divergentes continuavam a buscar sua participação no processo decisório, acomodando-se ao novo formato do jogo político” (1980: 62).

Explicita que Vargas internamente também precisou subordinar e adequar decisões aos setores sociais influentes, desde a tradicional oligarquia agrária, industriais, militares, Igreja Católica, até os trabalhadores urbanos. Enquanto os setores burgueses foram mais influentes na fase inicial, quando o desenvolvimento associado ao capital externo foi efetivado, na fase final do Estado Novo a estratégia foi cooptar os trabalhadores urbanos na busca de um projeto mais nacionalista. Portanto, quando em 1942 explodiram as violências contra os imigrantes alemães, a influência dos latifundiários luso-brasileiros no governo e no processo precisavam ser consideradas.

Moura percebeu a máquina publicitária e a eficiência ideológica do "pan-americanismo", que apesar de difundir um ideário democrático conseguia ser um elemento eficiente nas relações de subordinação das ditaduras latino-americanas.

"Fé nas instituições republicanas, lealdade à democracia como um ideal, reverência pela liberdade, aceitação da dignidade do indivíduo e seus direitos pessoais invioláveis, crença na resolução pacífica das disputas, aversão ao uso da força como um instrumento de política nacional ou internacional, adesão aos princípios de soberania igual dos Estados e justiça sob a lei internacional, esperança de uma paz duradoura para todas as nações" [...]

No entanto, o pan-americanismo era importante tanto no sentido de conferir alguma legitimidade aos regimes autoritários dos aliados subordinados, como para transformar os interesses do sistema em seus próprios interesses. (*idem*: 137-138).

Também analisou a importância de instituições governamentais norte-americanas como a Divisão Cultural do Departamento de Estado e o Comitê Interdepartamental de Cooperação com as Repúblicas Americanas nos seus objetivos:

" - Persuadir as nações latino-americanas a seguir a liderança dos EUA em oposição ao Eixo, integrar a economia americana com a dos EUA em mesmo sistema [*sic*], impedir revoluções nas Américas, lutar contra os agentes do Eixo e aumentar o comércio dos EUA. E tudo isto sem dar a impressão de que estavam interferindo nos negócios internos dos Estados Soberanos" (p. 139-140).

Considera que foi criado um sistema de poder com o centro hegemônico nos EUA, quebrando as possibilidades dos adversários, impedindo o

desenvolvimento autônomo dos aliados subordinados, aumentando a concentração econômica e política. Informa que em 1942 foram investidos 38 milhões de dólares em programas de cooperação com universidades, jornais, rádios, fundações científicas, culturais, editoras, associações profissionais e empresas:

"Seu raio de ação era amplo e incluía: imprensa – fornecimento de artigos para jornais da América Central e do Sul sobre a solidariedade continental, a vida nos EUA, etc., fornecimento de notícias sobre a América Latina; cinema – eliminação de competição alemã, estímulo à produção de noticiários sobre a América Latina, sobre o 'American Way of Life' e as boas relações entre EUA e o sul do continente; intercâmbio cultural – realização de exposições, conceitos, traduções de obras literárias, viagens de pesquisadores, visitas de professores, viagens de boa-vontade por artistas famosos; assistência social – programas sanitários, hospitalares, abastecimento de água, etc. Os EUA gastaram com esse programa muito mais do que todas as nações não-americanas em conjunto" (p. 140).

Conforme Moura, o sucesso do pan-americanismo foi incontestável. Isso nos permite compreender melhor as violências aos alemães e seus descendentes no Brasil, assim como as proibições de qualquer publicação em alemão, mesmo que fossem antinazistas. A ofensiva publicitária da cultura norte-americana foi assegurada pela perseguição e destruição daquilo que fosse estranho.

Na análise da "autonomia na dependência" o autor não estabelece esta relação entre a publicidade e a coerção policial na educação e na religião, que analisaremos nos próximos capítulos. Esse não era seu objetivo. Mas a interação entre sedução e repressão elucida melhor a construção da hegemonia dos EUA.

Um dos aspectos é bem destacado quando cita Osvaldo Aranha, na III Conferência dos Chanceleres no Rio de Janeiro, em 1942:

"Nenhuma nação fez sua a vontade de um outro povo, mas todas as nações da América hoje só têm uma vontade ... A união da vontade das nações não se alcança pela subordinação e sim através de um processo de persuasão e de evolução política, religiosa e espiritual ..." (p. 141).

Este foi o discurso oficial, mas na região colonial alemã a persuasão significou destruição e imposição, enquanto a "evolução religiosa" promoveu a hegemonia da Igreja Católica e a perseguição aos luteranos.

Contudo, Moura destacou os interesses comerciais e políticos envolvidos no processo da Segunda Guerra. Indica que o General Dutra, Ministro da Guerra, em reunião do Conselho de Segurança Nacional, em junho de 1939, ainda queria comprar armas da Alemanha (p. 144). O material bélico adquirido e outras mercadorias foram bloqueadas por navios ingleses, através da interceptação e domínio de navios brasileiros em novembro de 1940 (p. 157). Apresenta documentos militares norte-americanos determinando que o governo brasileiro fizesse uso do Serviço Secreto para vigiar as atividades de estrangeiros e seus simpatizantes, controlar o acesso de cidadãos não-americanos aos portos e aeroportos. Mobilizar a opinião pública para dissuadir ataques ao "imperialismo ianque" era outra determinação (p. 148-149).

Ressalta que na III Conferência dos Chanceleres, ocorreu a formalização da hegemonia norte-americana, com o controle de diversas atividades econômicas,

comerciais e de atividades subversivas. Os EUA também passaram a coordenar medidas policiais e judiciais (p. 166).

"A política externa norte-americana agia no sentido de eliminar toda a influência do Eixo na América Latina, evitar a implementação de políticas nacionalistas por parte de seus aliados subordinados e afirmar sua própria influência no continente, por intermédio de uma ofensiva ideológica, centrada na noção de solidariedade hemisférica, e uma ofensiva política, que visava a integrar economicamente e alinhar politicamente os países latino-americanos ao seu sistema de poder" (p. 169).

Moura conclui que os industriais brasileiros preferiam o comércio compensado com a Alemanha, ao "livre-comércio", porque permitiria maior espaço no mercado interno aos seus produtos (p. 178) e que os EUA aproveitaram o esforço de guerra ao nazi-fascismo para, simultaneamente, criar condições de se transformar numa super-potência, condutora e fiadora da ordem capitalista mundial no pós-guerra (p. 183).

Essas conclusões explicam, em parte, as violências contra os alemães e seus descendentes no Brasil. Demonstram que as destruições de casas comerciais em 1942 não foram apenas resultado de manifestações patrióticas espontâneas contra o nazismo. A rígida estrutura policial do Estado Novo já estava subordinada aos interesses estratégicos do pan-americanismo.

Porém, é necessário questionar outras conclusões de Moura, como a de que enquanto a Alemanha usou a coerção pura e simples, na Europa a partir de 1938, os EUA usaram a pressão e a negociação política na América Latina (p. 185). Nem os alemães nazistas usaram só a coerção, exemplo claro foram os acordos

com a Inglaterra e Rússia em 1939, nem os EUA usaram só a pressão, a negociação e a ideologia na América Latina. As ocupações militares e intervenções norte-americanas no continente foram muito além das pressões e negociações. A ocupação das bases no Nordeste pelos norte-americanos foi mais um ato planejado e consumado do que uma concessão. Ainda que os processos imperialistas tenham sido diferenciados, o "espaço vital" nazista não seja o "destino manifesto" norte-americano, a história latino-americana tem demonstrado que a eficiência ideológica e financeira dos EUA não tem dispensado o "grande porrete".

O pós-guerra aclarou a prática coercitiva da política externa norte-americana, no apoio a "golpes de estado" nos países onde o convencimento não funcionou e na instauração de regimes ditatoriais-militares que lhes fossem submissos.

1.8 A contribuição de Francisco Luiz Corsi, destacando a flexibilidade do projeto nacionalista ao capital externo

Ao final do Estado Novo, a deposição de Vargas é mais facilmente compreensível pelas suas posições anti-imperialistas e "trabalhistas" do que pela sua postura ditatorial. Internamente denunciava, no discurso de 1º de maio de 1944, que:

"urge corrigir o desequilíbrio existente entre os que não encontram limites na exploração lucrativa dos meios de produção e os que estão em permanente estado de necessidade de recursos para adquirir o indispensável à subsistência" (In: CORSI: 272-273).

Em outubro de 1944, percebendo as coerções externas, Vargas denunciou:

"Os povos fracos, herdeiros de base territorial vasta e rica são, naturalmente, presa cobiçada. E não é apenas pela invasão '*manu militari*' que podem perder a soberania. Também isso acontece quando pela alienação das indústrias de base se cedem os materiais estratégicos e se confiam às mãos alheias os fatores da defesa nacional..." (In: CORSI: 272).

Essa declaração foi feita na inauguração dos trabalhos da Comissão de Planejamento Econômico, dando um tom nacionalista e anti-imperialista, o que desagradou aos interesses norte-americanos. O Estado Novo foi tensionado externamente pelas ações e interesses dos EUA, da Inglaterra e da Alemanha.

Apesar das divergências apresentadas é importante ressaltar a conclusão de Moura sobre os EUA que, desde 1938, se organizaram para:

"estabelecer o pleno controle estratégico da América Latina e assegurar o apoio – e de preferência o alinhamento – de seus governos; para isso urgia eliminar a influência comercial, política, ideológica e militar da Alemanha, e ao mesmo tempo opor-se às iniciativas políticas de caráter nacionalista... O governo dos EUA temia especialmente que se alastrasse o exemplo mexicano de nacionalização de empresas americanas durante o governo Cárdenas. As soluções nacionalistas eram vistas pelas grandes nações como um perigo tão sério como o totalitarismo" (p. 113-114).

O autor analisa com profundidade a conjuntura e nos permite compreender melhor as ações contra os interesses dos alemães no Brasil.

Sobre as relações econômicas internacionais destaca a preocupação norte-americana com a moratória:

"O Estado Novo, ao decretar a moratória da dívida externa, estabelecer uma política cambial restritiva e aprofundar a legislação nacionalista, feria frontalmente o interesse dos EUA. Isso gerou desconfianças no empresariado e no governo norte-americano quanto à possibilidade de uma radicalização do nacionalismo e de um estreitamento de vínculos com a Alemanha, embora Vargas não pregasse um nacionalismo radical. A situação era preocupante pelo fato de o comércio teuto-brasileiro não ter deixado de crescer no período" (p. 92).

As discórdias entre as grandes potências permitiam ao governo brasileiro promover a moratória da dívida, continuar se abastecendo e exportando para o outro bloco. No início da guerra, as relações com os EUA atravessavam profunda crise, enquanto o comércio com a Alemanha estava em ascensão.

Corsi acentua que o governo e o empresariado norte-americano desejavam que a economia brasileira permanecesse complementar e não concordavam com a indústria de base no Brasil (p. 123). Relativiza as decisões dos acordos de Washington, de 9 de março de 1939, também denominados Missão Aranha, afirmando que ela representou limites ao projeto nacional de Vargas, mas não seu fim imediato (p. 136). Relaciona o apoio financeiro do capital norte-americano à construção da Usina de Volta Redonda, questão siderúrgica, com o estabelecimento de bases militares no Nordeste e o rígido controle dos cidadãos do Eixo (p. 168). Demonstra que o acordo econômico de maio de 1941 favoreceu aos

EUA, pois simultaneamente impedia a exportação de inúmeros produtos (borracha e minerais) para a Alemanha e reduzia seus preços (p. 178).

Sobre a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, afirma que ela determinou que os países da América deveriam ter economias complementares à norte-americana e que deveriam romper relações comerciais e diplomáticas com a Alemanha, Itália e o Japão. O Brasil seguiu esta recomendação de romper as relações com o Eixo (p. 193).

Novamente há evidências de que a guerra econômica antecedeu à militar e que os interesses comerciais norte-americanos favoreceram o antigermanismo.

Destaca ainda o controle que os EUA obtiveram sobre o comércio exterior e da situação cambial brasileira, demonstrado no acordo com a dívida externa, de 23 de novembro de 1943. Foi quando o representante dos credores britânicos, John Phillimore denunciou a tendência dos norte-americanos de *"considerar o Brasil seu próprio quintal e de ficarem perturbados quando mais alguém chega e nele brinca sem ser convidado"* (p. 249). Para esse autor, o período de 1937 a 1939 havia sido o mais independente da política externa brasileira. Conclui que:

"Essa política objetivava, além de diversificar mercados para as exportações brasileiras, criar condições para a ampliação das importações, sobretudo de máquinas e equipamentos. Mesmo com todas as indefinições e deficiências, esse foi o momento em que o programa de desenvolvimento de Vargas mais se aproximou de um projeto de desenvolvimento nacional autônomo" (p. 284).

No plano interno, os alemães e seus descendentes foram, até o início da guerra, grandemente beneficiados por essa política autônoma, através das atividades comerciais e industriais que promoviam nas zonas coloniais e nos grandes centros urbanos. Também foram os mais prejudicados e perseguidos com a subordinação aos EUA.

Sobre as conclusões de Corsi ficam também algumas indagações, já que nas circunstâncias de coerção, os acordos comerciais e as cláusulas prejudiciais ao Brasil foram mais imposições do que concessões de Vargas. Portanto, é difícil, frente à documentação apresentada, concordar que o ditador "não dava maior importância às cláusulas restritivas" (p. 293).

Conforme Corsi:

"Vargas procurou, a partir de 1943, mobilizar os trabalhadores com o fito de conseguir apoio político [...]. Seu nacionalismo deixou de ser estritamente econômico, voltado para o desenvolvimento, e passou a ser um instrumento de mobilização da classe trabalhadora. Nacionalismo, industrialização e populismo passaram a ser os pilares de sua política" (p. 293).

Tal afirmação não tem suporte histórico, já que o trinômio citado embasa a política varguista desde 1930, a mobilização política da classe operária, ou a sua manipulação é anterior a 1943, o nacionalismo político foi sentido amargamente nas vítimas do xenofobismo encomendado, que teve seu ponto alto em agosto de 1942. Conceber o nacionalismo sem sua conotação política, seja interna ou externa, é abstrair as questões econômicas da realidade histórica. A idéia de que "Vargas caiu, sobretudo em razão do caráter ditatorial do Estado Novo" (p. 294) não tem

fundamento frente à permanência no poder de Franco, Salazar e Hiroito. As razões de sua queda em 1945 persistiram no fim de seu governo democrático, em 1954, e estão diretamente relacionadas com o projeto estatal nacionalista. Paradoxalmente, as motivações do golpe de 1964 explicitam a derrubada de 1945. A questão da ditadura na história política brasileira tem sido pretexto para estabelecer políticas nacionalistas, como fez Vargas, de abertura ao capital estrangeiro, como fizeram os governos militares, preparando o "liberalismo" irrestrito.

Contudo, Corsi percebeu que a subordinação aos interesses dos EUA e a oposição aos germânicos foi marcada por um conflito interno de poder. Citando Carone, descreve:

"A crise foi desencadeada pela tentativa de Filinto Müller de impedir a realização de uma manifestação estudantil em homenagem aos EUA no dia 4 de julho de 1942. Vasco Leitão, Chefe do Gabinete do Ministério da Justiça, tinha aprovado a manifestação, o que o levou a mandar prender Müller por desacato à autoridade. O desfecho da crise foi, além da demissão dos diretamente envolvidos na questão, a demissão de Francisco Campos e Lourival Fontes, Chefe do Departamento de Imprensa e Propaganda" (p. 254).

1.9 A subordinação do Estado Novo aos EUA

No momento em que a força política do Chefe de Gabinete, pró-norte-americano, passou a ser maior que a do Ministro da Justiça, que formalmente era seu superior imediato, ficou evidente que a guerra econômica e cultural tinha um vencedor. Esta vitória dos interesses dos EUA aprofundou o pesadelo dos teuto-

brasileiros. No mês seguinte as destruições, os saques e as prisões foram generalizadas.

Neste contexto, a visão oficial de que as depredações foram uma manifestação espontânea do povo contra as agressões nazistas aos navios da marinha mercante brasileira se torna duvidosa. Desde julho, o governo Vargas promovera manifestações pró-EUA e contra a Alemanha. Essa parcialidade oficial favoreceu as violências contra qualquer elemento germânico, fossem culturais, como o luteranismo, ou econômicas, como os armazéns coloniais, lojas, hotéis, fábricas e bancos. Desde os descendentes de alemães, tão brasileiros quanto os filhos de outras correntes imigratórias, até judeus de origem germânica, perseguidos por Hitler, foram vítimas desta prática política.

1.10 As peculiaridades do Rio Grande do Sul no processo

Como nosso foco de análise é uma região do Rio Grande do Sul, também se faz necessária uma reflexão sobre peculiaridades locais, que, em estreita interação com o estudo feito sobre a conjuntura nacional e internacional, favorecerá a compreensão da violência étnica no Brasil Meridional.

Desde o processo colonizatório português formou-se uma oligarquia baseada no latifúndio, onde a pecuária extensiva associada às charqueadas dominava a economia. As atividades burocráticas governamentais e mesmo as comerciais eram de hegemonia dos luso-brasileiros. No início do século XX, com o processo de urbanização e diversificação, paulatina, das atividades econômicas, os

colonos alemães, italianos e seus descendentes ampliaram suas importâncias na agricultura, no comércio e na indústria. Como o Estado gaúcho concentrava significativo número de teuto-brasileiros, ainda coesos por elementos culturais germânicos, a ascensão sócio-econômica da elite desses colonos contrastou com a crise da economia pecuária.

No estudo sobre a economia e o poder nos anos trinta (1930), Pesavento conclui que:

"A crise da economia pecuária sulina revelou uma situação de descapitalização (criação e charqueada) que tornava a vanguarda da classe dominante incapaz de, com recursos próprios, renovar a estrutura produtiva local no sentido de um capitalismo rural pleno. Globalmente, esta economia se apresentava como que atrelada, o que dava reforço ao modelo de desenvolvimento agropecuário proposto, valorizando as indústrias naturais e a 'integração ao mercado nacional'. A pecuária se revelou sempre dependente de medidas governamentais de apoio. No tocante ao seu envolvimento com o poder central, a subordinação econômica tendeu a ser mascarada na medida em que as aspirações locais de desenvolvimento se coadunavam com a orientação do governo central de 'diversificação econômica nacional', 'mercado interno integrado', etc. Os choques se davam na medida em que o atendimento a um problema regional era suplantado por um interesse nacional" (p. 184).

Nesse cenário, os chamados colonos diversificavam a economia, ainda que não estivessem imunes à "crise de 1929" e seus efeitos. Suas estreitas relações comerciais com a Alemanha favoreciam a acumulação de capitais. O período do entre-guerras foi o momento de consolidação de investimentos teuto-brasileiros na industrialização substitutiva, na agricultura colonial e no comércio urbano e externo.

Em relação ao crescimento do comércio brasileiro com a Alemanha, na fase inicial do Estado Novo, existe um consenso entre os historiadores que analisam o período. Contudo há polêmica no que se refere às relações comerciais entre as regiões do Brasil meridional, onde existem mais descendentes de alemães, com a Alemanha nazista. Outra questão, que é pouco aprofundada, se refere à ascensão do comércio teuto-brasileiro, no Rio Grande do Sul. Estaria diretamente relacionada com as exportações e importações alemãs?

Essa problemática é apresentada por Gertz:

"A questão que neste caso deveria ser respondida se refere às possibilidades que a Alemanha nazista tinha para exercer pressão política sobre a indústria e o comércio do sul do Brasil. Não há dados ou manifestações que pudessem levar a uma resposta satisfatória. [...]. Segundo Roche, a partir de meados da década de 30, 26% das exportações gaúchas se destinavam à Alemanha. Madeira, couros, linhaça, arroz, tabaco, banha eram os principais produtos de exportação. Excetuando o couro, a região colonial alemã participava da produção dos demais produtos.

O percentual relativamente alto da exportação para fora do país representava uma parte muito pequena das exportações gerais do estado. A maior parte era exportada para outros estados brasileiros.

Para Santa Catarina há dados mais exatos sobre este aspecto. Do total de exportações ao exterior, em 1936, 11,3% iam à Alemanha (86,7% à Argentina). As exportações ao exterior, no entanto, representavam apenas 12,2% das exportações totais do estado, assim que as exportações à Alemanha representavam 1,3% das exportações catarinenses. Estes dados tornam difícil acreditar numa possibilidade efetiva de o interesse exportador ter exercido um papel político decisivo.

O exposto leva a crer que a base das relações econômicas entre Alemanha e Brasil, nos anos 30, de maneira alguma era a população de origem alemã no sul do Brasil. [...]

Dados mais claros e precisos sobre as relações da economia nazista com o sul do Brasil seriam importantes, pois há uma série de interpretações apressadas, mas errôneas" (1987: 106-107).

Partindo dessas informações e dos dados estatísticos oficiais do Governo do Estado sobre o comércio exterior tentaremos responder às questões propostas.

Mesmo antes da ascensão nazista na Alemanha, era muito importante para a economia regional. Em 1904 pagou 13,5% do total da exportação do charque, afora a exportação para os demais estados, 63,1% do valor, foi o país que mais comprou (PIMENTEL: 147).

Entre 1931 a 1937 o valor das exportações do Rio Grande do Sul para a Alemanha foi, aproximadamente, dez vezes superior às exportações realizadas para os Estados Unidos, e em geral, superiores às efetivadas para a Inglaterra (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO, volume 1, 1941: 225).

A tabela a seguir demonstra como a Alemanha nazista em 1938 era importante para o comércio gaúcho, e como o início da guerra alterou o fluxo comercial.

TABELA 4 – EXPORTAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL EM % SOBRE O VALOR

	1938	1939	1940
Alemanha	10,9	8,3	0,3
Bélgica	2,3	1,2	0,3
França	0,6	0,7	2,4
Holanda	0,4	1,1	0,4
Inglaterra	2,6	6,3	18,2
Itália	0,8	0,8	0,6
Japão	0,1	0,1	0,4
Argentina	3,8	2,3	1,4
Uruguai	1,7	1,9	3,1
Estados Unidos	3,5	5,2	5,5
Estados do Brasil	72,2	68,6	65,0
Outros Destinos	1,1	3,5	2,4

FONTE: Elaborada a partir dos dados do *Anuário Estatístico do Estado*, volume 1, 1941: 220.

Em 1938 as exportações para a Alemanha representavam 39,1% do total vendido ao exterior, 10,9% das exportações gerais, incluindo as efetivadas para os outros estados brasileiros. Esses valores demonstram que o comércio com os alemães cresceu significativamente de importância entre 1930 e 1938. Os números indicam que o sistema de comércio baseado nos "Marcos Compensados" estimularam essas vendas.

Em 1940 nenhum navio alemão entrou na barra do Rio Grande, apesar do Brasil ainda não ter entrado na guerra. A tabela das entradas de navios no porto de Rio Grande evidencia que a guerra comercial antecedeu o conflito bélico. A Alemanha não estava respeitando a doutrina Monroe. Em 1938 apenas 3 navios norte-americanos comerciaram com o Rio Grande do Sul, 11 vezes menos navios do que em 1931. No ano de 1938 a Alemanha comercializou com 64 embarcações. Isto significa 21 vezes mais do que os Estados Unidos. Os nazistas estavam "nocauteando" os norte-americanos no comércio gaúcho. Apenas uma terça parte dos navios alemães iam até Porto Alegre, portanto a maioria desembarcava suas mercadorias no porto de Rio Grande ou em Pelotas (*idem*: 138). A tabela também demonstra que a Inglaterra manteve constante seu fluxo comercial com o estado entre 1930 e 1939.

TABELA 5 -- ENTRADAS DE EMBARCAÇÕES ALEMÃS, AMERICANAS E INGLESA NA BARRA DO RIO GRANDE

	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940
Alemã	100	93	67	66	68	70	50	60	64	45	—
Americana	19	34	20	22	31	31	14	7	3	15	31
Inglesa	81	73	65	89	93	96	83	98	84	79	66

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO, volume 1, 1941: 136.

Os dados estatísticos do pós-guerra são reveladores da hegemonia norte-americana nas relações comerciais. Enquanto em 1938, os EUA importaram apenas 12.548 toneladas de produtos gaúchos, em 1946 importaram 47.698 toneladas. A Inglaterra em 1938 comprou 20.934 toneladas e em 1946, 184.131 toneladas (dados comparados da exportação entre os **Anuários** de 1941 e 1950-1952, Departamento Estadual de Estatística). Durante e após a guerra, os Estados Unidos dominaram as importações gaúchas, vendendo desde manufaturados até "ferro-velho" e tijolos do Alaska (**Anuário Estatístico da Importação em 1942-1944**, Departamento Estadual de Estatística, 1947).

Analisando as informações sobre as importações de longo curso, de matérias-primas, máquinas, aparelhos, ferramentas, produtos químicos e artigos manufaturados realizadas por Porto Alegre, em 1938, a Alemanha foi o país que mais vendeu:

PROCEDÊNCIA	QUILOS IMPORTADOS EM 1938
Alemanha	31.750.592
Estados Unidos	18.506.758
Inglaterra	3.680.202
Bélgica	27.347.705
França	252.441
Holanda	1.945.360
Portugal	286.355
Itália	1.015.483

FONTE: PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos Gerais de Porto Alegre**, p. 375. Sinopse Estatística do Estado, n. 3, 1938: 121.

Ainda que as informações sobre as importações sejam muito limitadas, pois não fornecem valores e discriminação dos produtos, nem dados gerais para o Rio Grande do Sul, nota-se que a Alemanha nazista era a grande beneficiária dessas importações. A Inglaterra vendeu um décimo da quantidade de produtos fornecidos pela Alemanha, para Porto Alegre, em 1938.

Os dados estatísticos oficiais apresentados sobre o comércio externo do Rio Grande do Sul não são completos, mas relacionados com as informações sobre o comércio e a industrialização teuto-brasileira nos jornais da época, com os depoimentos dos entrevistados, indicam que a Alemanha era de grande importância.

Sobre os interesses econômicos da Alemanha com a região colonial, ou para ser mais preciso, com os teuto-brasileiros, o relatório **O Nazismo no Rio Grande do Sul**, denominado Secreto, do chefe de polícia Aurélio da Silva Py, possivelmente publicado em 1943, apresenta diversas informações. Entre elas destacam-se trechos da revista **O Colono Alemão**, da Igreja Evangélica Alemã (do exterior), que denunciava:

"— Reaparece cada vez mais claramente que as providências anti-germânicas do governo brasileiro contra os teuto-brasileiros foram efetuadas sob a pressão dos Estados Unidos da América. Essas leis, que se fazem sentir dura e injustamente, não são feitas no Rio, e sim em Washington" (p. 254).

No mesmo relatório, citando também a mesma revista, possivelmente de junho de 1937, há uma transcrição de um artigo de Barbosa Lima Sobrinho, do

Jornal do Brasil, onde esse denuncia a perseguição cultural e étnica aos descendentes de alemães no Brasil.

"Errôneo também é, destacar alguns casos excepcionais, nos quais teuto-brasileiros se esqueceram de seu dever como cidadãos brasileiros e se puseram contra as leis do país, para agora suspeitar de todos os cidadãos de sangue alemão, denunciando-os sem exceção como inimigos do país e espiões" (p. 162).

Não obstante essa denúncia de perseguição étnica generalizada, o chefe de polícia entendia que o nazismo era sistêmico. A língua alemã, a Igreja Luterana, a escola de origem germânica e as atividades comerciais com a Alemanha precisavam ser combatidas. Entre os documentos que publicou, há uma carta do representante comercial da Siemens-Schuckert no Rio Grande do Sul, para uma rádio alemã, onde fica nítido que os ouvintes eram "bons fregueses e compradores de produtos alemães" (p. 428). Ainda que a carta seja de 1935, portanto anterior à guerra, e não seja documento comprobatório da ação nazista, indica que havia estreita relação comercial entre os teuto-brasileiros e a Alemanha.

A preocupação policial com esse desenvolvimento comercial fica transparente no relatório da Delegacia de Ordem Política e Social, de 12 de maio de 1939:

"I - É suficientemente conhecido o processo de *boycot* de que lançam mão os nazistas para atacar comercialmente o adversário. [...].

II - Existe no Rio de Janeiro uma organização comercial com o título de 'Câmara do Comércio Teuto-Brasileira' e cujas finalidades são as seguintes:

1º) Fomentar o intercâmbio comercial entre o Brasil e a Alemanha. [...].

3º) Dar conhecimento aos associados, através do Boletim, a procura dos artigos brasileiros por parte de firmas alemãs, como as ofertas destas sobre produtos que interessam ao Brasil. [...]

5º) Colher, tanto no Brasil como na Alemanha, as informações que forem requeridas sobre a situação financeira, idoneidade moral, etc...

No Rio Grande do Sul existe uma associação denominada União de Firms Teuto-Brasileiras, filiada à 'Câmara do Rio'.

A organização comercial teuto-brasileira local tem sua sede nos escritórios da firma Frederico Mentz & Cia, à qual compete a direção do 'Verband' " (p. 477).

O Relatório ainda cita casos de comerciantes de Porto Alegre, que, na ótica policial, foram prejudicados pela organização, por razões raciais e políticas. Concluindo que havia boicote aos comerciantes que não fossem de origem ariana e simpatizantes do nazismo, o relatório apresenta uma carta, de uma fábrica de tintas alemã, à Câmara Comercial Teuto-Brasileira indagando se um representante comercial gaúcho era de origem ariana (p. 478).

A documentação policial ainda apresenta uma reportagem do jornal Correio do Povo, onde há a denúncia de que os importadores alemães não compravam o fumo exportado por empresas de luso-brasileiros. Conforme a notícia, de 27 de agosto de 1939, o chefe de uma antiga empresa de exportação de fumo, Viúva Alípio Cezar & Cia, declarou:

"Nenhuma das minhas ofertas, pelo menos, foi aceita pela repartição de controle alemão, apesar de que meus preços, ao que estou seguramente informado, eram muito inferiores aos preços porque foram adquiridos lotes de idêntica qualidade e sortimento. A única diferença é que estes pertenciam a elementos teuto-brasileiros fiéis ao

nazismo ... Aliás, eu propriamente não tinha o direito de manter nenhuma ilusão a respeito da sorte das minhas ofertas, porquanto havia sido advertido por um desses elementos de que eu não venderia fumos para a Alemanha nem a preço de custo" (p. 482).

Nesse caso, ocorreu uma denúncia jornalística, que não se resume apenas ao controverso relato do chefe de polícia.

Outro exportador de fumos, Sílvio Torres, destacou:

"[...] a circunstância verdadeiramente singular de que as firmas preferidas tivessem sido exatamente aquelas cujas ofertas chegaram a exceder às nossas em mais de 25%.

Só posso atribuir o fenômeno às atividades equívocas de certos elementos daqui junto à repartição de controle do governo alemão e que teriam tido como consequência a eliminação das firmas genuinamente brasileiras do nosso intercâmbio comercial com a Alemanha" (p. 483).

Um memorial sobre o problema foi encaminhado ao ministro Osvaldo Aranha, pelos exportadores de fumo luso-brasileiros, onde informam que a Alemanha estava comprando:

" [...] de firmas sem tradição no comércio exportador, muitas recentemente estabelecidas, todas com nomes alemães e – o que é mais singular – localizadas em sua maioria no interior, em contato, portanto, direto e permanente, com a população de origem germânica" (p. 484).

Para a polícia gaúcha, a questão não pertencia mais à ordem comercial ou econômica, mas era um intervencionismo político nazista.

Ainda que essas conclusões policiais sejam exageradas, o conjunto de informações aqui expostas, desde as referentes ao comércio exterior até os protestos formais dos luso-brasileiros, indica que ocorreu forte desenvolvimento comercial entre os teuto-brasileiros gaúchos e a Alemanha nazista.

Portanto, os colonos capitalizados dinamizaram seus negócios, enquanto os luso-brasileiros, de forma geral, sofreram a estagnação e/ou a decadência. É evidente que apesar da heterogeneidade desses dois grupos, ocorreram inúmeras sociedades comerciais e industriais com elementos das duas etnias. Ainda que seja necessário relativizar as segregações e os isolamentos étnicos, pois não foram absolutos nem no auge das duas guerras mundiais, também não podem ser ignorados.

1.11 A importância comercial dos teuto-brasileiros aprofundou conflitos

ROCHE descreveu a evolução conflitiva dos teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul:

"No decurso da Primeira Guerra Mundial, grande número de lojas alemãs, de atacado e varejo, foram destruídas ou saqueadas nas grandes cidades, sobretudo em Porto Alegre. Mas, o comércio francês fôra asfixiado pela mobilização geral e o comércio inglês, desfalcado pelas hostilidades. As casas alemãs depressa voltaram à atividade de antigamente, recuperaram e aumentaram, desde 1919, as importações: máquinas, material elétrico, tecidos, produtos químicos, automóveis e todos os objetos manufaturados, cimento, papéis, anilinas, vidro, etc. A Alemanha voltou a ser o segundo fornecedor do Brasil e o terceiro comprador em 1922 (12% da exportação do Rio Grande do Sul) [...].

Em 1925, as compras da Alemanha tinham voltado ao nível de 1913. Ainda dobraram de 1930 a 1939, período em que representavam 26% da exportação do Rio Grande do Sul para o estrangeiro (Inglaterra, 20%; Estados Unidos, 16%; Argentina, 7%) consistiam, principalmente, em madeira, couros, lã e crina, linho, arroz (2%), fumo (11%), banha e toucinho (74%)” (p. 459-460).

Conforme essa perspectiva, *“o comércio riograndense era mais importante com a Europa do que com o resto do Brasil”*. Ainda que tal afirmação não seja consenso na historiografia, é possível que *“encontravam-se sempre alemães à testa do alto comércio”* (p. 460).

Cabe também destacar como o Estado do Rio Grande do Sul contribuiu com a industrialização alemã, ainda que dentro das suas limitadas possibilidades de consumo. Internamente esse comércio promovia o desenvolvimento comercial, industrial e agrícola dos teuto-brasileiros. O sistema de “marcos compensados” favoreceu a valorização dos produtos coloniais e a importação de ferramentas e máquinas industriais.

Roche, fazendo referência ao período que antecedeu à guerra e aos efeitos dessa, informa:

“há sete vezes mais casas alemãs importadoras que de exportação. Na verdade, o Rio Grande do Sul é o Estado brasileiro que mais desenvolveu relações com a Alemanha.

A Segunda Guerra Mundial provocou, no comércio alemão, perturbações ainda maiores que a precedente, e os Estados Unidos da América conquistaram o primeiro lugar no comércio rio-grandense” (p. 460).

Através dessas informações fica mais fácil entender a ira que norte-americanos e muitos luso-brasileiros nutriam pelas atividades econômicas dos teuto-brasileiros. O conflito de interesses ficou evidente e contribuiu para as violências que serão analisadas nos capítulos seguintes.

A hegemonia dos teuto-brasileiros em vários setores econômicos, nas vésperas da Segunda Guerra, permitirá compreender a lógica de algumas determinações oficiais, durante o Estado Novo, no Rio Grande do Sul. Voltando a fazer referência ao período, Roche afirma que em 1924, ainda se elevava aceleradamente, o número de empresas com capital de origem alemã que:

"Ocupam o primeiro lugar na transformação dos produtos agrícolas e na alimentação (arroz, erva-mate, azeite, farinha de cereais e de mandioca, etc.). Dos 604 moinhos de mandioca, por exemplo, existentes no Estado, 411, encontravam-se nas colônias alemãs. Sua preponderância tornava-se ainda mais evidente na indústria do couro: de 837 instalações, os alemães possuíam 500 nas colônias e 200 na zona luso-brasileira. Assim como o curtume, a manufatura de calçados era essencialmente alemã [...]. Vinha, em seguida, a metalurgia, e, entre os principais estabelecimentos, todos alemães, encontravam-se 12 fundições e 24 usinas de metalurgia diferenciada. enfim, as mais importantes fábricas de tecidos ou de produtos químicos e farmacêuticos eram alemães, como as empresas de construção e de impressão (12 de 18 em Porto Alegre). [...] os chefes de empresas, artesãos e operários alemães estão na vanguarda em todos os setores" (p. 512-513).

Com base nessas informações percebemos que a ditadura do Estado Novo construiu uma série de restrições à participação dos teuto-brasileiros em órgãos como o Instituto do Arroz do Rio Grande do Sul, quando excluía do Conselho os produtores que fossem industriais e comerciantes. Esta restrição beneficiava a

oligarquia tradicional lusa, no artigo 13 do Estatuto outorgado, não pela inclusão explícita, mas pela limitação implícita aos teutos. Enquanto os teuto-brasileiros estavam se destacando no beneficiamento e comercialização do arroz, os luso-brasileiros ainda tinham a terra onde havia a produção. Isso lembra a famosa "Constituição da Mandioca", no Primeiro Reinado, quando os brasileiros estabeleceram limitações políticas para os que não fossem proprietários de "bens de raiz". Ainda que possa parecer um paradoxo, essa restrição, já que um descendente de alemães, Gaston Englert, era Conselheiro Administrativo do Estado, ocupava lugar de destaque no governo.

Sobre essa questão, Dilan Camargo, em seu estudo sobre o **Padrão Político e Institucional do Estado Novo no Rio Grande do Sul**, informa:

"Gaston Englert rebelou-se contra essa discriminação. Segundo ele, ao arroteio de mentalidade evoluída e senso comercial, a sua atividade comercial é uma decorrência de sua própria organização industrial. Este ao descascar a produção de sub-arrendatários, vizinhos, amigos, estaria apenas dando um pleno aproveitamento à capacidade industrial de seu estabelecimento, transformava-se em comerciante" (p. 138).

Os protestos foram em vão. O representante das "classes conservadoras" não percebeu que após o início da Guerra a conjuntura não era mais favorável aos teuto-brasileiros. Em 1939, os rumos da política externa ainda eram dúbios, mas já não era mais época para confraternizações como o banquete do 7 de janeiro de 1938, quando Daltro Filho e Getúlio Vargas foram homenageados na Sociedade Germânia.

Ao contrário do que concluiu Camargo, a Revolução de 1930 não alijou as classes oligárquicas do poder de estado (p. 35), mas estabeleceu novas composições.

Na perspectiva desse autor:

"O Estado Novo no Rio Grande do Sul, transcorreu sem significativas contestações, tendo os elementos das principais forças políticas do Estado representação no governo, o que se constituía na forma de acomodar interesses e neutralizar conflitos" (p. 102-103).

Não se pode esquecer que nas ditaduras fascistas, além e aquém, das acomodações corporativistas, a violência policial e a censura, escondem e impedem as contestações. A lotação do sistema carcerário, a construção de novos presídios para presos políticos, a truculência e a existência da DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) indicam sérios conflitos.

Apesar desses problemas na análise política, Camargo destaca que no aspecto econômico, durante a Segunda Guerra, o Estado (RS) reduziu suas taxas de crescimento industrial, em comparação com São Paulo, reforçando sua função agro-pecuária, de fornecedor de *"alimento barato para o trabalhador nacional"* (p. 159).

O rompimento das relações comerciais com a Alemanha e a subordinação ao capital norte-americano no financiamento de um processo de industrialização substitutiva, prejudicou as indústrias dos teuto-riograndenses.

Sobre a industrialização gaúcha, Roche informa:

"Os três primeiros anos de guerra tiveram tal influência que o número de estabelecimentos, o capital investido, a força motriz aplicada e o valor da produção, tudo (salvo o número de operários) dobrou pelo menos. O movimento continuou depois, mas sem a mesma intensidade" (p. 516).

[...] "Os teuto-riograndenses foram os fundadores da indústria e seus senhores até às vésperas da Segunda Guerra Mundial" (p. 520).

As questões étnicas e políticas ficaram embricadas com as econômicas, na agricultura colonial e na produção de banha. Ocorreu um controle dos preços em nome do esforço de guerra. Nesse momento, antigos e persistentes preconceitos se manifestaram:

"as Constituições de 1934 e 1937 restringiram os direitos do brasileiro naturalizado, retirando-lhe de novo todos os direitos passivos [...].

Não só os colonos alemães viviam fora da sociedade local, mas também os luso-brasileiros sentiam por eles certo desprezo, quando não hostilidade certa.

A opinião geralmente difundida nos meios brasileiros era que o colono devia permanecer agricultor, visto que, para isso, o haviam feito vir; [...] 'deve, ou deveria, executar as obrigações do contrato que aceitou ao instalar-se numa terra'. Vender essa terra, estabelecer-se algures para exercer outra atividade, é cometer um abuso. Assim se formava e se mantinha uma espécie de casta inferior [...]" (ROCHE: 707).

A vida cotidiana e profissional de muitos naturalizados foi afetada pelas restrições constitucionais (artigo 121, em 1934; e 115 e 156, em 1937). O sucesso econômico dos colonos, tanto na agricultura, onde seus produtos se sobrepunham

em valor aos dos luso-brasileiros, como na indústria e comércio, explica, parcialmente, estas discriminações.

Na Tabela 6, pode-se observar a evolução do valor das exportações dos produtos coloniais como a banha em relação ao charque.

TABELA 6 – PARTICIPAÇÃO DE ALGUNS PRODUTOS NO VALOR DAS EXPORTAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL

	1861		1890		1923		1927	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
(1) Charque	5.490	37,7	5.223	30,3	59.845	19,2	73.980	17,7
(2) Couros	5.868	37,2	4.211	24,4	44.601	14,3	28.467	6,8
(3) Subtotal: (1)+(2)	11.798	74,9	9.444	54,7	104.466	33,5	102.447	24,5
(4) Arroz	-	-	-	-	24.423	7,8	54.036	13,0
(5) Banha	-	-	1.993*	11,5	41.274	13,3	81.980	19,7
(6) Farinha de Mandioca	221	1,4	1.117	6,5	8.466	2,7	7.570	1,8
(7) Feijão	627	4,0	1.583	9,2	4.504	1,4	13.899	3,3
(8) Fumo	-	-	348	2,0	13.058	4,2	13.415	3,2
(9) Vinho	-	-	-	-	7.751	2,5	12.121	2,9
(10) Subtotal: (4) + ... + (9)	848	5,4	5.041	28,2	99.456	31,9	163.021	43,9
(11) Total: (3) + (10)	12.644	80,3	14.485	83,9	203.922	65,4	285.468	68,4
(12) Total do RS	15.758	100,0	17.267	100,0	311.151	100,0	415.915	100,0

(*) Inclui toucinho.

(**) O hífen indica que não houve exportação, ou seu valor foi inferior a 1% do valor total das exportações.

FONTE: SINGER, Paul. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1977, p. 161.; *Anaes do Congresso Constituinte do Rio Grande do Sul*. Sessão Extraordinária. Porto Alegre: Oficinas Typographicas d' "A Federação", 1981, p. 33.; Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior. **Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Oficinas Typographicas d' "A Federação", 1924, p. 373-9.; Secretaria do Estado dos Negócios da Fazenda do Rio Grande do Sul. **Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas Presidente do Estado pelo Secretário do Estado dos Negócios da Fazenda Dr. Firmino Palm Filho em 15 de agosto de 1928**. Porto Alegre, Oficinas Typographicas d' "A Federação", 1928, p. 113-8. *in*: FONSECA: 69.

As exportações de arroz para a Europa sofreram forte refluxo com a Segunda Guerra (CAMARGO: 144). Esses prejuízos econômicos foram, em parte, transferidos na ira aos alemães aqui radicados, pois esses passaram a representar os culpados pelo conflito.

Alberto Pasqualini e Gaston Englert, Conselheiros Administrativos do Estado, descendentes de imigrantes, perceberam a animosidade, a "desconfiança e suspeição" em relação aos colonos italianos e alemães. Exaltaram a tradição da brasilidade e patriotismo quando foi decretada guerra ao eixo. Diziam que o inimigo queria semear a discórdia, o desânimo, o retalhamento interno entre brasileiros "de nascimento e de coração". Não aceitavam que quisessem dosar o patriotismo dos brasileiros pelas sílabas do nome. O discurso de Pasqualini, em agosto de 1942, mais demonstra a existência da discriminação com os colonos, do que a nega.

"Diante da pátria em perigo, os brasileiros de todas as origens serão iguais no amor e no sacrifício e irão defendê-la com a mesma energia e destemor. [...] não somente querem lutar pela pátria, mas que reivindicam o privilégio de estar entre os primeiros a tombar na linha de frente em defesa de sua integridade e pela sua glória imortal" (*idem*: 180).

Gaston Englert apoiou esse discurso e acrescentou: *"Também os brasileiros de olhos azuis e de cabelos loiros [...] hão de estar nas primeiras linhas de combate para lutar em defesa da integridade, da soberania e da honra de nossa pátria"*.

Pelo exposto, fica nítido que a declaração da guerra ao eixo expôs os colonos e seus descendentes a uma situação constrangedora, mas que também

ocorreram limites nas discriminações étnicas. A própria manutenção de Pasqualini e Englert no Conselho Administrativo do Estado significa que o processo não foi tão radical.

As discriminações aos alemães já havia ocorrido na Primeira Guerra e estabelecido um processo de nacionalização, que certamente prejudicou seus interesses comerciais. É importante frisar que a violência aos germânicos pelos lusos antecedeu a criação do nazismo. O conflito sócio-econômico entre as etnias, no Rio Grande do Sul, adormeceu no entre-guerras, para aflorar em 1942.

Como recorda Roche, fazendo referência à antecessora da Liga de Defesa Nacional (que esteve à frente dos atos de vandalismo em 1942):

"A Liga de Resistência Nacional, criada em Porto Alegre a 7 de outubro de 1918, reúne 300 membros, todos luso-brasileiros; tem como fins principais despertar, através de manifestações patrióticas ou por qualquer outro meio a seu alcance, o sentimento cívico dos brasileiros contra a Kultur Germânica, intensificar, por todas as formas, a propaganda contra os inimigos da Pátria (publicando, por exemplo, uma lista negra das casas de comércio, etc.), e fazer toda a propaganda para que o uso da língua alemã seja abolida e para que todos os nomes alemães (ruas, cidades) sejam substituídos por nomes nacionais. Os luso-brasileiros são as sentinelas de soberania nacional no extremo sul do Brasil, encarregados de reprimir 'o perigo alemão nascido dos núcleos de imigração' " (p. 716).

A ideologia e a prática contra as minorias étnicas antecedeu ao Estado Novo e ao pan-americanismo. Ao contrário da propalada democracia racial, há um processo explícito de homogeneização cultural nas vésperas da Segunda Guerra

nas Américas. As perseguições aos luteranos e aos colonos alemães, no sul do Brasil, refletem as propostas da Conferência Panamericana de Lima, em 1939:

"Certos Estados tentam organizar politicamente seus cidadãos residentes no estrangeiro. É preciso que os Estados americanos impeçam a constituição artificial de minorias étnicas, lingüísticas e religiosas; a antiga unidade deve ser conservada; a idéia de minorias é estranha ao direito e à realidade americanas. O Brasil é o que mais tem sentido esse perigo" (*In*: ROCHE: 757).

A receita estava dada, e os luso-brasileiros, que estavam sendo superados na importância das atividades econômicas, aproveitariam suas práticas anti-germânicas para prejudicar seus concorrentes. A identificação mecânica entre nazismo com germanismo tentou legitimar as violências culturais e econômicas.

A Alemanha nazista identificava de forma totalitária o partido com a nação, seus inimigos usaram a lógica inversa para promover a perseguição às minorias coloniais. O fato de o nazismo ter se expandido abertamente no Rio Grande do Sul, apesar de eventuais oposições dos próprios teuto-brasileiros, também colaborou para a radicalidade do processo de nacionalização.

Os preconceitos e os estereótipos foram sendo construídos desde o início da imigração, mas se manifestaram mais na Segunda Guerra:

"Os luso-brasileiros pintavam o alemão como um homem alto, loiro, de olhos azuis, língua áspera, bebedor de cerveja, partidário dos regimes totalitários, desejosos de conquistar por toda a parte o poder social e político" (WILLEMS: 110).

Roche destaca que o germanismo foi reforçado pelos colonos após as medidas coercitivas tomadas pelo governo riograndense para combater o nazismo. A segregação imposta fez os teuto-brasileiros sentirem-se estrangeiros, cidadãos de segunda categoria, *"cujos direitos ficavam suspensos pela arbitrariedade da administração ou da polícia"*. Como reação, também ampliaram preconceitos aos que denominaram de "lusos", identificando-os como preguiçosos, vaidosos, mestiços. As ações do governo gaúcho uniram mais os imigrantes alemães em torno de uma identidade cultural do que havia conseguido a propaganda nazista (p. 720-725).

Contudo, precisamos reforçar que as violências não foram resultado de problemas apenas regionais, como afirmou Roche (p. 725), mas resultado de conflitos imperialistas maiores, como o embate do pan-americanismo com o nazismo. Além desta luta externa, pelo mercado brasileiro, o próprio projeto do Estado Novo determinou o fierte com a Alemanha nazista numa primeira etapa, para depois regulamentar e promover a segregação.

Outra idéia "temerária" é a de que aos descendentes de alemães: *"O Estado Novo lhes impôs silêncio, nem mais nem menos que a todos os outros cidadãos"* (ROCHE: 734).

Nos capítulos seguintes analisaremos as violências culturais específicas a que os teuto-brasileiros foram submetidos. Italianos e japoneses também sofreram violências culturais, ainda que em escala menor.

Apesar de eventualmente, autores clássicos tentarem minimizar as segregações, suas notas bibliográficas indicam que naquele momento:

"Numerosos colonos deixaram o Rio Grande (pelo Paraná e Argentina) [sic] porque o clima ali era insuportável [...], 'explodiu uma manifestação de ódio contra os descendentes de imigrantes alemães' (In: ROCHE: 761).

2 A POLÍCIA, ORGANIZAÇÃO E AÇÃO

2.1 O controle e a coerção policial

A questão da violência contra a etnia alemã no sul do Brasil, durante o Estado Novo, está diretamente associada à ação policial, seja pela perseguição, controle, propaganda antigermânica, furtos, prisões, torturas e mortes, seja pela negligência.

O estudo do aparelho policial e suas relações permite a reconstrução de elementos do Estado no cotidiano: *"toda forma de manifestação ideológica se organiza no interior da ação e só nela faz sentido"* (BRESCIANI, 1978). Portanto, a organização da repressão institucional esclarece a lógica governamental.

A polícia é um elemento essencial dos sistemas totalitários, pois, através da vigilância constante, consegue punir prontamente, mas sua estrutura também é fundamental na moldagem da sociedade (FOUCAULT, 1977 e 1979).

A estrutura que vai da guarda civil, "do quartelão", até ao Exército, promove o agente policial como elemento que representa e é o governo, faz a lei e a executa, determinando o que deve prosperar e o que precisa ser exterminado.

As atividades políticas foram vigiadas pelo DOPS – Departamento de Ordem Política e Social, conforme demonstra a figura a seguir.



FIGURA 10 – O CONTROLE POLICIAL SOBRE OS INTEGRALISTAS E NAZISTAS COMPROVADO NO DOPS DE SANTA CATARINA

FONTE: Relatório do DOPS de Santa Catarina. *O Punhal Nazista no Coração do Brasil*. Florianópolis: Imprensa Oficial de Santa Catarina, 1943.

Assim como é impróprio conceituar o Governo Vargas de 1930-45 como época de "confusão ideológica" (CARNEIRO, 1998: 135), por ter um conjunto de idéias bem articulado que evoluiu para o totalitarismo do Estado Novo, também é difícil concordar com que o *"Estado vai ser dual (o institucional e o de prerrogativas)"* (CANCELLI, 1993: 5). As prerrogativas foram institucionalizadas, a prisão não foi um campo especial de segregação, mas um dos locais onde a violência e a subordinação do indivíduo ao Estado se manifestaram.

No Rio Grande do Sul, com a instituição dos "salvos-condutos" para as pessoas poderem transitar de uma cidade para outra, o direito de ir e vir desapareceu. Simultaneamente foi proibido o idioma alemão, o que prendeu ainda mais os de origem germânica nas colônias. Portanto, junto com as cadeias, com o Instituto Penal Daltro Filho, em Charqueadas (onde foram presos os "simpatizantes do eixo"), eram concentrados os alemães e seus descendentes nas próprias colônias. Esse controle rigoroso sobre o deslocamento dos indivíduos lembra a Alemanha nazista com os judeus isolados em guetos.

Apesar de as instruções sobre a exigência de salvo-conduto serem extensas e detalhadas (VIDA POLICIAL, março, 1942: 50-52), separavam-se basicamente as pessoas em três categorias:

- os funcionários públicos, e seus familiares que os estivessem acompanhando, estavam isentos do documento, assim como os brasileiros portadores de carteira de identidade emitidas após 1937, ou portadores de passagens fornecidas pelo governo;

- os cidadãos comuns que não possuísem a carteira de identidade recente precisavam adquirir o Salvo Conduto, após o pagamento de selos estaduais, de educação e saúde federal, que possuíam a validade de sessenta dias, mas necessitavam do visto policial a cada viagem.

- os estrangeiros nacionais da Alemanha, Itália e Japão (Países do Eixo) para se locomoverem para qualquer localidade por qualquer meio de transporte precisavam do salvo-conduto visado para o dia da viagem.

Com essa divisão, aqueles que não fossem funcionários públicos pagavam ao Estado para que a polícia os controlassem, e destinavam verbas para educação e saúde pública. Dessa forma, a polícia se autofinanciava em seu processo de hipertrofia, com lucros para o governo. Tudo era pago pelo policiado, até mesmo a própria prisão.

O salvo-conduto era exigido nas viagens terrestres entre Porto Alegre e Bagé – Livramento – Dom Pedrito – Herval – Iral – Itaqui – Jaguarão – José Bonifácio – Passo Fundo – Palmeira – Quaraí – São Luiz – Santa Rosa – Santo Ângelo – Santa Vitória do Palmar – São Borja – Uruguaiana – Getúlio Vargas – Bom Jesus – Vacaria – Lagoa Vermelha e Pelotas. Qualquer viagem entre a capital e esses municípios, ou entre eles, necessitava do documento policial.

A ação policial era detalhada, racionalmente normatizada, ao menos no Estado do Rio Grande do Sul, por isso não podemos concordar que *“a falta de princípios policiais garantia a eficácia do poder”* (CANCELLI: 5).

Durante o Estado Novo, a polícia planejava e executava minuciosamente o controle social, associada ao DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda, buscando criar, ao menos nas aparências, um país diferente. Mesmo antes da institucionalização das Delegacias de Ordem Política e Social, as Delegacias Auxiliares, suas antecessoras, normatizavam a vida cotidiana, conforme a Circular nº 1, (Figura 11) da Repartição Central de Polícia de Porto Alegre, de sete de janeiro de 1941.

As instruções demonstram a existência da censura, da repressão policial e da discriminação social nas manifestações carnavalescas. Os “maltrapilhos” não

podiam participar e as bebidas alcoólicas populares, como a cachaça, não podiam ser vendidas. O carnaval de rua era praticamente proibido, mas aqueles que tivessem condições econômicas podiam divertir-se nos clubes e consumir "vinho, chopp, cerveja, whisky e champanhe". Independente das preocupações provocadas com o ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o controle dos indivíduos já era rigoroso, especialmente se fossem pobres. A vida era normatizada, fiscalizada e reprimida pela polícia de forma minuciosa, os gafanteios, a embriaguez, as brigas, o trânsito das pessoas nas ruas tinham limites rígidos (Lei das Contravenções Penais e Decreto Lei 3688 de 1/1/42).

Cytrynowicz, em sua tese, **Guerra Sem Guerra**, aprofunda essa questão.

Repartição Central de Polícia

em Porto Alegre, 7 de janeiro de 1941

INSTRUÇÕES QUE DEVERÃO SER OBSERVADAS

CIRCULAR Nº 1.

NOS DIAS DE CARNAVAL DE 1941.

- 1-Nenhum baile publico poderá realizar-se sem prévia licença da D.A.
- 2-Nenhuma canção poderá ser cantada nas vias publicas, sociedades, clubes, e outras quaisquer casas de diversão, sem prévia censura da respectiva letra.
- 3-Nenhum agrupamento carnavalesco poderá transitar pelos passeios das ruas, nem penetrar nos bares e casas comerciais.
- 4-Não é permitido o uso de fantasias atentatorias á moral, nas vias publicas, nos bailes, nos corsos, etc. Os que se apresentarem com tais fantasias, serão apresentados á Delegacia mais proxima.
- 5-Não é permitido o transito pelas ruas de grupos carnavalescos de que façam parte individuos maltrapilhos, empunhando latas, fragmentos de madeira e outros objetos. Tais grupos serão dissolvidos e seus componentes apresentados á Delegacia mais proxima.
- 6-Não é permitido o uso de fantasias constantes de uniformes, distintivos, emblemas, bonés, fitas, gólas, botões ou outras quaisquer insignias adotadas pelas classes armadas. Os que transgredirem essa disposição serão apresentados á Delegacia mais proxima e apreendidas as peças proibidas de sua fantasia.
- 7-Não é permitida o uso de uniforme de qualquer outra classe, como fantasia, atendendo á necessidade de não estabelecer confusão com aqueles que tenham que usar o seu uniforme no exercicio de qualquer função, publica ou particular.
- 8-Durante os dias de carnaval fica proibida a venda de bebidas alcoolizadas em bares, hotéis, restaurantes, cafés, botequins e mercados, excetuando-se o vinho, chopp, cerveja, whisky e champanhe.
- 9-O uso de mascaras, na via publica, será permitido somente nos dias proprios de carnaval; ficam, entretanto, os seus portadores sujeitos, a qualquer momento, á fiscalização policial.
- 10-Será apresentado á Delegacia mais proxima toda aquele que fizer uso de lança-perfume como entorpecente, aspirando-o ou bebendo-o.

Ao Snr. Delegado chamo a atenção, de ordem superior, para rigorosa observancia das instruções acima, baixadas pela Chefia de Polícia.

Harvey A. Ambuja

Diretor do Expediente.

FIGURA 11 - CIRCULAR Nº 1, DA REPARTIÇÃO CENTRAL DE POLÍCIA DE PORTO ALEGRE

Mesmo antes de 1942, quando foi declarada a perseguição à "quinta coluna"⁶, aos súditos do eixo (alemães, italianos e japoneses, natos ou a maioria de seus descendentes), as cadeias públicas estavam superlotadas. A ditadura Vargas tornou crime, e puniu desde o início, as ações que fugissem das normas oficiais; judeus, comunistas, homossexuais, maçons, artistas, integralistas, anarquistas, estrangeiros naturalizados e ciganos eram perseguidos, fichados e muitas vezes presos (LIVRO 828: 4, MPC "JFL").

Na fonte indicada há sugestão explícita de que o arquivo geral do DOPS tenha o "Fichário de integralistas nazistas, fascistas, comunistas, maçons, de estrangeiros naturalizados". Sobre os ciganos o Decreto 3010, publicado na revista *Vida Policial* Nº 10, p. 29, proibia sua entrada no Brasil. Os judeus e homossexuais também sofreram controle policial. Sobre os judeus o artigo "o exílio no Paraíso Perdido", da Izabela Maria Furtado Kestler, informa que:

"Com a instauração do Estado Novo, em 1937, a política imigratória passa a ser marcada por forte tendência anti-semita, manifesta nas circulares secretas e memorandos enviados pelo Itamaraty às representações consulares brasileiras na Europa mais procuradas por refugiados, que em sua maioria eram apátridas.

⁶ A expressão se refere aos espanhóis que durante a Guerra Civil, em Madri, apoiaram Franco. Existiam quatro colunas militares atacando aos republicanos, os inimigos internos formaram o que foi denominado de quinta coluna. A expressão aqui era usada para designar os possíveis inimigos internos ao Estado Novo. A colaboração possível que imigrantes alemães na Inglaterra, poderiam ter dado à Alemanha, na Primeira Guerra Mundial, era também usada como exemplo histórico de cuidado necessário. A polícia deveria ter "... controle de toda orientação política contrária ao Estado Novo e de movimentos prejudiciais à ordem e à segurança do Estado e do próprio País" (Livro 828: 4, MPC/RS-JFL).

Contudo, a chefia de polícia, através da revista Vida Policial, criticava a falta de liberdades individuais na Alemanha nazista:

"Lembremo-nos que o nacional-socialismo tomou supremos o Estado e a Nação, que passam a ser meios e fins em si mesmos. Cada cidadão, no conceito nazista deve não só contribuir para a glória e prosperidade do Estado como também devotar sua vida, devotá-la literalmente, ao Estado e à Nação. [...].

[...] o cidadão não tem o direito de considerar, como privativa sua, qualquer esfera da vida. [...].

Quando trabalha, só lhe cabe considerar o esforço nacional que deve regular sua vida particular" (fevereiro, 1942: 24).

Nas instruções aos policiais gaúchos determinava que:

[...] "nos casos de ordem política e social. Neles o indivíduo é colocado em segundo plano e em evidência o reflexo de sua ação dentro da coletividade. O faltoso ou delinqüente político não é um fato isolado, mas sim uma parceria dentro de uma vasta seqüência.

Até a presente data arquivamos 1706 prontuários coletivos e 3432 prontuários individuais, resultando daí o registro de mais de 80.000 pessoas ligadas aos fatos " (LIVRO 828: 5, MPC/RS "JFL").

Portanto, a polícia gaúcha criticava publicamente, em sua revista, a subordinação dos indivíduos ao Estado no Nacional Socialismo, mas instruía seus policiais, em documentos reservados, para que fizessem praticamente o mesmo. Pela existência de prontuários coletivos e pela quantidade de pessoas envolvidas, fica evidente que os indivíduos eram considerados em função dos grupos a que

pertenciam e não apenas por suas ações individuais. Isso explica por que muitas pessoas foram condenadas e presas em campos de concentração sem culpa formada, apenas por suspeição.

A falta de compreensão dos conceitos de culpado e inocente para a polícia, ou da própria lógica policial, leva a duvidar da racionalidade da repressão, como demonstra Priscila Perazzo:

"O que questionamos é o fato da polícia generalizar suas suspeitas, envolvendo toda a comunidade alemã radicada no Brasil. Inocentes foram presos e indiciados 'sem qualquer processo', assim como judeus refugiados do nazismo foram apontados como servidores do eixo e 'cidadãos alemães' depois de terem sido rotulados pelo Reich de 'apátridas'" (1999: 160).

A Gestapo, a polícia de Hitler, era o modelo de excelência para os órgãos de segurança brasileiros, ocorrendo, até o rompimento de relações diplomáticas, estreita colaboração entre a repressão policial brasileira e alemã. A entrega de Olga Benário às autoridades alemãs é um dos mais públicos exemplos dessa cooperação (MORAIS, 1985).

Logo após a Segunda Guerra, parte da opinião pública ficou surpresa com as violências cometidas pela polícia gaúcha, e com a semelhança de métodos com a ação da polícia nazista.

O Diário de Notícias de 8 de agosto de 1948, analisando a dramática situação nas colônias, num artigo intitulado **Batalha Contra a Fome**, afirmou:

"Pela mais crassa ignorância dos nossos dirigentes, que sempre são recrutados entre os malazartes ousados e pelos falastrões de comícios de fim de linha, a famigerada campanha de nacionalização feita por indivíduos que de brasileiros só tem a cor morena e o nome 'Silva' redundou num doloroso fracasso, firmando a evanescente autoconsciência das pessoas de origem germânica.

Jamais deve ser empregada a força. Não quero falar dos poucos descendentes de alemães – pouquíssimos para falar com mais precisão – que moradores na cidade tinham realmente consciência racial nazista. Mas a grande massa dos colonos, esses jamais compreenderam e deram ouvidos à pregação hitlerista. No entanto, foram brutalizados, espancados, insultados das formas mais soezes, a ponto de satis-fazerem os cães de fila, sobre seus corpos mutilados, as necessidades fisiológicas. Não é preciso relembrar todos os fatos amargos que bem revelam que a nossa alma brasileira, meiga e terna, é também capaz de atingir as profunduras abismais de brutalidade de uma Gestapo e N.K.V.D.

Além da denúncia da ação policial violenta, o texto demonstra que, como reflexo à perseguição étnica, os "colonos" se isolaram ainda mais do resto da sociedade. Portanto, o projeto de nacionalização forçada também gerou efeitos contrários aos seus propalados objetivos. Passados mais de cinquenta anos do episódio, muitas colônias continuaram fechadas, preservando ciosamente suas identidades étnicas, e todas oferecem relatos de violências policiais daquele período.

O mesmo artigo destacou que num processo de assimilação cultural:

"o uso da força é sempre contraproducente, outra verdade mezinha que a nossa sábia polícia 'Técnica' feita de bacharéis em ciências jurídicas e sociais, primariamente fez questão de ignorar. Diz Donald Pearson, sociólogo americano: 'É fato sociológico fundamental que as tentativas para forçar a assimilação geralmente são infrutíferas. Na realidade os esforços no sentido de impor a um povo, a contragosto, novos padrões de comportamento,

novas orientações de vida, podem falhar completamente, uma vez que a consequência normal de tais esforços é fazer voltar-se para suas antigas formas culturais, a lealdade do povo que estiver sendo forçado".

2.2 A influência nazista

A revista *Vida Policial*, na sua fase inicial, era órgão oficial de divulgação da Chefia de Polícia Gaúcha, confirmando que o totalitarismo estava alicerçado no binômio repressão e propaganda. Em agosto de 1941, assim demonstrava sua admiração pela Gestapo:

"Nada pode escapar à Gestapo, instituição considerada como a mais eficiente e formidável organização policial secreta do mundo. Poderá ter mais dinheiro o 'British Intelligence Service', mais imaginação o Deuxième Bureau francês, mais fanáticos à sua disposição a G.P.U. russa, porém nem o mais oculto rincão de vida humana pode esquivar-se dos tentáculos daquela.

[...] a Gestapo não necessita que 'a chamem'. Toma a iniciativa quando o considera conveniente.

[...] A Gestapo tem outra secção importante: a chamada 'Custódia Protetora'. Esta registra custódia protetora de todos aqueles que se acham internados nos diferentes campos de concentração. Nela existe o conhecido registro de todas as pessoas que estão ou estiveram debaixo da custódia protetora, não faltando as suas impressões digitais, fotografias, prontuários de conduta, etc".

A instituição da "custódia provisória", durante o Estado Novo, não foi uma idéia original, mas plagiada da Alemanha Nazista. A polícia gaúcha justificou a detenção de suspeitos no Campo de Concentração de Charqueadas, afirmando que

seus comportamentos colocavam suas vidas em perigo, *"obrigando-nos a promover a célebre 'custódia protetora', para evitar possíveis revides"* (VIDA POLICIAL, maio de 1942: 38). Até 1942 a Gestapo foi o exemplo de eficiência para a organização policial brasileira. Após janeiro daquele ano, o FBI passou a influir diretamente nas Delegacias de Ordem Política e Social, em nome de uma solidariedade continental. Contudo, a influência alemã permaneceu na forma organizacional, dando um caráter híbrido à polícia brasileira.

No mesmo artigo, a revista Vida Policial elogiava ao capitão Pomme, chefe de um setor da Gestapo: *"É casado e vive de maneira simples, quase modestamente, sendo conhecido como homem humanitário, honesto, muito 'moderado'"*. Portanto, ainda em agosto de 1941, a revista considerava um oficial da Gestapo como humanitário e admirava o Departamento II, que então *"se encarrega de todas as correntes e dos movimentos políticos legais e ilegais, dentro de Terceiro Reich. E controla tão bem, que a opinião privada de qualquer indivíduo não permanece oculta durante muito tempo"*. Aqui encontramos o paradigma do "bom controle". Não foi por coincidência que o Serviço Secreto da polícia brasileira se intitulou "SS" e perseguia aos mesmos inimigos referidos no artigo: comunistas, esquerdistas, homossexuais, maçons e judeus.

Até 1937 autoridades gaúchas participaram de solenidades organizadas pelos "teuto-brasileiros", nos quais a bandeira nazista, com a suástica, estava presente. O desfile dos componentes do Departamento Esportivo da Polícia, retratado na Vida Policial, nº 10, mostra os integrantes fazendo uma saudação com braço estendido, muito semelhante ao gesto nazista.

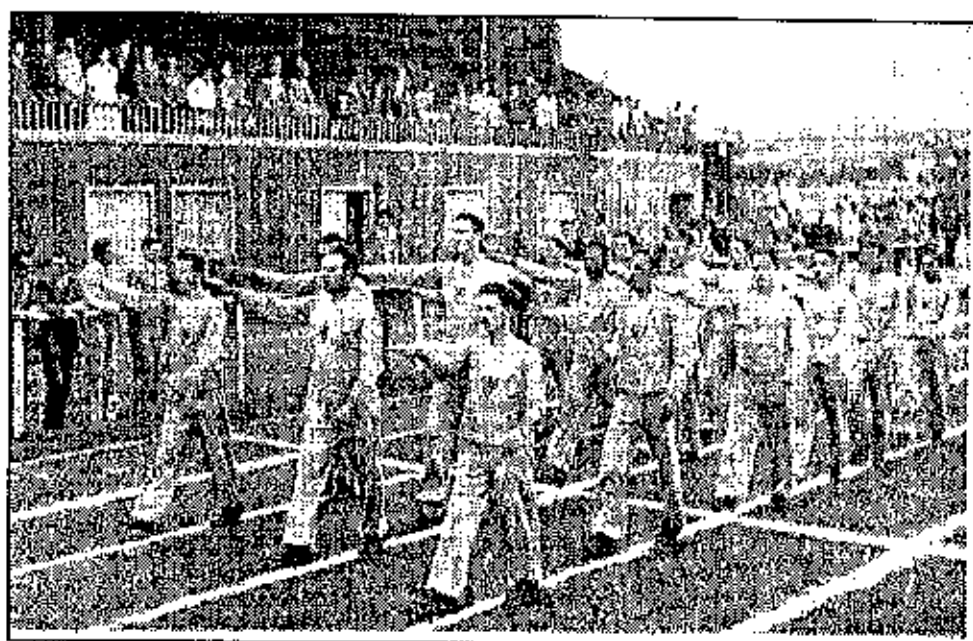


FIGURA 12 – Desfile dos Componentes do Departamento Esportivo da Polícia

Em 28 de janeiro de 1942, a Circular nº 3, da Repartição Central da Polícia, de Porto Alegre, no item C, 1 c proibia:

– “Fazer saudações peculiares às potências do eixo” (LIVRO 796, MPC “JFL”), se o Brasil viesse a romper relações diplomáticas com aqueles países. Portanto somente após 1942 a saudação com o braço estendido, como a demonstrada na foto, foi suspensa nos desfiles.

Em 1942 muitos alemães e seus descendentes foram presos e obrigados a trabalhos forçados em campos de concentração no Brasil, sob a acusação de serem nazistas, tendo a polícia como única prova fotos anteriores à Guerra em que apareciam com o braço estendido em cerimônias públicas (PY, 1942, Doc. H e J).

2.3 As arbitrariedades

A institucionalização das prerrogativas foi também efetivada através da jurisprudência. Sob o título **O Poder de Polícia no Estado Liberal das Constituições de 1891 e 1934 e no Estado Autoritário da Constituição de 1937**, foi divulgado, na revista *Vida Policial* (dezembro, 1941: 23), o parecer jurídico de Luiz Galloti, Procurador da República, no Rio de Janeiro, afirmando que:

"É plenamente justificável o arbítrio policial exercido na defesa da sociedade.

[...] o poder discricionário da autoridade policial pode ser exercido sempre que o reclame a defesa da sociedade, ainda mesmo que a prática lesiva não esteja precisamente definida na lei penal".

Nessa legitimação da violência policial, o documento esclarece aos historiadores (como PERAZZO, 1999: 27) o caráter totalitário do Estado Novo.

Todos deveriam participar das manifestações cívicas em favor do Governo Vargas. O nacionalismo era demonstrado através de desfiles massivos, contribuições em dinheiro, compra do bônus de guerra e de retratos de personalidades do Governo, denúncias de suspeitos à polícia (cujos bens eram via de regra confiscados e destruídos), não sendo raras agressões físicas aos possíveis súditos do eixo.

Um exemplo típico disso ocorreu a Alfredo Breunig, no interior de Santa Cruz do Sul, em Linha Antão, durante a "campanha de nacionalização", quando este estava:

"[...] viajando a cavalo por uma estrada do interior e não percebeu que numa escolinha próxima, semi-escondida pelo barranco da estrada, se realizava uma hora cívica com hasteamento da bandeira, foi derrubado do cavalo a golpes de reího por 'Chiru' que bradava 'alemão porco, aprende a tirar o chapéu'" (KIPPER, 1979: 44).

"Chiru" era um capataz do serviço de estradas que passou a policiar o comportamento dos colonos. Quando Ernesto Goettens, morador de Linha Scherin, embriagado, cantou em alemão:

"Contra ele investiu 'Chiru Balaio', que usando largamente seu reího, obrigou-o a dar 3 vivas a Getúlio e depois a marchar cerca de 15 km até a cidade, a fim de se apresentar à polícia" (*idem*: 45).

As arbitrariedades policiais foram generalizadas no Rio Grande do Sul, os casos de Santa Cruz do Sul exemplificam a violência, demonstram que o patriotismo era usado também para beneficiar funcionários corruptos e outros vigaristas que:

"Aproveitando o temor que tinham os colonos de serem presos ou considerados anti-patriotas, alguns mascates da cidade percorriam o interior, coagindo-os a comprarem fotos de Getúlio Vargas a preços exorbitantes. Nos salões de baile, residências, escolas e até igrejas eles eram levados a pôr a foto. Se o colono não tinha dinheiro para pagar, eles se apoderavam de mantimentos, porcos, galinhas ou usavam a violência. Ninguém tinha coragem para reagir. Nessa época, para os temerosos moradores do interior, quem falava português e tinha nome luso era temido e respeitado como se fosse a polícia" (*ibidem*: 45).

O peculato foi tão intenso que o chefe de polícia, em setembro de 1942, proibiu a comercialização com coação moral das fotos de Getúlio e outros artigos

patrióticos. Mas, como o documento mostra, a polícia continuou controlando as coletas.



CIRCULAR Nº 19.

REPARTIÇÃO CENTRAL DE POLÍCIA

PORTO ALEGRE, 15 de setembro de 1942

Sr. Delegado da Polícia

Esta Chefia recomenda a proibição expressa da venda de retratos de personalidades do Governo, albums, substitivos e ações de companhias, etc., que envolvam, de qualquer modo, coação moral aos comuradores.

Outrossim, as coletas para fins filantrópicos ou patrióticas somente poderão ser feitas com prévia licença da Polícia e em ambiente de absoluta espontaneidade das pessoas que desejem contribuir.

Saúde e Enternidade

Ttp. Cel. Aurélio de Silva

Chefe da Polícia

FIGURA 13 – CIRCULAR Nº 19 DA REPARTIÇÃO CENTRAL DE POLÍCIA

A revista Vida Policial angariou grande número de assinaturas e anúncios na zona colonial, porque colaborar com a revista significava para os teuto-brasileiros uma forma prática de demonstrar que estavam do lado das autoridades na luta contra a "Quinta Coluna". A negativa de colaboração significava a suspeição. Assim, novamente a polícia conseguia financiamento para suas ações, com a propaganda contra o germanismo sendo custeada em boa parte pelos teuto-brasileiros. Outra importante fonte de renda eram os anúncios de empresas que vendiam produtos norte-americanos. Antes de 1941 denunciava lenocínio, mas era patrocinada por anúncios dos cabarés. Os possíveis clientes podiam escolher em que parte da revista iriam aparecer, como anunciados ou como anunciantes.

O anúncio de julho de 1943 evidencia que as "coletas patrióticas" persistiram:



Colaboração de "Vida Policial"

FIGURA 14 – PROPAGANDA CONTRA O GERMANISMO

2.4 A revista *Vida Policial* como elemento de propaganda e legitimação da violência

Sobre esta temática existe o estudo: **A Polícia Política e a revista *Vida Policial***, de Estela Carvalho Bevenuto.

A *Vida Policial* foi organizada pela polícia gaúcha com a consciência de que repressão e propaganda deveriam agir juntas no Estado Novo. As semelhanças com as teorias nazistas produziram obras publicitárias nada originais. Comparando-se o cartaz nazista com o da polícia gaúcha, percebemos que a figura de Roosevelt, divulgada na França, aparece sinistra sobre a criança, como o agente nazista, também aparece de forma diabólica sobre a cidade. A propaganda estabeleceu uma perspectiva maniqueísta, produzindo esteriótipos, nos dois lados do Atlântico.



FIGURA 15 – PÔSTER ANTIAMERICANO LANÇADO NA FRANÇA PELOS NAZISTAS, EM 1943: SOB A FIGURA DE ROOSEVELT, A PALAVRA “ASSASSINO”

FONTE: PAZZINATO, Alceu Luiz e SENISE, Maria Helena.



FIGURA 16 – PROPAGANDA CONTRA O NAZISMO

Nos editoriais da revista Vida Policial, **Órgão da Repartição Central de Policia**, está explícito que o objetivo da perseguição e prisão dos possíveis nazistas não era apenas evitar suas ações, mas agredi-los com violência.

"Com a canaíha nazi que quer solapar nossa Pátria, não podemos contentar-nos em paralisar seus movimentos, porque a força do mal é enorme e o poder satânico que a anima é muito grande e muito tortuoso; é, pois, mister agredi-la com energia, destruir a sua violência parda com a violência crioula, acossá-la até os seus últimos redutos e, ali, destroçá-la por completo, para que dela nada fique, absolutamente nada mais que sua triste recordação" (Nº 45, abril, 1942: 11).

A ação violenta era justificada pela "necessária" cruzada contra "o poder satânico" e como represália à violência nazista na Europa. A instituição da "custódia protetora" criada na Alemanha nazista para legalizar as prisões nos campos de concentração, também era reproduzida pela polícia gaúcha (VIDA POLICIAL. "Astros da 5ª Coluna, maio e julho de 1942 de 1942).

A perspectiva da Lei de Talião, do "olho por olho, dente por dente", fez parte da mentalidade policial. A revista Vida Policial, de maio de 1942, afirmou:

"Os avanços do nacional-socialismo e sua política de murro na mesa só podiam ser refreados se opuse-se a força à força.

Foi pelo tacão de bota que o Nazismo se manteve até hoje no poder. É pelo tacão de bota que cumpre exterminá-lo, se se quiser novamente respirar livremente no universo. Esta deve ser a norma de todos os que estão decididos a salvaguardar a sua existência e a sua liberdade, contra a opressão e o vandalismo brutal de um sistema degenerado e sem escrúpulos.

A violência gera a violência" (p. 33).

Vista dessa perspectiva, a violência passou a ser um recurso miraculoso na manutenção da ordem social, perpassando a questão de combate ao nazismo. Além de ser institucionalizada pela polícia, a sevícia também foi recomendada pela polícia no âmbito familiar. O delegado Manoel Moojen da Rocha, no artigo **Quando o espancamento não constitui crime...**, afirmou de maneira didática que:

"Diariamente a autoridade policial toma conhecimento de denúncias oferecidas, na maioria das vezes, por vizinhos condoídos pela infeliz sorte do menor, a quem foram infligidos castigos corporais, pelos seus pais ou pessoas a quem estão entregues os tutelados.

Os casos vão à averiguação e no decurso das mesmas constata-se que na sua quase totalidade, o menor foi sujeito a sevícias em virtude do seu caráter rebelde a conselhos, não tendo tido os pais ou tutores, fito criminoso na aplicação do corretivo.

AO PAI OU TUTOR CABE O DIREITO DE CASTIGAR CORPORALMENTE O FILHO OU PUPILO. [...].

O pai ou tutor que aplique umas pancadas no filho ou pupilo, que está confiado à sua proteção ou cuidados, com o propósito de o corrigir, desde que, sob o ponto de vista médico, não se produziram lesões de caráter grave ou puseram em perigo a saúde do mesmo, exerceu um direito inerente à sua autoridade.

O exercício desse direito legítimo, não pode constituir um fato criminoso (VIDA POLICIAL, abril, 1943: 59).

Esse processo de legitimação da violência dava ampla liberdade aos pais e tutores para espancarem seus filhos, desde que não provocassem lesões de caráter grave. Não por coincidência, mas seguindo a mesma lógica, os corretivos policiais aplicados aos suspeitos nos interrogatórios tornavam-se assim legítimos. As

crianças precisavam ser, eventualmente, espancadas para a sua correção, portanto, os suspeitos de agirem em favor do nazismo necessitavam, também, dos corretivos.

2.5 Perseguição aos de origem germânica, subordinação aos EUA

Entre os princípios que norteavam a polícia gaúcha durante o Estado Novo estão:

"O interesse do Estado se sobrepõe ao do indivíduo na estrutura jurídico-política brasileira" (VIDA POLICIAL, junho, 1942: 27).

"Não é somente Hitler e o nazismo, como muitos pretendem, que nós estamos combatendo. Estamos também lutando contra toda a Alemanha, contra este pan-germanismo" [...].

"O perigo alemão não se originou em 11 de novembro de 1918 e muito menos em 1933 [...]. Tem suas origens [...] na criação de um Estado Nacional Alemão" (VIDA POLICIAL, junho, 1943: 13).

Portanto, para a polícia era necessário exterminar com o germanismo, cujo fruto seria o nazismo. Essa lógica explica a perseguição cultural e o isolamento imposto aos alemães e seus descendentes.

No artigo **Ontem como Hoje, Germanismo e Nazismo**, Walter Spalding narra a história do povo germânico, demonstrando que são belicosos por natureza. Conclui que:

"Urge para a tranquilidade dos povos civilizados não mais se permitir as imigrações germânicas e japonesas,

porque foram e serão verdadeiros cancros incuráveis no seio das democracias. [...].

Fica agora o mundo democrático num dilema tremendo: ou destrói impiedosamente toda a clan germânica ou a enjaula sistematicamente [...]" (VIDA POLICIAL, julho, 1943: 107-109).

Não importava se o teuto-brasileiro era simpatizante do nazismo, isso era apenas um agravante. O motivo do castigo era a sua origem germânica.

O projeto era liquidar com os alemães no Brasil, aliando-se incondicionalmente ao pan-americanismo que:

"[...] Constitui hoje uma força invencível, que se colocou firmemente contra o pangermanismo do 3º Reich, aceitando seu desafio, dando ao mundo um verdadeiro exemplo de cooperação e boa vontade" (VIDA POLICIAL, junho, 1943: 13).

A ilustração da capa da revista Vida Policial, de fevereiro de 1942, demonstra bem a perspectiva das autoridades policiais gaúchas.



**FIGURA 17 – O PANAMERICANISMO CORTANDO AS ASAS DA ÁGUIA
ALEMÃ, QUE REPRESENTA O NAZISMO**

A integração e subordinação da polícia brasileira às autoridades norte-americanas ocorreu através de convênios e ações conjuntas. Muitas das prisões e interrogatórios dos suspeitos de espionagem foram supervisionados pelos Estados Unidos (HILTON: 316-326; VIDA POLICIAL, julho, 1943: 63).

O historiador Stanley Hilton apresenta importantes documentos sobre a integração das polícias americanas, ainda que do ponto de vista metodológico faça confusão entre perversão sexual com técnicas de espionagem, como demonstra a citação:

"O recrutamento para trabalho na área de censura pela BSC e o FBI tinha seus aspectos interessantes. A prática mostrou aos britânicos que as pessoas mais capazes na tarefa de abrir cartas cuidadosamente eram, em geral, mulheres jovens, e que as que exibiam a maior destreza também tinham pernas bonitas. Essa informação vital, obviamente crucial ao esforço da guerra aliado, foi transmitida ao FBI, após um perito da BSC ter dado aulas aos técnicos americanos sobre os meios secretos de abrir e fechar cartas. Posteriormente, quando as candidatas se apresentavam na sede do FBI em Washington, várias delas ficaram espantadas quando se pediu que levantassem as saias e mostrassem as pernas [...]" (HILTON: 273).

Contudo, apesar desses deslizes e da evidente parcialidade em relação ao combate policial aos "quistos étnicos", Hilton comprova a influência das autoridades norte-americanas na perseguição e interrogatórios dos suspeitos. Transcreve um telegrama do embaixador Caffery, de março de 1942, para o Departamento de Estado e ao FBI.

"A polícia, com nossos conselhos, deve prender os membros restantes das redes de rádio dentro das próximas vinte e quatro horas" (HILTON: 318).

Também confirma que o "regime duro", em que os interrogados ficavam até quatro dias em solitárias sem poder dormir, era usado com frequência no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde agentes norte-americanos e ingleses dirigiam boa parte dos interrogatórios. O embaixador Caffery reclamou da polícia do Distrito Federal que não aplicava as técnicas dos interrogatórios nos indivíduos sob "custódia" de maneira adequada (HILTON: 329-333).

As descrições dos interrogatórios realizados são muito semelhantes aos métodos usados pela polícia gaúcha. O interrogatório de "Terceiro Grau", referido em documento do FBI (LIVRO 827, MPC "JFL"; POLÍCIA DE INFORMAÇÕES), provocou protestos do embaixador espanhol, que representava, em maio de 1942, os interesses alemães. Afirmou que os prisioneiros eram interrogados completamente nus, de pé, sem comer, por mais de quarenta horas, durante as quais eram constantemente espancados (Cartas de 13/5/1942, 22/5/1942 e 22/6/1942 ao Ministério das Relações Exteriores, Arquivo Histórico do Itamarati).

A técnica de simulação de fuzilamento dos interrogados também foi usada com frequência no Rio de Janeiro:

"às cinco horas da manhã se apresentou o capelão do regimento acompanhado de um tenente e um intérprete, procurando obter dele a verdade, porque seria fuzilado pela manhã" (Depoimento de Köoff, 13/8/1943, in: HILTON: 407).

Após o Brasil ingressar na guerra, a subordinação da polícia aos interesses norte-americanos foi ampliada, especialmente com a saída de Filinto Müller. Mais do que reprimir atividades de sabotagens e/ou espionagens nazistas, o

objetivo principal era promover um sentimento antigermânico na população brasileira.

Livros como a **5ª Coluna no Brasil**, editado em 1942, pelo chefe de polícia do Rio Grande do Sul, Aurélio da Silva Py, e a **Guerra Secreta de Hitler no Brasil**, de 1983, de Stanley Hilton, pretenderam denunciar e descrever a ação do nazismo no Brasil, e a ação policial, mas em ambos encontramos o sensacionalismo exagerado. Não há uma prova de sabotagem, pelo contrário Hilton recorda que o alto comando alemão proibiu atos de sabotagens na América do Sul (p. 95). Apesar dos bárbaros interrogatórios, de milhares de prisões arbitrárias, dos tribunais de exceção, da Lei de Segurança Nacional, apenas 56 informantes haviam sido condenados até novembro de 1943 (HILTON: 386).

A declaração do Delegado de Ordem Política e Social gaúcho, Plínio Brasil Milano, quando estava fazendo treinamento no FBI, nos Estados Unidos, em julho de 1943, de que: *"Houve alguma atividade de espionagem nazista no Brasil, mas não se registraram atos de sabotagem"* (VIDA POLICIAL, julho, 1943: 63), demonstra que, maior do que o perigo alemão, eram as necessidades de legitimar o totalitarismo do Estado Novo e de promover subordinação militar, policial e econômica ao pan-americanismo.

2.6 A polícia ampliava a eficiência da Educação Cívica

Nas manifestações "patrióticas", as autoridades educacionais estavam associadas à polícia, informando sobre aqueles que ainda não falavam o português

e se ausentavam nas "Horas Cívicas". As crianças deveriam informar aos professores sobre atividades antinacionais, estes aos fiscais ou diretamente à estrutura policial.

A permanência da coerção policial àqueles que não se submetessem ao civismo oficial é exemplificada pela notícia jornalística do Correio do Povo, de 17 de setembro de 1948:

"São Lourenço, 8 (C. P) – Ontem, pela manhã, tiveram lugar os atos programados pela Prefeitura Municipal e Liga de Defesa Nacional, de encerramento dos festejos comemorativos da 'Semana da Pátria'.

[...] quando os escolares cantavam o Hino da Independência, uma desagradável ocorrência a todos causou repulsa. É que o Sr. Herbert Wandschneider, pastor da Comunidade Evangélica Luterana, que assistia o ato, colocado na retaguarda das autoridades ali presentes, sendo admoestado pelo Dr. Valdemar Marques, delegado de polícia para tirar o chapéu, o que fez de mau humor e, em seguida, cobriu-se novamente dando as costas, rumo à sua residência, nas proximidades da praça. Em face desse gesto descortês, a referida autoridade policial, por intermédio de um guarda mandou que o rev. Wandschneider voltasse para junto do mundo oficial e, de chapéu à mão, permanecesse até o fim, o que se deu, sem maiores conseqüências. O rev. Wandschneider, que é de origem alemã, já esteve preso, na casa de correção, como indigitado nazista, durante a última grande guerra mundial".

Ainda depois do Estado Novo, as Delegacias de Ordem Política e Social permaneceram intactas, sendo aperfeiçoadas para servirem à Ditadura Militar implantada em 1964. As estruturas educacionais, que exaltavam a moral e o civismo do Estado Novo, também foram mantidas em pleno funcionamento. A chamada redemocratização, com o Governo Dutra, ministro da Guerra de Vargas, foi mais no

aspecto jurídico e político formais.

No caso do pastor de São Lourenço, o jornal denuncia sua origem alemã e a relaciona ao nazismo. O fato de o sacerdote ter sido preso sob a acusação de nazista, sem direito ao contraditório, significava sua condenação perpétua perante a opinião pública.

O delegado Valdemar não queria entender que o chapéu fazia parte dos parâmetros dos pastores evangélicos e o uso da indumentária completa significava respeito à cerimônia, e não o contrário. Nas fotos que fazem parte do livro sensacionalista *A 5ª Coluna no Brasil – A conspiração Nazi no Rio Grande do Sul* (PY, 1942), do ex-chefe de polícia do Estado, os pastores aparecem de chapéu nas cerimônias. Não havia mais a desculpa do perigo da guerra para submeter o pastor ao constrangimento, mas na mentalidade das autoridades a homogeneização cultural era ainda um objetivo patriótico.



FIGURA 18 – ENTERRO DE UM SIMPATIZANTE NAZISTA EM NOVO HAMBURGO

NOTA: O Pastor está com o chapéu.

FONTE: PY: 1942.

2.7 A generalização da violência e o estímulo à delação

A truculência foi característica marcante, durante a Segunda Guerra, também nas pequenas colônias, como em Três Forquilhas;

"o sub-delegado invadiu a casa patoral. Vasculhou todas as estantes e armários [...].

Tácito Fernandes comportou-se de forma selvagem. À medida que localizava papéis, livros ou documentos em língua alemã, jogava-os janela a fora, ordenando que tudo fosse queimado.

[...] desapropriou a casa pastoral e mais a área de terra de aproximadamente 20 hectares. Transformou a casa pastoral em sub-delegacia de Polícia.

[...] Passou pelas sepulturas e, onde houvesse alguma palavra que não conhecesse (inscrições em língua alemã), mandava baixar a marreta. Eram lápides em mármore. Nelas constava, por exemplo, 'Ruhe Sanft', repouse em paz. Foram destruídas, praticamente, todas as lápides" (MÜLLER, 1993: 90).

A ação policial acima descrita não foi uma exceção. Em Santa Maria, a igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, a "Igreja dos Alemães", foi profanada, sendo levados seus pertences para a rua e queimados. O cemitério evangélico também foi depredado e desapropriado, não ocorrendo devolução do terreno, nem indenização. Em Rio Grande a Igreja também foi transformada em delegacia e museu de artigos nazistas.

A necessidade de catarse fez com que muitos dos depoimentos reforcem o lado cômico da ação policial, que na sua ignorância demonstrava suas imperfeições.

"Conta a senhora Nilza Huyer Ely que em certa oportunidade encontravam-se em uma venda da Vila [Três Forquilhas] diversos colonos, trocando idéias sobre assuntos variados. A conversa era mantida em língua alemã. Nisso entra um dos espões do sub-delegado e os acusa como traidores da Pátria. Todos já iam sendo levados presos quando o Sr. João Antonio Klippel entra na venda. Notando a situação embaraçosa dos amigos, intervêm, dizendo ao espião: 'Não seja ignorante. Estes aí nem sabem falar a língua alemã. Estavam falando em inglês. E você deve saber que o Brasil é aliado da Inglaterra'. Os colonos puderam então permanecer na venda e continuar o assunto interrompido" (MÜLLER, 1993: 91).

Era crime contra a segurança nacional falar em alemão, por isso muitos colonos foram presos, sofreram humilhações, como serem forçados a tomar óleo de ricino enquanto não se expressassem em português.

A delação era estimulada pela revista Vida Policial, assim como, nas escolas, o apelo "patriótico" era encaminhado aos mais novos:

"JUVENTUDE DO BRASIL

Saiba repelir as explorações grosseiras tentadas pelos Filio-Fascistas em nossa terra em proveito das aspirações do 'EIXO', que significam conquistas e escravidão! Entregue-os, seja qual for a nacionalidade, à Polícia!"

Através dessas convocações, o governo construiu o inimigo nazi-fascista, exagerando sua existência real e legitimando as arbitrariedades policiais.

O livro de ocorrências policiais de Porto Alegre demonstra que a população efetivamente passou a colaborar com a polícia:

"17/12/43

Às 19,30 telefonaram para este plantão, em nome do Dr. Claudino Gayer, Juiz de Menores, comunicando que um casal de alemães, que reside no prédio 431, da rua Gal. Neto, costuma espancar brutalmente uma menor de nome Joana, com 11 anos de idade, que veio do interior do Estado, morar em companhia do casal" (LIVRO 797, MPC "JFL").

Feita a investigação, os policiais concluíram que a denúncia não tinha fundamento.

O antigermanismo foi provocando uma situação insuportável para os descendentes de alemães:

"Frida Schenkel, natural de Alto Rolante, declarou que foi agredida a pedradas e porrete por sua vizinha, não entende o motivo, está procurando casa para se mudar" (LIVRO 810, MPC "JFL", P. Alegre, 17/4/44).

Arnaldo Creg Hessel, operário da construção civil, foi espancado porque falou em alemão, quando embriagado comemorava a conclusão de uma casa no centro de Porto Alegre (LIVRO 810, MPC "JFL", 20/4/44).

Mesmo antes de o Brasil romper as relações com a Alemanha, a Delegacia de Ordem Política e Social exercia controle rigoroso sobre os possíveis nazistas como demonstra a estatística:

"Pessoas interrogadas no DOPS, janeiro de 1941.

Nazismo: 32
 Comunismo: 5
 Aliciamento: 2
 Atividades políticas: 2
 Atividades desnacionalizadoras: 5
 Ultraje à bandeira: 2
 Ofensas às forças armadas: 4
 Venda ilegal de munição: 1
 Instigação de desobediência à autoridade: 1
 Boatos: 5
 Falsificações: 2
 Diversos: 19"
 (Vida Policial, nº 31, fevereiro, 1941: 36).

Apenas um pequeno número de interrogados por motivos políticos aparecem nessa estatística, porque a maioria dos acusados eram presos e

interrogados em sub-delegacias e delegacias do interior do Estado.

Desde o início da colonização alemã no Rio Grande do Sul, os fazendeiros de descendência lusa e os comerciantes urbanos viam os alemães como concorrentes em potencial. A colonização foi realizada por ordem do Governo Imperial como recurso estratégico para se contrapor ao poder da oligarquia local. As disputas entre descendentes dos portugueses e os colonos, por terras, atividades comerciais e industriais já era, pois, secular.

Ao final da República Velha, Chimangos e Maragatos se aliaram na Revolução de 1930. As oligarquias tradicionais de origem lusa estavam bem representadas pelo Presidente Getúlio Vargas, mas também exerciam em nível local o poder policial.

Conforme o Regulamento do Policiamento das Zonas Rurais do Estado, de 5 de outubro de 1930, artigo 4º,

"Os fazendeiros poderão designar um ou mais homens de sua confiança, idôneos, que serão revestidos da função policial rural. Tais homens usarão armas e terão cadernetas de polícia rural fornecida pelo delegado do município" (VIDA POLICIAL, nº 3: 36).

O coronelismo gaúcho permitia que os latifundiários de origem portuguesa designassem os agentes policiais. O Decreto 7.601 de 5 de dezembro de 1938 ampliou a Polícia Rural (VIDA POLICIAL, nº 8: 5). Com esta formalização, mesmo que Portugal de Salazar tenha simpatizado com o "eixo", os inimigos "em potencial" eram os colonos alemães, italianos e japoneses. Enquanto a entrada destes foi

restringida no Governo Vargas, a imigração portuguesa foi numerosa. O processo de restrição à imigração alemã iniciou com o Decreto nº 24.258 de 16 de maio de 1914. A Primeira Guerra Mundial já havia acentuado o xenofobismo àquelas etnias.

2.8 A institucionalização da tortura

Nos interrogatórios aos suspeitos, a polícia possuía técnicas eficientes herdadas dos métodos de tortura do período da escravidão colonial e da inquisição européia. Após 1942, com a influência do FBI, quando a Gestapo deixou de ser o modelo, essas técnicas foram aperfeiçoadas.

A violência policial era introjetada como legítima, tanto que, nos cursos de formação de agentes o Delegado Theobaldo Neumann (ex-diretor do Cartório do DOPS-RS e relator da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores), em 31 de outubro de 1942, ensinava o "2º ponto" de Técnica Policial:

"Métodos de Interrogatório:

- a) desumanos
- b) humanos
- c) científicos

Entre os métodos desumanos aparece em primeira linha o que tem por fim conseguir declarações verídicas por meio de aplicações de penas corporais. Tal é o chamado 'regime de madeira'. O depoente é submetido a torturas físicas para ser obrigado a esclarecer o fato criminoso. [...].

Os métodos humanos consistem em aplicações de drogas, tais como álcool, cocaína e escopolamina, etc..., visando arrancar as declarações do depoente" [...] (LIVRO 828, MPC "JFL").

Os métodos científicos poderiam agregar, aos métodos "humanos", o detector de mentiras e a hipnose. Injetar álcool, cocaína e escopolamina nos depoentes era considerado método humano. Salvo algum caso de um viciado sedento por uma dose, é difícil aceitar tal classificação. No histórico dos métodos desumanos há referência explícita à "Santa Inquisição" da Igreja Católica.

É preciso ressaltar que o delegado de origem alemã através da sua ação demonstrava o seu "patriotismo". Neuman em suas aulas de "Terminologia Policial", ainda nos ensina sobre a evolução da polícia política e social, rio-grandense, que foi modelo para todo o Brasil.

"Quando em 1937 foi regulamentado o DOPS, já havia a 3ª delegacia auxiliar que limitava-se a combater o comunismo e controlar o ambiente político local..." (LIVRO 828 MPC "JFL").

Com a especialização da polícia política, os indivíduos, fossem os suspeitos ou os próprios policiais, ficavam em segundo plano em relação ao coletivo, à pátria e ao Estado Novo.

"... os agentes são dentro da organização meros instrumentos, sem ligação e contato entre si, ignorando um a existência do outro. (...) devem exercer o controle de toda orientação política contrária ao Estado Novo e de movimentos prejudiciais à ordem e à segurança do Estado e do País" (LIVRO 828, MPC "JFL").

Aprofundando o aspecto totalitário da ditadura do Estado Novo, em que o governo passou a vigiar e controlar tudo e a todos, a polícia gaúcha idealizou a:

" 'SSE - Seção de serviços Especiais'

Uma vez organizada a SSE, em tempo determinado ela irá se transformar em um ramo importante para o DOPS e automaticamente teremos uma organização de contra-espionagem talvez única no gênero em todo o Brasil, moralmente mesmo superior à organização dos 'confidentes' do Sr. Filinto Muller, Chefe de Polícia da Capital da República, estendida por todo o território nacional, pois enquanto esta não se liga a nenhum compromisso com os agentes e vice-versa, a nossa se baseará numa escolha eficiente de colaboradores idôneos ligados à SSE, num compromisso moral e patriótico. [...]

O objetivo primordial é de se conseguir em toda a parte onde haja um regular número de pessoas concentradas permanentemente, indiferente, o fim da atividade, um agente para controlar o ambiente, apto para proceder sindicâncias todas as vezes que isto seja necessário" (LIVRO 828, MPC "JFL").

A polícia gaúcha planejou e organizou teórica e praticamente a Seção de Serviços Especiais, que serviu de modelo para todo o país. À semelhança da prática e dos princípios da Gestapo se evidencia quando são comparadas essas idéias com a análise que a Polícia fazia da "Origem Técnica e Ação", da espionagem nazista, em que ficam claros os mesmos princípios:

- "1) TODOS PODEM ESPIONAR
 - 2) TODOS DEVEM ESPIONAR
 - 3) TUDO PODE SER DESCOBERTO"
- (LIVRO 832, MPC "JFL").

Desrespeitando as normas internacionais sobre a imunidade dos corpos diplomáticos, em 28 de janeiro de 1942, a Circular nº 3, da Repartição Central da Polícia Gaúcha determinou que:

"O exercício das funções dos representantes diplomáticos e dos cônsules e agentes consulares, de carreira ou honorários, cessará imediatamente após o ato de ruptura das relações diplomáticas e, como consequência:

1) Os cônsules e agentes consulares devem ser detidos em sua residência, sob vigilância da polícia, até que o Governo decida sobre o seu destino" ... (LIVRO 796, MPC "JFL").

Essa circular, que entrou em vigor no dia seguinte, demonstra a arbitrariedade policial com os representantes daqueles países, que ficaram presos e incommunicáveis:

"III) É absolutamente proibido aos cônsules e agentes consulares:

- a) Manter qualquer contato com súditos de seus países;
- b) Utilizar meios particulares de telegrafia, rádio-telegrafia e navegação (fluvial ou aérea);
- c) Mudar de domicílio ou de residência, sem prévia aprovação do Governo Federal".

A historiografia recente, especialmente aquela que não considera o Estado Novo um regime totalitário (PERAZZO, 1999: 27), acredita que *"a partir desse rompimento, as autoridades da Alemanha, Itália e Japão deveriam se retirar do Brasil, enquanto que os diplomatas brasileiros nestes países também retornariam"* (p. 105), mas é evidente que isso não ocorreu naquele momento.

2.9 A seletividade social na repressão

A Circular nº 6 de 8 de fevereiro de 1942, da Chefia de Polícia de Porto Alegre, que instrua os policiais sobre a proibição do uso dos idiomas alemão, italiano e japonês, cristalizava a discriminação social, porque na norma quatro determinava:

"Os recalcitrantes, contra os quais ficar provado o deliberado propósito de não cumprirem as instruções desta chefia, deverão ser remetidos à Delegacia de Ordem Política e Social, a fim de serem recolhidos à Colônia Penal Agrícola".

Para logo após, nas normas cinco e seis, ressaltar que nem todos eram igualmente passíveis do mesmo julgamento e punição:

"Quando se tratar de funcionários públicos (Federais, Estaduais ou Municipais) militares (do Exército ou da Brigada Militar), padres ou ministros de outro culto, as autoridades policiais devem, antes de qualquer procedimento, comunicar-se com a Chefia, a fim de receberem instruções.

Quando se tratar de pessoas, **que pela sua condição social**, deva se presumir que a sua detenção repercutirá fortemente no meio social local, igualmente as autoridades policiais devem, antes de qualquer procedimento, comunicar-se com a Chefia, a fim de receberem instruções".

Apesar de a "Chefia" ter o poder de normatizar e punir, havia o temor da opinião pública. A ideologia do corporativismo, mediante a qual patrões e empregados deveriam ter as mesmas atenções do governo, também não teve

sustentação nas ações repressivas.

Nas investigações que a polícia fez a respeito de Wolfram Metzler, médico, sócio do jornal A Nação, antinazista, seu caseiro é que foi preso, torturado e morto:

"A folhinha marca sábado, dia 29 de agosto de 1942. São 4 horas da tarde. Chamam-no da rola, onde se achava entregue a seus afazeres de zelador consciencioso. O delegado⁷ ordena que se vista. Feito isso, declara solenemente que não querem fazer mal nenhum, mas que o dr. Metzler confessara tudo, e que estavam aqui para saber dele, onde se achava o depósito de armas.

'Não há depósito de armas', responde ele calmamente, porém, entrega a pistola que lhe fora confiada para guardar.

'Esta pistolinha não nos interessa', vem ríspida a resposta, 'queremos o depósito de armas, aquelas caixas de armas que foram transportadas para cá. E além disso, desta pistola faltam tantas e tantas balas'.

Confirmando a primeira resposta, repete ele que nada mais havia.

É então conduzido, com outro inquilino da chácara, para Novo Hamburgo.

Durante o percurso da chácara para F. esbravejava o delegado continuamente contra ele, externando ameaça sobre ameaça, caso tivesse que sair de uma vez por causa dele e caso confessasse algo mais do que já havia dito. Mandar-lhe-ia arrancar a pele viva do corpo, mas que ele não se havia de sujar com isto, senão pagaria um preto para este serviço.

Na delegacia é sujeito ao mesmo interrogatório, o resultado é naturalmente o mesmo. Revistam-lhe, então os bolsos e achando um canivete, o subdelegado abre-o e o assenta na garganta dele, dizendo:

– 'Sabes para que serve isto? Serve para cortar o pescoço dos traidores'.

Perguntam em seguida:

⁷ Delegado Heitor Gralha Bonorino.

– ‘És brasileiro?’ A decidida resposta afirmativa, segue outra pergunta:

– ‘És capaz de derramar o teu sangue em defesa da Pátria’ [...].

– ‘Se é assim, então diga-nos agora onde estão as armas’ [...].

– ‘Logo se vê que não és brasileiro, mas traidor e quinta-colunista; e dizendo isto dá-lhe tal bofetada no rosto que cai descontrolado num canto da sala. Em seguida é levado à prisão.

Decorrida uma hora mais ou menos, é reconduzido para fora, sendo novamente maltratado à vontade [...].

[...] Foram transportados de automóvel à capital. Na viagem noturna foi o companheiro dele forçado a tirar o chapéu, porque conforme declarava o delegado, ouviam na rádio do veículo, o hino nacional norte-americano [...] (A NAÇÃO, Porto Alegre, 14/1/46).

Metzler já estava preso na central em condições melhores do que as destinadas ao seu empregado.

“Na mesma noite foi ainda levado à Correção e enclausurado na sala 31. Nos primeiros dias estiveram num espaço de 7 x 8 metros, sobre 23 colchões estirados no assoalho, agasalhados 68 homens” (*idem*).

Às 21 horas do dia 3 de setembro o preso foi levado para interrogatório na Central, que ficava na rua Duque de Caxias.

“Ordenaram-lhe de despir o casaco e pôr-se sobre as plantas dos pés e palmas das mãos [...].

Com o cacete de borracha, martelaram-lhe impiedosamente com verdadeira selvageria, pernas e ombros e braços intimando-o sempre a confessar. [...] cansou-se o primeiro carrasco, [...] força descansada, repete o mesmo barbarismo.

Depois entregue a um terceiro malhador, este homem forte, robusto e sadio, na idade viril de 32 anos, [...] tomba ao chão desmaiado e sem sentido [...].

Sentam-no então numa cadeira, servem-lhe café forte e depois de reanimado, continua a tirania.

Um quarto e um quinto ainda se cansam com a borracha [...], obrigam-no a ficar de pés juntos com os braços estendidos horizontalmente [...], quando calam desfalecidos, eram reerguidos a ponta-pés e batidas de borracha. [...]. (*ibidem*)

Essa descrição do interrogatório é minuciosa e coincide com outros relatos (HILTON: 340 e CANCELLI: 193-194).⁸

A imprensa da época noticiou que um preso ao desembarcar na frente da Central, algemado, saiu correndo e lançando-se no viaduto suicidou-se.

O pastor Bertold Engelhardt, que foi preso na Colônia Penal Daltro Filho, afirmou que a polícia "passava a borracha", mas que ele havia sido apenas ameaçado (depoimento dado em 25/9/99).

A leitura da continuidade do relato aclara que as "técnicas de interrogatório desumanas" foram primorosamente absorvidas na prática policial:

"É então levado a um preto alto e forte, munido dum fuzil de guerra e que logo de saída lhe diz:

— 'Eu não me canso com a borracha, o meu ofício é fuzilar. Ou confessas, ou serás fuzilado [...]. Deixa de ser bobo e confessa duma vez, porque M. não vive mais; foi fuzilado hoje, o único que mandei hoje para a outra vida' (*ibidem*).

⁸ CANCELLI faz uma lista dos métodos de tortura: arrancar unhas com alicate, enfiar alfinetes sob as unhas, espancar esposas ou filhas ou o próprio prisioneiro, introduzir duchas de mostarda em vagina, queimar testículos com maçarico, extrair dentes com alicates, introduzir arame na uretra depois de tê-lo esquentado com maçarico, introduzir arame nos ouvidos, utilizar a cadeira americana (com mola oculta, que jogava o preso contra a parede), colocar máscara de couro que impedia a respiração, queimar a ponta dos seios com charutos ou cigarros, etc.

O fuzilamento para os acusados por crimes contra a Segurança Nacional não era apenas uma invenção, mas estava explícito na legislação. Portanto, o terror psicológico tinha base real, além da encenação realizada pelos torturadores. A violência do governo era institucionalizada formalmente e praticada, pelos seus agentes, daí o desespero das vítimas. Há um relato, de que um perseguido ficou anos escondido num porão, o que lembra o caso da menina Anne Frank na Europa.

"Em 8/9/1942 foram confirmados pelo presidente a pena de morte de 6 sabotadores" (LIVRO 832, MPC "JFL").

O Diário de Notícias de 2 de outubro de 1942 reproduz decreto sobre crimes contra a Segurança Nacional com inúmeras penas de morte.

Mas o caseiro de Metzler, após nada ter confessado, desmaiou novamente e então:

"Ficou em tal estado deplorável que durante vários dias não pode mexer-se de seu colchão. [...] a alimentação era de tal forma parca e deficiente, que diariamente, ao levantarem-se, desmaiavam, vários prisioneiros de mera fraqueza, embora não tenham sido torturados" (ibidem).

A situação dos presos na "Casa de Correção", em 1942, foi de superlotação, pois em 1943, quando muitos suspeitos já haviam sido soltos e outros transferidos para o campo de concentração de Daltro Filho, havia lá ainda mais de 800 condenados (VIDA POLICIAL nº 57, abril, 1943: 63).

O trabalho forçado na "usina do gasômetro" e as cheias do Gualba, especialmente a enchente de 1941, infernizaram ainda mais a vida dos detentos.

Alguns eram colocados em celas que ficavam inundadas pelas águas do rio. Dezenas morreram de tuberculose.

Otto Franz, o empregado de Metzler, foi posto em liberdade no dia 2 de outubro de 1942, e voltou para sua casa como:

[...] "um cadáver ambulante. Mas já no dia seguinte à chegada cai de cama, necessitando recorrer ao médico.

Em 4 de outubro, logo exatamente um mês depois dos maus tratos sofridos ainda se vêem nitidamente as marcas roxas das batidas e ponta-pés, estando ainda com as pernas e os pés inchados e deformados.

Em julho de 1944, faleceu em consequência direta dos maus tratos sofridos"⁹ (*idem*).

Os presos ficavam sem comunicação com a família. No caso de Otto Franz, o chefe de polícia teria informado aos seus familiares que ele não estava na casa de correção, mas na Colônia Penal e que:

"Lá ele não precisa trabalhar nada, ele está muito bem lá. A comida é muito boa. Ele tem um quarto bonito, bem moderno. Tem um banheiro, uma cama ótima. Lá não lhe falta nada.

Durante o dia, ele pode sair, passear, ir ao rio" [...] (*ibidem*).

⁹ "Companheiros da sala 31, unidos pelos mesmos 4 muros, embora menos maltratados, podem atestar a veracidade do que acima ficou exposto, os seguintes senhores:

Max Voraas - Montenegro; Francisco Bahr - Canoas; Roberto Kueth - Porto Alegre; Kurt Glimm - Porto Alegre; Hugo Landgraf - Rio Grande; Maximiliano Stahlschmitt - Porto Alegre; Wolfgang Otto Weber - Sanitas Porto Alegre; Dr. Carlos Hunsche - Cai; Dr. Henrique Martens - São Jerônimo; Dr. Berger - Porto Novo; Dr. Ulrich Neff - Porto Novo; Antonio Kliemamm - Porto Novo; Egon Berger - Porto Novo; Leo Homau - Porto Novo; Pai e filho Etsch - Porto Novo; José Werlang - Porto Novo; Kurt Steinbruck - Torres; Karl Steinbruck - Torres, *idem* pai deles - Porto Novo; Fritz Mueller - São Jerônimo; Franz Breucha - Livramento; Adão Hammes - Livramento; Otto Paul - Livramento; Arlindo Franz - São Luiz Gonzaga.

O artigo jornalístico foi a transcrição do discurso do então deputado Wolfram Metzler, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Em 1948, a imprensa divulgou irregularidades e crimes que a polícia havia cometido durante o período de censura no Estado Novo. O processo judicial foi denominado de "Nuremberg às avessas". No julgamento realizado na Alemanha, após a guerra, foram os nazistas os julgados, enquanto nesse os réus eram os policiais perseguidores dos supostos nazistas.

2.10 As práticas de tortura sob influência norte-americana

O deputado relatou também a sua prisão:

"fui recolhido ao mais sórdido antro que eu jamais vi, junto com um mulato louco e um gatuno da São Jerônimo. – Existem 3 catres, nada de colchões ou cobertas. Faz um frio intenso e passei a noite mais horrível de minha vida, pois visto um terno leve e não trago agasalho nenhum. Não há latrina e o mulato defeca no meio da cela. Depois um guarda obriga-o a limpar tudo com as mãos. Amanheço semi-morto de frio e negam-me o café. Às 10 horas sou chamado para ser interrogado pelo Dr. Ruy Casado. Sinto-me tão abatido que mal me mantenho em pé, ouço e vejo o delegado como que através de uma cortina de fumaça. Compreendo que este é o 3º grau ou os 'assim chamados' métodos psicológicos. Às 11:30 termina o interrogatório" (A NAÇÃO, Porto Alegre, 14/1/1948: 3).

A expressão "3º grau" usada para denominar o tipo de interrogatório que sofreu não corresponde exatamente aos métodos descritos. Provocar desconforto ao detento por condições humilhantes, frio e jejum eram técnicas usadas nos interrogatórios de "2º grau". A própria duração da inquisição demonstra que não foi

das mais violentas.

A caracterização dos interrogatórios em graus foi uma “contribuição” da polícia norte-americana (FBI) para a polícia brasileira. Essa classificação foi utilizada após 1942 e ainda faz parte do jargão policial. O terceiro grau envolve torturas físicas, com espancamento, jejum absoluto de três dias, completa humilhação do preso que fica nu e sem poder dormir (LIVRO 827, MPC “JFL”).

Em 1943, o curso de “Técnica de Interrogatório II” ensinava:

“Há o ‘terceiro grau’ (uma inquisição) empregada por alguns membros da polícia, pelo que o detetive força o criminoso a confessar o seu delito. É bem possível que com investigadores que não sejam inteligentes ou hábeis, este seja o único método, mas para nós mais vale a astúcia do que a força” (LIVRO 832: 2, MPC “JFL”).

A terminologia policial norte-americana (traduzida para o português) foi sendo consolidada nas aulas teóricas, mas as práticas de interrogatórios, com técnicas “humanas”, herdadas nos intercâmbios com a GESTAPO (a “exemplar” polícia nazista) permaneceram.

A descrição feita anteriormente do interrogatório a que foi submetido Otto Franz, o empregado de Wolfram, corresponde a um interrogatório de terceiro grau, também nos supícios na Central de Polícia a hierarquia social era respeitada.

A polícia de informações precisava ter em relação aos possíveis inimigos da pátria um *“combate, como um médico persegue um germe”* (LIVRO 827, MPL “JFL”). Nesse sentido, era necessário extirpar o mal de forma radical, sendo todos os métodos justificáveis para prevenir e reprimir as ações dos “súditos do eixo”.

Os “embargos oferecidos ao Supremo Tribunal Militar no processo a que respondem o tenente Arthur Stillner e outros”¹⁰ pelo advogado Armando Hyppolito dos Santos, escrito em Santa Maria, no mês de março de 1946, solicitaram a nulidade do acórdão que condenou os réus “às penas do grau máximo do artigo 134 do Código Penal Militar”, porque:

“nunca praticaram o delito previsto [...], que são inocentes e de que este processo é simplesmente o fruto das prevenções e antipatias de uns, prevaricações e abuso de autoridade de outros, aliados ao sensacionalismo de alguns jornais que conduziram a auto-sugestão, os julgadores na primeira instância;

Que a coação física e moral começou contra os colonos bizonhos e ignorantes, ora embargantes, e, foram eles, as vítimas dos mais impressionantes maus tratos para, aterrorizados como ficaram, servirem como serviram de instrumento de acusação contra eles próprios, e, contra os demais embargantes, arrastados como foram pelas declarações comprometedoras assinadas pelos colonos.

Que essas declarações eram ardentemente preparadas e violentamente arrancadas dos colonos pelo encarregado do inquérito, que, para tanto, os vencia pela fome, pela sede, pelo cansaço e pelo terror”.

Os embargos denunciavam detalhadamente, e com várias provas testemunhais, como “o encarregado do inquérito arrancava declarações comprometedoras”. Com o fim do Estado Novo, ainda que a estrutura policial tenha permanecido, a conjuntura política permitiu ao advogado protestar e documentar sobre

¹⁰ Pastores Augusto Hartwig, Henrique Heine e Germano José Beck; Sargento Ricardo Schwartz; Carlos Radwaldo Kurtzenbaum, Adolfo João Angerer, Augusto Rohde, Osvaldo Putter e Reynaldo Zilk; Soldados Miguel Weippert, Miguel Frederico Kohn, Teodor Daniel Kohn, Augusto Tederk, Teodoro Kort e Eduardo Petry; e Civis Carlos Kutzenbaum e Oto Edmundo Penno.

os interrogatórios da fase totalitária do Governo Vargas. O médico do quartel onde os réus foram submetidos ao inquérito, o Capitão York Ferreira Jorge, declarou:

"solicitaram-me que fosse ver o cabo Rodevaldo Kutzenbaum para dar meu parecer médico sobre se seu estado de saúde permitiria ficar mais tempo em jejum, visto já estar 48 horas em abstinência de alimento [...]. Submeti-o a um ligeiro exame e fiz ver que não convinha a saúde do cabo que ficasse por mais de 24 horas sem se alimentar, sob o risco de sobrevir qualquer intercorrência mórbida. Estavam presentes alguns oficiais e um deles me perguntou se o suco de laranja despertava o apetite e qual a reação da injeção de éter no organismo humano e que estavam pretendendo ministrar esses dois elementos para conseguir a confissão desejada. Assisti a interrogatórios intensos; as perguntas se sucediam quase sem interrupção, pois eram todos os oficiais a despejarem interrogações. Pelas respostas dadas, verifiquei certa obnubilação mental do cabo, que já respondia a esmo, completamente desnortado. O quarto onde se achava o acusado estava desprovido de qualquer móvel ou objeto e percebi que além da falta de alimento passava trêsnitado e pelo que ouvi, durante a noite, de minutos a minutos, batiam-lhe à porta, com o fim de não deixá-lo conciliar com o sono; além disso haviam dado rajadas de tiros com o objetivo de simular fuzilamento, o que mais cooperou para o estado de depressão física e moral do paciente".

Essa declaração foi feita em 11 de outubro de 1945, em Cruz Alta. Os métodos do interrogatório coincidem com o "regime duro", referido por Eugênio Borges, Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro (HILTON: 329). Esses métodos de interrogatório eram criteriosamente institucionalizados e sistematicamente aplicados.

Inclusive nos detalhes são semelhantes: (...) *"a polícia fluminense mantivera-o acordado durante quatro dias seguidos, um policial batendo à porta de sua cela a cada cinco minutos para que não dormisse"* (HILTON: 329).

Nos documentos do embargo promovido pelo advogado Hyppolito dos Santos, há a descrição da técnica de simulação de fuzilamento dos acusados, também usada no Rio de Janeiro e em São Paulo. O terror do fuzilamento fazia com que os encarregados dos inquéritos conseguissem as declarações que desejassem:

"por ocasião do inquérito instaurado no quartel do 8º R. I., sobre ocorrências tidas como de caráter extremista, foi simulado um fuzilamento das pessoas dos soldados, Theodoro Korth e Eduardo Petry, indiciados no referido inquérito, tendo os fatos trazidos, às 12 horas da noite, mais ou menos, à presença do Encarregado do Inquérito, o qual lavrou, nessa ocasião, um 'termo de fuzilamento', lendo-o em seguida perante esses dois praças, mandando depois que manifestassem a sua última vontade e se despedissem por carta de suas respectivas famílias, feito o que foi do soldado Theodoro levado para o local onde seria 'executado'. Este, que já se havia despedido do seu colega Eduardo foi colocado na frente de uma metralhadora pesada, carregada com festim. Ao defrontar a referida arma, declarou ele que desejava falar com o Capitão encarregado do inquérito, tendo o oficial do dia, que era o próprio escrivão do inquérito, o conduzido ao xadrez. Logo após, foram feitos diversos disparos de metralhadora com o propósito declarado de causar a um e outro a impressão de haver sido consumada a 'sentença', tornando-os assim passíveis de prestarem as declarações que se lhes exigisse, o que estava sendo feito com o soldado Eduardo, enquanto o colega estaria sendo fuzilado. Como medida preparatória para a execução do simulacro, foram os soldados Theodoro e Eduardo submetidos ao regime da sede, sendo-lhes, no momento oportuno, oferecido um copo com água a troco de algumas declarações. Dos fatos acima narrados fui testemunha ocular".

A pena de morte por fuzilamento estava prevista para crimes de sabotagens e traição, por isso os réus ficavam mais aterrorizados durante os interrogatórios. Outros documentos, como a declaração do 1º Tenente Hélios Appel Kern, pensada no mesmo embargo, confirmam com detalhes os relatos anteriores.

O advogado afirmou que, *"sem as criminosas declarações dos colonos bizonhos e ignorantes arrancadas por processos 'gestapianos' (...), não seria possível a condenação (...)"*.

Ainda no mesmo processo é interessante destacar o depoimento do então Major Manoel Stoll Nogueira a respeito do Tenente Stillner:

"Da análise que fiz da sua pessoa, da vigilância a que o submeti com tanto maior rigor quanto V. era suspeito de atividade nazi-fascista, fui conduzido à convicção inabalável de que V. foi vítima dum mal-entendido, um desses erros muito comuns nos momentos de crise e de confusão e que a justiça brasileira, em sua alta sabedoria e capacidade de discernimento, há de remover definitivamente, restabelecendo a verdade e concorrendo para que no Exército não se reproduza um caso semelhante ao de Dreyfuss e não perca ele um homem de seu caráter, de seu valor moral e de sua capacidade profissional" [...].

O major deixou claro que esses erros, como o de acusar alguém inocente de traidor, eram naquele período muito comuns.

Tanto no exército, quanto na polícia, a violência aos acusados era constante. A prática de consentir que os presos comuns espancassem os suspeitos de nazismo foi noticiada pela própria polícia em sua revista:

"[...] Bernardo João Osterkamp, 52 anos, professor, estava no xadrez, seus 'companheiros de quarto' que discordavam de suas teorias, jogaram-se sobre 'Bernardo' e ... só pararam no outro dia de manhã. Ainda hoje, ele sente na CPA, 'quanto doe uma saudade'" (VIDA POLICIAL; Agosto, 1942: 30).

2.11 Na Alemanha, judeus com estrelas e testemunhas de Jeová com triângulos roxos; no Brasil, alemães com braçadeiras pretas. A sofisticação da violência

No exército, os recrutas que serviam nos batalhões sediados na zona colonial alemã e que tinham dificuldade de falar corretamente o português eram discriminados de maneira muito semelhante aos judeus na Alemanha nazista. O pastor Bertholdo Weber recorda que no quartel de São Leopoldo:

"Aconteceu até que soldados de descendência alemã foram obrigados a usar uma braçadeira preta em sinal de luto por não falarem corretamente o português, o que, na verdade, não era culpa deles" (FISCHER e GERTZ; 1996: 240).

Na Colônia Penal Daltro Filho, os presos políticos eram divididos em ordens: da primeira ordem, faziam parte os de maior status social, enquanto na segunda ordem se encontravam os de menos prestígio, que eram obrigados a trabalhos agrícolas. Havia ainda os grupos dos presos comuns como o dos ladrões e o dos assassinos. Apesar de haver cela de castigo, ameaças de serem "passados na borracha", agressões violentas dos presos comuns, não foi encontrado relato de tortura física nesse presídio. A Cruz Vermelha encaminhava periodicamente jornais, livros, doces, frutas, chocolates e cigarros, doados pelos teuto-brasileiros livres, mas a guarda censurava e consumia praticamente tudo. Para um pastor, entregaram apenas seis cigarros (depoimento de Bertold Engelhardt).

Os concentrados na colônia Penal Daltro Filho eram obrigados também a participar de sucessivas cerimônias cívicas, com audição de poesias patrióticas e o canto dos hinos Nacional e da Independência. Os presos da primeira ordem construíram a Praça "Tenente Coronel Aurélio Py", em uma homenagem forçada ao chefe de polícia (VIDA POLICIAL, Setembro de 1943: 69).

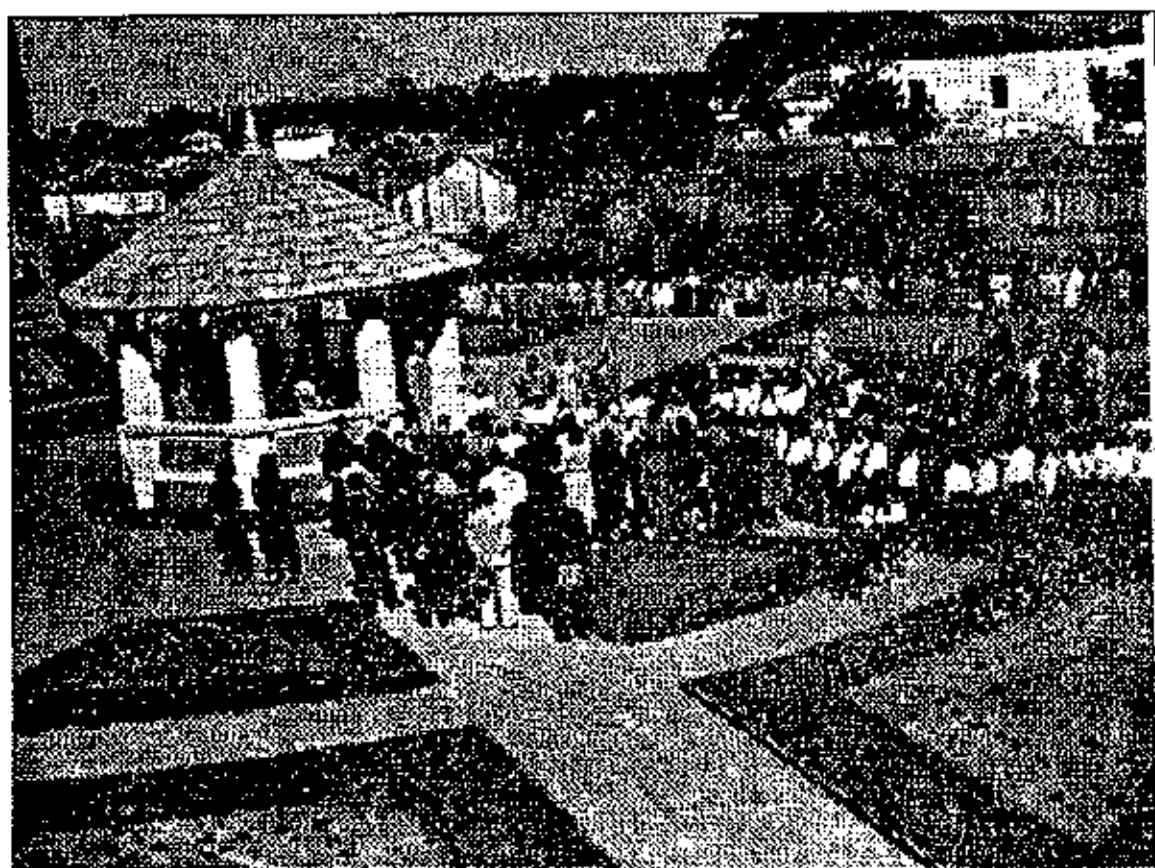


FIGURA 19 – PRAÇA “TENENTE CORONEL AURÉLIO PY”

FONTE: VIDA POLICIAL, Setembro de 1943: 69.

A situação dos pastores luteranos presos pode ser avaliada pelas cartas do pastor Dohms, presidente do Sínodo Rio-grandense, às autoridades policiais. Em 18 de dezembro de 1942 pede ao delegado do DOPS, Plínio Brasil Milano que:

"1. Vossa Excelência queira designar-se de conceder para os dias de Natal ou subseqüentes especial e excepcional licença às famílias dos referidos pastores de visitá-los.

2. Caso isso não seja possível, nem mesmo para algumas entre elas, queira Vossa Excelência proporcionar-lhes a faculdade de mandar ao menos presentes de Natal, inclusive doces.

3. (...) Solicito permissão de enviar a todos os pastores, como a outros membros da Igreja, um Novo Testamento em vernáculo, de cujo recurso espiritual até a presente data estavam privados.

Na certeza de que os pedidos sempre mencionados venham de encontro à Vossa benevolência, subscrevo-me,

Dohms" (SR 18/2)

O documento demonstra que quem decidia sobre as condições carcerárias dos pastores e demais acusados de crimes políticos era a polícia. Nesses casos o poder judiciário era omissivo e subserviente.

Em carta de 9 de agosto de 1943, Dohms protesta, ao Chefe de Polícia, Aurélio da Silva Py:

"Tomamos conhecimento de um incidente, ocorrido no dia 2 do corrente na Colônia Penal Agrícola Daltro Filho, no qual o Pastor Wilhelm Meirose foi agredido, súbita e inesperadamente durante o trabalho, por outro prisioneiro, sofrendo forte choque traumático, tendo sido conseqüentemente hospitalizado em estado de inconsciência o qual perdurou, salvo breves interrupções, por vários dias [...].

Tomamos ainda conhecimento do abaladíssimo estado psíquico em que se acham todos os pastores reclusos que, como homens religiosos e cultos que são, são incapazes de suportar, sem sofrerem as mais sérias conseqüências, o ambiente que [...] lhes é proporcionado, e que os referidos pastores declaram que são privados de sua honra pessoal e dignidade [sic] de ministros da Igreja, ainda mais por se considerarem envolvidos em grande parte, na acusação de homossexualismo. [...].

Queira Vossa Excelência conceder permissão a uma junta de pastores brasileiros para visitarem seus colegas na Colônia Penal, o que consideramos imprescindível" (SR 17/8).

Além do isolamento geográfico do prédio, nas margens do Jacuí, a proibição de visitas e as agressões que os pastores sofriam de criminosos, transformaram o campo de concentração "Daltro Filho" num lugar ainda mais terrível.

A violência policial foi legitimada pela situação de guerra, na qual era preciso destruir o inimigo, colaborando com a ação repressiva do nazi-fascismo, em busca da solidariedade americana, da liberdade, do direito e da paz.

A Secretaria de Segurança determinava em Dezembro de 1941:

"A vigilância é uma exigência de nosso patriotismo e de nosso amor à paz para evitar que tais perigos se agravem.

Todos os brasileiros devem estar nesta hora grave e histórica unidos sob a bandeira da solidariedade com os Estados Unidos, com o país amigo, agredido em circunstâncias de perfídia, conscientes dos perigos que nos ameaçam, voluntariamente decididos a uma ação de defesa conjunta.

É dever atuar com firmeza, rapidez e decisão, em leal, eficiente e íntima comunhão com a Polícia, denunciando os agentes ou simpatizantes do Instituto, da cobiça e agressão do fascismo internacional, para que sua nefanda ação seja neutralizada prontamente.

A causa da liberdade, da humanidade [...] a qual está ligado o destino da América assim o exige" (VIDA POLICIAL nº 42, dezembro, 1941).

De fato, em agosto de 1942 muitos se uniram para destruir os bens dos "súditos do eixo", sob o comando de Cordeiro de Farias (Interventor do Estado) em

Porto Alegre. Os súditos foram identificados como todos que fossem de origem germânica, italiana ou japonesa. A polícia, a Liga de Defesa Nacional e populares promoveram os "quebra-quebras" também em Pelotas. O vandalismo possuiu conotação patriótica.

Conforme definiam-se a Guerra e a situação internacional, a polícia gaúcha alterava seu discurso. Em abril de 1944, na "Aula Inaugural do Curso de Instrução do DOPS", foi declarado:

"Passaram os tempos em que a valentia e a capacidade caudilhesca eram dons dos policiais, sem técnica, sem valor moral, avessos nos sentimentos de humanidade. Hoje, devem ser cidadãos modelares pela civilidade e pela consciência na diretriz que elegem, pois só assim lograrão atingir a meta visada.

Os obsoletos processos inquisitoriais, por iníquos, repugnam ao sendo do direito atual" (VIDA POLICIAL nº 69).

3 A VIOLÊNCIA CONTRA IGREJAS E ESCOLAS NAS REGIÕES DE COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL

3.1 Antecedentes históricos da discriminação religiosa e educacional

A discriminação religiosa nos períodos colonial e imperial foi explícita, pois o catolicismo era a religião oficial. No início do Império a Constituição de 1824 suavizou as perseguições religiosas e permitiu o culto protestante entre os colonos alemães, mas também proibiu sua manifestação pública, a construção de igrejas luteranas e restringiu a cidadania plena aos católicos.

Durante as duas guerras mundiais, as chamadas campanhas de nacionalização relembrou, no Rio Grande do Sul, os problemas da Reforma Religiosa na Europa, no início da Idade Moderna. Naquela época, a Igreja Católica exigia que os cultos fossem realizados em latim, enquanto Lutero desejava que as missas fossem rezadas no idioma dos fiéis. Tanto em 1917, quanto em 1942, a proibição do idioma alemão nas Igrejas prejudicou a organização religiosa daqueles que eram de origem germânica. A proibição do idioma italiano foi mais suave, porque o latim foi mantido e a diferença lingüística para o português era muito menor. Como a grande maioria dos imigrantes italianos que eram praticantes de uma religião professavam o catolicismo, a proibição do idioma italiano não significou

tanta violência quanto para os imigrantes alemães, fossem luteranos ou católicos.

A interferência nos cultos religiosos não foi uma novidade estabelecida durante o Estado Novo, pois desde a formação do Estado brasileiro tem sido prática corrente. Durante a Primeira Guerra Mundial, o alto clero católico rio-grandense apoiou a proibição do idioma alemão nos cultos. Assim, combatendo os jesuítas alemães e a comunidade de São José dos Alemães, de Porto Alegre, quando não se expressavam em português ou latim, prepararam sua Igreja para as campanhas de nacionalização forçada, promovidas pelo governo, que desestruturaram os luteranos no sul do Brasil. Enquanto, para os católicos, os fiéis de origem alemã eram minoria, para os luteranos eram a totalidade.

Na disputa de fiéis entre os alemães, no período imperial, o bispo católico Dom Sebastião assegurou à Comunidade São José, em dezembro de 1871, que dava:

"garantia legal de que seu cura de almas (capelão) sempre fosse um sacerdote de sua etnia, garantia de que se pudessem observar, durante a missa, os costumes aprovados pela Igreja na Alemanha e que houvesse sobretudo pregações em língua alemã; ordem de que o presidente da Diretoria somente pudesse ser de etnia alemã se dominasse esse idioma, e a cedência das faculdades necessárias para o serviço sacerdotal do capelão" (RABUSKE, 1994: 162).

Contudo, durante a Primeira Guerra Mundial, portanto em plena República Velha, após violentos atritos entre o governo positivista gaúcho, que havia promovido o ensino leigo, e as autoridades eclesiásticas católicas – que ameaçaram excomungar os fiéis que permitissem a seus filhos frequentarem escolas públicas –,

a Cúria Metropolitana de Porto Alegre, em 14 de dezembro de 1917, decretou:

"Havendo o Governo de nosso país proibido o uso da língua alemã em atos públicos, como medida de caráter provisório, digo transitório, comunico [...] que não se poderá pregar nesta língua à estação (tempo próprio dos domingos e dias de festa ou dias santos de guarda) das missas, casamentos, encomendações e outros serviços religiosos públicos, quer nas igrejas matrizes, quer nas capelas.

Neste particular deve-se entender por ato público a função religiosa à qual todos em geral podem comparecer. Em outras ocasiões e particularmente, porém, é permitido falar aquele idioma, principalmente para aconselhar ao povo o cumprimento exato dos seus deveres e a confiança no benemérito Governo do Estado, para suavizar a situação apremiante que a Nação atravessa" (*Idem*: 164).

O documento demonstra que a promessa feita às comunidades alemãs não estava sendo mantida, e expressa, também, que a Cúria Católica queria uma cooperação amistosa com as autoridades civis.

Num artigo publicado no jornal *Correio do Povo*, de 27 de novembro de 1917, a antipatia pela cultura alemã transparece com características violentas:

"A igreja nacional de São José dos Alemães, que funciona atualmente na rua de São Rafael, desta capital, deve ser suprimida, eliminada, porque é antipatriótica, funesta à união sagrada da grande família brasileira, desnecessária, ilegal!".

Os termos deste artigo demonstram a preocupação em destruir a cultura alemã, preconceito cultural e religioso ainda mais forte quando se trata de luteranos, como está explícito a seguir:

"Essa mantém ainda anexa ao seu templo da rua São Rafael uma escola alemã (!), que era subvencionada até estalar a conflagração européia pelo 'Kaiser', para ensinar a língua e os costumes alemães, avivar o amor ao Império Germânico, enalteceu sua 'kultura' (!) e sua força e promover, enfim, suas causas e seus interesses em detrimento e em menoscabo do nosso Brasil, que tão generosamente os agasalhara (!), que tão solícito tem sido em proporcionar-lhes a máxima liberdade de seus bens! Em recompensa, os professores dessa escola alemã, os padres dessa igreja nacional não perdem ocasião de insinuar aos seus alunos, e aos católicos de sua comunidade, que não devem aprender nem a língua, nem a cultura dos brasileiros, para não perderem a sua Religião e o amor da pátria de origem, como se os brasileiros fossem selvagens bárbaros, ou hereges luteranos, como é a maioria do povo alemão".

Conforme o artigo, temia-se que *"se abusará, do sentimento religioso, para hostilizar, profligar e amesquinhar a sociedade brasileira, para fomentar entre os alunos um ódio surdo contra os primeiros colonizadores e civilizadores deste país e seus descendentes!"*. Portanto, estabeleceu-se publicamente uma oposição entre os colonos alemães e descendentes, como sendo em sua maioria "selvagens bárbaros, ou hereges luteranos", e a sociedade brasileira, resultante dos "primeiros colonizadores e civilizadores" de origem portuguesa católica. O confronto do bárbaro herege com o civilizador católico é a essência do artigo, como se a guerra na Europa devesse ser reproduzida no sul do Brasil.

A continuidade da análise do referido texto demonstra que a guerra cultural, religiosa e econômica, que ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial contra os teuto-brasileiros, quando Aurélio Py reproduz discurso semelhante e generaliza, caracterizando manifestações culturais alemãs como nazistas, teve seus antecedentes em 1917.

A exaltação "patriótica", o desrespeito à alteralidade e o xenofobismo não disfarçam o propósito da homogeneização religiosa, cultural e a manutenção da hegemonia econômica:

"É necessário estarmos alertas contra o alemão prepotente e ambicioso, que nutre a veleidade insofismável de apossar-se do sul do Brasil, contra esse inimigo traiçoeiro, capaz de nos causar danos muito grandes" (*Idem*).

Em resposta a essas acusações, os membros da Comunidade São José, entre eles o futuro prefeito de Porto Alegre, Alberto Bins, encaminharam, em 29 de novembro de 1917, um memorial ao arcebispo Dom João Becker, afirmando que:

"Nutrimos até agora a convicção de que a pregação da palavra de Deus, a entoação dos cânticos sacros e das orações proferidas na 'língua do povo' constitui uma prerrogativa que se baseia no Direito Natural e Divino, a qual foi em todas as épocas protegida e defendida pelos Pontífices Romanos e a nossa Santa Igreja Católica Apostólica Romana e que nenhum poder governamental poderá suprimir ou prejudicar.

A proibição da 'língua do povo', no nosso caso do idioma alemão para as práticas, orações e canto sacro deve forçosamente produzir os efeitos mais funestos" (RABUSKE, 1994: 171).

Ainda que os signatários demonstrem grande ilusão em relação à liberdade de uso de línguas na História da Igreja Católica, ignorando as perseguições da Contra-Reforma, produzem um discurso que durante a Segunda Guerra Mundial será repetido pelo pastor Dohms na defesa dos luteranos.

A violência cultural estabelecida pela proibição da língua alemã antecede

a questão nazista, mas, anos mais tarde, ainda persistiu confundindo qualquer manifestação cultural alemã com nazismo. Com essa estratégia, autoridades governamentais favoreceram a etnia luso-católica, tanto na Primeira Guerra Mundial, quanto na Segunda.

No caso da Igreja São José, em Porto Alegre, as próprias autoridades eclesiais locais, como o arcebispo Dom João Becker, tomaram a iniciativa de proibir o uso da língua alemã, no que foi desautorizado pelo papa Bento XV, em 1925 (*Idem*: 186). Este conflito preparou os alemães católicos para as perseguições e proibições que desestruturaram os luteranos durante o Estado Novo.

3.2 Os modelos ideológicos e educacionais

Religião e educação estiveram embricados no processo de colonização alemã no sul do Brasil, pois tanto os católicos quanto os luteranos estabeleceram estreita relação entre a igreja e Escola. Em muitas colônias, os prédios estavam lado a lado, quando não eram um só, dando maior racionalidade e funcionalidade aos recursos da comunidade. O sacerdote, fosse o padre ou o pastor, exercia, também, a função de professor.

Ocorreram exceções, como entre os colonos pomeranos distribuídos na Vila Alfredo Chaves (Veranópolis), cujo diretor da Colônia, Heinrich Finger, os espalhou entre os colonos italianos, afirmando, em 1890, que:

"essas pessoas têm que ser dispersadas para que possam ser melhor [sic] domadas, pois são piores do que o gado" (MÜHLINGHAUS, in: WITT, 1996: 50).

A desagregação cultural e geográfica dos colonos favoreceu, neste caso, a super-exploração, conforme relatou o pastor Mühlinghaus:

"É difícil imaginar que, nesse triste modo de vida, suas crianças pequenas tenham morrido todas. (...). Apesar de o governo lhes pagar 1 mil e 500 réis por dia em forma de vales pelo seu trabalho na construção de estradas e quando constroem suas casinhas, eles não têm dinheiro em mãos e por isso, muitas vezes, são obrigados a vender sua roupa do corpo. Além disso são logrados por esses vales, isto é, por um vale de 1 mil e 500 réis recebem mercadorias no valor de apenas 1 mil réis" (*Idem*: 50).

Nestas circunstâncias, o pastor concluiu que era impossível organizar a Igreja e a Escola. Restrições provocadas pelos diretores da colônia, na organização das Comunidades, também ocorreram na zona sul do Estado, especialmente em São Lourenço do Sul, com Jacob Rheingantz.

Em outras comunidades, a organização do catolicismo ou do luteranismo institucionalizado foi rejeitada. Nos relatos do pastor Backen, encontramos a declaração de que:

"O pastor não tem voz na comunidade, ele tem apenas o púlpito, o resto fica por conta da diretoria da Igreja e da assembléia da comunidade" (*In*: WITT, 1996: 68).

Na mesma época, no final do século passado, o pastor Max Dedekind encontrou colonos que haviam se tornado ateus e disseram:

"Quando morávamos na Alemanha, ainda orávamos de vez em quando, mas, desde que estamos aqui no Brasil, abolimos isso, completamente. Aqui a gente fala abertamente que não se acredita mais em nenhum Deus, em nenhum juízo, em nenhuma vida após a morte" (*idem*: 70).

Conforme Pechmann, também pastor itinerante, naquele período:

"Eles não oram mais, nossa juventude não conhece mais uma oração de mesa ou uma oração da noite; contesta-se que o temor do Senhor seja o início de toda sabedoria, e até caiu-se para o lado oposto e se diz: o temor de Deus é desnecessário, é inclusive um estorvo para a vida, para o comércio" (*in*: WITT, 1996: 70).

A influência do positivismo também foi fator importante na redução da fé religiosa. O pastor Gerhard Dedeke, após visita a colonos na região de Ijuí, relatou:

"O sueco me confirmou que, dificilmente, havia algo que eu pudesse fazer. Seus compatriotas não dariam importância à religião cristã, exceto um que cantaria e suspiraria, rezaria e leria a Bíblia quando se arrependia de seu alcoolismo. Também a sua própria situação não era diferente: falou do positivismo e mencionou, indiferente, que seus filhos não tinham sido confirmados" (*in*: WITT: 107).

Colônias de socialistas e/ou com idéias anarquistas também fogem do esquema geral, no qual fé e educação eram desenvolvidas em estreita colaboração (WITT: 100).

Contudo, apesar dessas exceções, em geral as colônias alemãs tinham na Igreja-Escola o centro da vida comunitária.

"Agora os alemães que moram nas redondezas formam uma comunidade; eles escolhem de seu meio, homens que devem cuidar da conservação das estradas e pontes na colônia e, sobretudo, de que haja ordem e união. Embora aqui também haja tribunais, os alemães não gostam de apelar a eles e preferem resolver seus próprios problemas. Elege-se, então, uma diretoria da escola que se encarrega de procurar um professor; em pouco tempo a escola está pronta – mesmo que seja inicialmente, apenas um barraco de madeira – e um professor também se encontra – mesmo que não tenha sido formado em um seminário. Em muitas colônias novas, o professor é, ao mesmo tempo, também pastor ou vice-versa" (*Deutsche Kolonisten in Brasilien*. DER DEUTSCHE ANSIEDLER, 30: 51, jul. 1892, *in*: WITT: 40).

Portanto, o binômio Igreja-Escola foi desenvolvido desde o início da colonização, tornando-se o elemento aglutinador das atividades culturais.

Colonos católicos e luteranos tiveram grande preocupação com a Educação, ainda que com projetos diferentes. Para os católicos, a educação não deveria ser promovida só pelo Estado. A carga horária do ensino religioso até o início da República Velha se equiparava às demais disciplinas nas escolas católicas.

Os luteranos, seguindo a orientação de seu pastor-maior, acreditavam que:

"as autoridades têm o dever de obrigar os súditos a mandarem seus filhos à escola, (...) para que no futuro possamos ter pregadores, juristas, pastores, escritores, médicos, professores e outros, pois não podemos prescindir deles. Se podem obrigar os súditos capazes de carregar lanças e arcabuzes, escalar os muros e outras coisas mais que devem ser feitas em caso de guerra, quanto mais

podem e devem obrigar os súditos a mandarem os filhos à escola" (LUTERO, 1995: 362).

Nesse sentido, os colonos exigiram das autoridades a construção de escolas e a manutenção de professores, no que raramente foram atendidos, fazendo com que ou construíssem eles próprios uma igreja que servisse de escola, ou coubesse ao pastor, com a ajuda da comunidade, a construção de uma escola ao lado do templo.

Até o início do Estado Novo, as autoridades governamentais haviam se omitido de prestar serviços educacionais nas colônias.

O conflito religioso e os preconceitos dificultaram a união de recursos para a construção de uma só escola interconfessional, fazendo com que nas principais colônias os católicos e os luteranos construíssem escolas separadas.

Eventualmente alguns sacerdotes, como o pastor Wilhelm Arnold, sediado em Ibirubá, já percebiam, em 1907, o problema.

"Nós, clérigos evangélicos, também temos o desejo de ver a formação de uma comunidade religiosa de acordo com a nossa concepção, assim como o desejo de ver o desenvolvimento econômico de uma colônia. Porém nós confiamos na força do cristianismo evangélico associada ao pensamento sensato de que os católicos e protestantes podem morar lado a lado e que crianças católicas e evangélicas podem sentar lado a lado na escola sem se morderem e sem se prejudicarem umas às outras. Fanáticos e cabeças limitadas não valem nada em ambos os lados. É muito mais necessário cultivar uma educação que dê às pessoas um caráter cristão e as torne pessoas decentes do que educar os fiéis para a contemplação desconfiada do próximo e para a presunção da infalibilidade da salvação" (*In*: WITT: 131).

Esse pensamento ecumênico foi exceção, pois tanto católicos, como protestantes desenvolveram atividades educacionais isoladas.

O projeto alemão para seus colonos no sul do Brasil partiu da necessidade de desafogar tensões sociais no reino, passou pela idéia da formação de um Estado (logo refutada) e foi formalizado por Friedrich Fabri, na segunda metade do século XIX, quando presidente do Comitê Evangélico para os Alemães Protestantes na América.

A emigração para a América do Norte, especialmente para os Estados Unidos, não interessava à Alemanha, porque os colonos logo eram absorvidos e se tornavam concorrentes. Numa época em que o desenvolvimento industrial precisava de novos mercados, Fabri indicou a solução:

"Não se pode pensar aqui em quaisquer anexações e planos políticos, e sim na conservação da germanidade, tanto na língua e nos costumes quanto na igreja e na escola. Justamente a região sul do Brasil oferece, há decênios, a real prova disso. Diferentemente da imigração para a América do Norte e as colônias inglesas, lá a germanidade se conservou ao lado da população nativa semi-românica de forma característica, tanto na língua quanto nos costumes, e, quanto mais extensas e compactas forem as colônias alemãs, continuará sendo conservada também no futuro e em grau crescente. Mas e as relações comerciais com a pátria de origem? Primeiramente, é certo que nossos conterrâneos que para lá emigraram nunca serão e nem poderão ser nossos concorrentes na área agrária. Da mesma forma – pelo menos durante séculos – não o serão na área da produção industrial. Ao contrário, nosso comércio e exportação ultramarinos crescerão muito devido à maior colonização na América do Sul" (*In: WITT: 24*).

A organização consciente de mercados consumidores dos produtos industriais alemães e mercados produtores de alimentos está nítida nesse texto de Fabri. Através da manutenção da cultura germânica, inclusive com o uso da religião, articulava-se o imperialismo alemão, disputando espaço com a Inglaterra, Estados Unidos e demais potências industrializadas.

O ecumenismo, seja religioso ou educacional, não era recomendável nessa proposta e prática de expansão de mercados econômicos alemães, pois isso já estava dando péssimos resultados para a Alemanha, com seus colonos nos Estados Unidos.

Breitenbach declarou no final do século XIX, na Sociedade Evangélica para os Alemães Protestantes na América:

"Após ter-se reconhecido que não é mais aconselhável deixar que a grande massa dos nossos emigrantes rume para a América do Norte, pois lá a pátria e a indústria nacional os perdem em pouco tempo sob o ponto de vista da nacionalidade e da economia, e até se tornam concorrentes da indústria alemã – desde então a propaganda para o sul do Brasil tornou-se mais ativa do que nunca. Aqui os conterrâneos emigrados conservam sua germanidade de forma mais pura e fiel do que em qualquer outra parte do mundo; do ponto de vista econômico, também não se perdem, mas continuam sendo compradores dos nossos produtos industrializados. De ano para ano pode-se notar um aumento da exportação alemã para o sul do Brasil. Quase todo o grande comércio da província do Rio Grande do Sul está nas mãos dos alemães. Produtos ingleses, franceses e americanos foram sendo substituídos mais e mais por produtos alemães. A exportação alemã para o Rio Grande do Sul deve totalizar, já agora, cerca de DM 30 milhões. As numerosas colônias alemãs se encontram, em grande parte, em estado florescente e têm todas as condições prévias para continuar a se desenvolver prosperamente" (*In*: WITT: 24).

Como a disputa comercial já gerava conflitos com os luso-brasileiros, os próprios alemães do reino tinham o cuidado de não promover projetos colonialistas ultrapassados, como a formalização de colônias com subordinação política à Alemanha. As diferenças culturais, perpetuadas através da educação e da religião, evitariam a integração com os luso-brasileiros.

Para assegurar a homogeneidade cultural dos emigrantes foi aprovado, na Alemanha, uma lei, conforme Fabri:

"A política da germanidade, que incluía o apoio das escolas e igrejas nas colônias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, foi intensificada, a fim de deter o processo de assimilação nessas regiões. Viagens de representantes da Alemanha para obter informações junto aos colonos e visitas de esquadras navais se tornaram rotineiras" (*in*: WITT: 25).

A conclusão de Witt sobre a questão, reforça a idéia de que os interesses econômicos alemães influenciaram no isolamento dos luteranos no Brasil.

"Se, no início, a saída de grandes grupos não representava mais do que um alívio das tensões sociais existentes nos territórios alemães, pouco mais de meio século depois procurou-se tirar proveito econômico dela para o comércio e a indústria alemãs, fazendo o possível para que os emigrantes e seus descendentes se mantivessem vinculados à antiga pátria. Esta política de manutenção da germanidade, como já se pode antever, teve profundas implicações para o trabalho da igreja Evangélica [...]" (*in*: WITT: 25).

O relatório do professor e pastor Carl Otto Ullrich, publicado em Berlim no ano de 1898, sobre as colônias alemãs na região de Pelotas, inicialmente

estabelece um paralelo entre as preocupações dos luso-brasileiros e alemães com a educação.

"Muito poucos luso-brasileiros no interior possuem instrução escolar, em consequência disso, reina desconfiança no comércio, superstição e cruza, numa pérfida cortesia, expressa por intermédio de frases vazias.

Os alemães, no que se refere à instrução escolar, digo ao ensino, são bem diferentes dos brasileiros. O brasileiro espera pacientemente até o governo achar interessante instalar uma escola pública, na qual seus filhos terão ensino totalmente gratuito.

O alemão se vira sozinho, pois sabe que em geral o governo o deixará esperando e que seus filhos não terão muitas vantagens apenas com o ensino brasileiro.

Tão logo uma picada estiver suficientemente habitada, forma-se uma comunidade, constrói-se uma escola, emprega-se um professor e mandam-se as crianças aplicadamente para a escola. Uma colônia alemã sem escola não é sequer concebível e os colonos consideram de certo modo uma vergonha, quando uma comunidade é forte o suficiente e não providencia a instalação de uma escola. A comunidade anualmente elege uma direção entre seus membros, a qual tem que receber e conciliar eventuais reclamações dos membros da comunidade e do professor" (ULLRICH: 153).

Ainda que o texto expresse preconceitos em relação aos brasileiros, as estatísticas do período do Estado Novo demonstram que de fato havia mais escolas nas colônias alemãs do que nas outras regiões do Rio Grande do Sul (KREUTZ: 36). Desde o relato de Ullrich até o conflito com o Estado Novo, foi um longo processo de formação de escolas autônomas, organizadas, mantidas e dirigidas pelas próprias comunidades, o que fugia ao modelo autoritário e centralizador de Vargas. Adicionou-se a isso o projeto de nacionalização xenofobista, resultando o confronto e o fechamento destas escolas, sob a alegação de Coelho de Souza, secretário de educação do Rio Grande do Sul, de que eram propagadoras do nazismo.

A citação do texto de Ullrich evidencia terem sido essas escolas construídas numa época muito anterior ao surgimento do nazismo. Seu texto também revela que o isolamento cultural não foi resultado das idéias de Hitler e que, desde o século XIX, a idéia de a Alemanha querer ocupar o sul do Brasil gerava desconforto:

"Na minha opinião, fundamentada na experiência, não se pode nem sequer falar na assimilação da população alemã com a brasileira (sobre a possibilidade se discutiu calorosamente em alguns jomais alemães). As exceções nunca podem servir de regra, e o filho do colono alemão sempre dará preferência a uma filha de um conterrâneo, pois sabe que ela o entende, é fiel e trabalhadora.

Não posso deixar de mencionar que de algum lugar se espalhou nas colônias a opinião de que a Alemanha tenha interesses políticos sobre os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Até entre os professores existem alguns que dão a entender animadamente a possibilidade desse fato ser verdadeiro.

Evidentemente sempre escapa parte desses boatos e, sendo assim, os jomais locais nos últimos tempos já procuraram várias vezes colocar a cultura alemã como um fator perigoso à população. Um jato d'água frio oficial ou oficioso sobre as cabeças quentes daqui deveria contribuir bastante para o sossego geral, e provavelmente calaria de imediato os tagarelas e vagabundos em ambos os lugares" (154).

Portanto, o conflito com os colonos alemães estava formado desde o início da colonização, mas a conjuntura da 2ª Guerra Mundial, as atrocidades promovidas pelo nazismo criaram o momento oportuno para deflagrar uma guerra interna.

3.3 As cisões entre os luteranos e a homogeneidade forçada pelo nacionalismo do Estado Novo

Desde o início do período republicano, as ideologias nacionalistas forjaram o estereótipo do cidadão brasileiro, e a estes modelos o colono alemão, ou seus descendentes precisavam se adaptar. O catolicismo deixava de ser a religião oficial, mas permanecia como referência religiosa.

Conforme Gertz:

"Uma característica adicional das concepções de nacionalidade brasileira que partem da história do Brasil-Colônia como momento decisivo para a sua formação é a do privilegiamento do catolicismo como elemento componente da brasilidade" (1994: 19-20).

Portanto, apesar de haver, como vimos, uma preocupação em "nacionalizar" os cultos dos teuto-brasileiros católicos, em relação aos luteranos, essa opção religiosa era considerada como demonstração de germanidade. No Estado Novo, professar o luteranismo significava, para muitas autoridades policiais, uma demonstração de anti-patriotismo.

Franz Metzler, Karl-Heinrich Hunsche e Karl-Heinrich Oberacker contra-argumentaram, num processo de resistência à homogeneização cultural. O primeiro, refutando os nacionalistas, cunhou as seguintes metáforas:

"Seria tolo o silvicultor que resolvesse enxertar copas de pinheiros em troncos de palmeiras, pois ambos definhariam."

"A beleza de um jardim decorre justamente da multiplicidade de espécies convivendo no seu estado natural" (*In*: GERTZ, 1994: 23).

OBERACKER, numa argumentação provocativa, escreveu:

"Se algum grupo pode reivindicar o direito de ser o portador da identidade nacional, este grupo seria o indígena. Mas perguntou: – onde estão os índios para reivindicar esse direito que lhes cabe pela primazia da presença em território brasileiro?" (*In*: GERTZ, 1994: 24).

Para Gertz, mais do que uma disputa cultural, havia uma preocupação da sociedade "tradicional", de origem lusa, com o avanço econômico e político das regiões coloniais alemãs de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. A "nacionalização" foi uma estratégia conservadora para evitar a ascensão dos teuto-brasileiros (1994: 25).

Nesse embricado jogo de interesses, o conflito não se resumiu à polarização entre católicos de origem lusa com luteranos de descendência germânica. Ainda que essa disputa tenha se tornado a mais aparente, é necessário recordar a reação à homogeneização cultural entre os próprios católicos na Igreja São José em Porto Alegre. Também entre os próprios luteranos ocorreram duas cisões importantes.

A primeira se refere à divisão dos luteranos em duas Igrejas diferentes, a Igreja Evangélica Luterana do Brasil, ligada aos norte-americanos de Missouri, e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, mais relacionada com a Alemanha. Essa divisão, e os conflitos dela resultantes, especialmente nas conjunturas das duas guerras mundiais, podem ser percebidos nas afirmações de um pastor ligado ao grupo de Missouri:

"Alguns adversários temiam perder o seu prestígio em suas próprias congregações. Afirmavam que 'os americanos' não tinham o direito de servir os evangélicos alemães. Acusaram nossos pastores de agentes americanos, que pretendiam neutralizar a influência da pátria além-mar (Alemanha) sobre os imigrantes alemães e seus descendentes" (WARTH, 1979: 149).

A segunda cisão ocorreu dentro da Igreja Luterana Alemã por razões teológicas e políticas. Ainda que a divisão original tenha ocorrido na Alemanha. No sul do Brasil, refletiu-se na formação dos grupos denominados de "Igreja Confessante" e dos "Teuto-Cristãos" (Pastorado Nacional Socialista Solidário ao Terceiro Reich) (DREHER, 1984: 139).

A declaração do dirigente nacional "teuto-cristão" para o Brasil, pastor Knäpper, de 24 de abril de 1934, informava:

"Nosso objetivo principal, como reflexo da Igrejas do Reino, será o de criar aqui dos quatros sínodos, que se encontram em um relacionamento muito frouxo, uma unidade que possa se defrontar com o Estado na qualidade de uma Igreja.

No Rio Grande do Sul existe desde há mais tempo o Pastorado Nacional-Socialista que abrange 2/3 de todos os pastores correligionários (*Parteigenossen*), uma classe do Partido. Todos os correligionários por seu turno são Teuto-cristãos. A abrangência das tarefas do Pastorado Nacional-Socialista é grande, já que, por exemplo, também se preocupa com os interesses vitais do Sínodo e dos pastores ativos no exterior.

É possível que o Pastorado Nacional-Socialista venha a se estender por todo o Brasil.

(...) Heil Hitler!" (In: DREHER, 133-134).

O documento deixa evidente a grande influência do nazismo e que o governo alemão, na sua expansão totalitária, tentou organizar os luteranos no Brasil

numa só Igreja. Essa Igreja seria subordinada à Alemanha, configurando-se um importante instrumento de reprodução ideológica. Porém, tanto na Europa quanto no Brasil, ocorreram movimentos luteranos de resistência a esse projeto de atrelamento e identificação ao governo nazista.

O Sínodo Rio Grandense (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil) foi se fortalecendo, permitindo a convivência das duas facções na mesma instituição. Foi a existência do grupo de pastores da "Igreja Confessante", com fortes convicções teológicas, e capacidade administrativa, que enfrentou a violência policial do Estado Novo, evitando e refutando uma identificação absoluta da instituição religiosa com o Nacional Socialismo. É evidente que os pastores nazistas também enfrentaram e muito sofreram com a polícia de Vargas, mas na sua maioria foram presos e suas práticas usadas como pretexto para o governo fechar templos luteranos e suspender os cultos religiosos na maioria dos municípios com colonização alemã.

Quando o Brasil rompeu relações diplomáticas com a Alemanha, foi o grupo liderado pelo pastor Hermann Dohms, que exigia autonomia da Igreja Luterana em relação à política alemã (DREHER: 120), responsável pela sustentação da Igreja no Rio Grande do Sul e pela assistência aos pastores presos na Colônia Penal Daltro Filho. Dohms, mesmo antes da ascensão do nazismo, afirmava que o projeto religioso deveria também ser *"quanto mais brasileiro em questões políticas, tanto mais teuto em questões étnicas!"* (Idem: 120). Essa posição foi combatida pelo cônsul alemão Reinhardt, em 1921: *"Não se poderia concordar com a posição de que a futura Igreja Teuto-evangélica no Brasil tivesse que se tornar totalmente*

brasileira em questões políticas" (Idem: 120).

A consolidação da proposta de aproximação política com a realidade brasileira e de independência em relação ao Estado alemão permitiu a sobrevivência do Sínodo Rio Grandense durante a ditadura de Vargas. É importante ressaltar que essa sobrevivência ocorreu numa situação absolutamente adversa.

Dois processos históricos radicais se confrontaram durante o Estado Novo. Um deles é o da evolução cultural das colônias alemãs, que possuíam grande autonomia em relação ao governo brasileiro. O poder público foi omissivo, até então, em relação à oferta de educação, que era promovida em muitos casos pelos pastores luteranos. Religião e Educação estavam unidas na maioria das regiões coloniais. E nisso os luteranos não eram originais, mesmo no início do período republicano de forte influência positivista a Igreja Católica ainda exercia a hegemonia na educação, com padres e freiras também fazendo o duplo papel de professores e orientadores religiosos.

No início do século XXI, a Igreja de Confissão Luterana, em muitas cidades do Rio Grande do Sul, ainda é mais conhecida como Igreja dos Alemães.

A identificação é resultado da marginalização imposta pelo Estado e pela Igreja Católica, mas também da convicção de muitos pastores *"de que não se poderia ser evangélico sem ao mesmo tempo ser alemão"* (DREHER: 8). A pregação religiosa esteve diretamente relacionada à manutenção das tradições, da língua alemã, numa concepção baseada no Idealismo alemão e no Romantismo. A partir de 1900, a Igreja Prussiana possibilitou a filiação de comunidades evangélicas do exterior, com apoio financeiro, ordenado condigno e pensão vitalícia aos pastores.

Ainda que esse apoio oficial externo tenha sido interrompido na Primeira Guerra Mundial, as relações com a Alemanha foram intensificadas posteriormente ao fim do conflito com a criação da Federação Evangélica Alemã de Igrejas (*Idem*: 14-17). Dessa forma o desenvolvimento religioso e educacional significou um reforço da germanidade, que com os nazistas no poder atingiu seu ponto extremo.

O outro processo, também radical, foi a construção da ditadura de Vargas, em que o nacionalismo era identificado com o modelo luso-católico, sendo a abstenção do Estado na educação substituída pela intervenção absoluta. A polícia passou a controlar as atividades eclesiais e educacionais nas colônias. Numa primeira etapa, proibiu os pastores alemães nas fronteiras, depois os cultos em alemão, para, por fim, se apossarem das escolas evangélicas transformando-as em Grupos Escolares e aprisionarem dezenas de pastores sob a genérica acusação de simpatizar com o nazismo.

Os dois projetos totalitários encontraram resistências nos próprios grupos a que se destinavam, e também existiam confluências entre si, mas com o alinhamento militar do Brasil aos Estados Unidos o confronto se tornou radical.

Na República Velha, durante a I Guerra Mundial, também ocorreram conflitos semelhantes, já que a língua alemã foi proibida, escolas fechadas e alguns estabelecimentos comerciais depredados. Nessa época, em que a filosofia positivista permitiu o desenvolvimento das ciências, das artes e da religião sem a intervenção do Estado e conseqüentemente a cultura germânica nas colônias era muito forte, a crise foi profunda, mas menos violenta e mais rápida do que na II Guerra Mundial.

Na década de trinta, as atividades nazistas haviam crescido:

"Nas cidades foram criadas organizações nacional-socialistas e introduzidos, furtivamente, agentes nas associações teuto-brasileiras. Organizou-se, por exemplo, no Estado do Rio Grande do Sul um 'Kreis' (distrito) do NSDAP, tendo à sua testa um 'Kreisleiter' (dirigente distrital) que não estava subordinado ao consulado alemão. Foram feitos boicotes a firmas teuto-brasileiras que não simpatizavam com o movimento nacional-socialista, organizou-se coletas para a 'Winterhilfswerk' (congregação de auxílio de inverno), promoveu-se conferências e atos públicos nos grandes feriados nacional-socialistas. Além disso, movimentou-se todo um aparelho de propaganda. Este fazia uso da imprensa teuto-brasileira, difundia material de propaganda impresso na Alemanha e procurava influir através de uma série de associações, tais como: Deutsche Arbeitsfront, Arbeitsgemeinschaft der deutschen Frau im Ausland, Deutschbrasilianischer Jugendring, Bund deutscher Mädchen im Ausland, Deutscher Kriegsverein, etc. O movimento nacional-socialista mostrou um interesse todo especial pelas associações teuto-brasileiras. O NSDAP procurava influir nestas sociedades através de subvenções em dinheiro, pagando as contribuições sociais dos seus partidários. Assim que havia uma maioria favorável aos nacional-socialistas na associação, convocava-se uma assembléia. Nesta, por seu turno, era decidida a filiação da associação ao partido nazista e à 'Federação de Associações Alemãs' (Verband Deutscher Vereine) que, por sua vez, estava filiada à Federação de Associações Alemãs no Exterior (Verband Deutscher Vereine im Ausland). Essas iniciativas levaram a sérias discussões nos meios teuto-brasileiros. Poucas foram, porém, as associações que conseguiram escapar a esta tática" (DREHER: 50-51).

Essa imagem de hegemonia foi propalada tanto pelos nazistas, quanto pela polícia gaúcha, que necessitava justificar suas arbitrariedades. Importantes instituições teuto-brasileiras conseguiram manter-se independentes e, às vezes, adversárias ao nazismo. A imprensa de Metzler, a atual SOGIPA (Sociedade Ginástica Porto-alegrense) e os pastores da Igreja Confessante são exemplos desta falta de unidade.

3.4 O Estado exagera o perigo nazista para legitimar a repressão

Mesmo que o perigo nazista não fosse tão concreto, era necessário para a realização do Estado Novo, como instituição totalitária, confundir germanidade com o nazismo. Para se chegar ao novo país com "uma só raça e uma só religião", era necessário terminar com tudo que fosse diferente.

Em maio de 1936, portanto antes do início do Estado Novo, o "Grupo de Trabalho da Igreja Confessante" fazia crescer sua influência, levando à dissolução do Pastorado Nacional-Socialista. Portanto, independente da repressão policial mais violenta, das prisões dos pastores, dos saques aos templos e das proibições impostas aos luteranos, o Sínodo Rio-Grandense posicionou-se contra o nazismo. Nesse momento de crise, pastores brasileiros e alemães contrários ao movimento "teuto-cristão" sofreram represálias do governo alemão, enquanto *três pastores mais renitentes seriam mandados de volta à Alemanha* (depoimentos orais, conforme DREHER, 1994: 108). Apesar de sofrer essa transformação interna, o governo gaúcho também alterou suas relações com o Sínodo, identificando-o com as publicações e documentos da vertente nazista. Alguns pastores sofreram constrangimentos paradoxais, pois, perseguidos na Alemanha por não apoiarem o nazismo, foram detidos no Brasil por serem considerados nazistas. Com base em fatos anteriores ao Estado Novo e à II Guerra Mundial, as autoridades julgavam as instituições e os pastores, desconsiderando as mudanças de consciências e posições.

A identificação que o nazismo estabelecia com o germanismo foi construída às avessas pelo governo gaúcho, que os confundia. Para construir o

nacionalismo do Estado Novo, era preciso identificar e exterminar o exótico. E não bastava apenas silenciar o estrangeiro, era necessário nacionalizá-lo e transformá-lo num "patriota". Resultado dessa prática foi a mudança de tratamento dado aos filhos dos teuto-brasileiros, que, submetidos a programas de convivência com as famílias tradicionais luso-brasileiras, transformaram-se de "coloninhos" em "gauchinhos".

O Estado exerceu um duplo papel de aparelho de força e de organizador da hegemonia, através das escolas e da ingerência nas atividades religiosas. Nesse caso, das "visitas dos coloninhos" a Porto Alegre, o interventor Cordeiro de Farias, articulado com a Secretaria da Educação, hospedava as crianças de origem alemã, afirmando:

"Não temos colonos no sentido restrito do termo, nem temos, portanto, coloninhos. O Brasil é, mais do que nunca, uma só terra, continua e rica, e uma só gente, trabalhadora, alegre e fecunda. (...). Gauchinhos, entrem, que a casa é de vocês" (KONRAD, 1994: 132).

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), a Liga de Defesa Nacional, a Secretaria de Educação e a Polícia exerciam censura, repressão e fiscalização permanentes, mas era através da cooptação com empregos públicos e favores oficiais que o governo completava sua eficiência. A citação demonstra essa prática na Escola Teuto-Católica:

"A Nacionalização do ensino induziu a uma destruição generalizada e indiscriminada da memória histórica. Livros, revistas, almanaques, jornais e muitos outros documentos do período, foram destruídos, tanto pelos agentes da Nacionalização quanto pelos próprios teuto-brasileiros, como auto-defesa. (...).

O disciplinamento da licença dos professores, do

material didático e a proibição da língua alemã, introduzidos de forma abrupta, influíram negativamente na qualidade de ensino de toda uma geração de crianças teuto-brasileiras.

(...). Criou-se um clima de tensão e medo, desmobilizou-se uma estrutura de 1041 escolas comunitárias em pleno florescimento.

D. João Becker começou a reconhecer, no final da década de trinta, um direito inalienável do Estado na educação e ensino. E, quando antes havia proibido aos professores católicos a receberem qualquer subvenção da parte do Estado, posteriormente, final dos anos trinta, em novo contexto político incentivava e sugeria convênios entre Igreja Católica e Estado na promoção da escola e do ensino. Suspende formalmente as sanções antes prescritas aos pais que enviassem seus filhos à escola pública, no caso, a não participação na solenidade da primeira comunhão.

O governo do estado também transigiu, em alguns princípios, começando a permitir o ensino religioso nas escolas públicas" (KREUTZ, 61-63).

É importante ressaltar que o ensino religioso permitido foi o católico, fazendo com que as demais religiões, especialmente o Sínodo Riograndense, tivessem seus campos de ação limitados. A destruição da estrutura eclesiástica e educacional destes luteranos foi radical.

Numa carta de 3 de novembro de 1943, dirigida ao Capitão Darci Vignoli, Chefe de Polícia, o pastor Hermann Dohms expôs as dificuldades da Igreja oriundas das medidas policiais.

"Em numerosas paróquias, filiadas ao Sínodo Riograndense, foram apreendidos, entre outros objetos de uso eclesiástico, como sejam crucifixos, vasa sacra, livros teológicos, manuais de culto, etc., os livros de registros de batismo, casamento, de valor insubstituível não somente para a Igreja. (...).

Foram fechados, pela polícia, diversos templos (...).

Nas zonas de colonização muito recente, onde os colonos ainda não podem construir capelas, continua a ser proibida, em muitos lugares, a celebração de cultos em casas particulares, de modo que vastas populações

carecem da devida assistência religiosa. (...).

A comunidade evangélica de Rio Grande possui, além do templo, uma casa pastoral e duas outras casas. A casa pastoral, segundo estamos informados, acha-se ocupada pela polícia.

Em Pelotas, em agosto de 1942, foi incendiada a casa pastoral e destruído, em parte, o templo da comunidade evangélica. Não foi possível, até hoje, reiniciar os cultos, em Rio Grande e Pelotas, porque os membros, em vista dos acontecimentos anteriores, não julgam aconselhável a celebração de cultos.

Em Santa Maria, em agosto de 1942, foram retirados do templo vasa sacra, órgão e mobiliário, e, em parte, queimados em praça pública, em parte levados a lugares desconhecidos. Soubemos, há pouco, que o Sr. Delegado Regional, cuja boa vontade é reconhecida, consultado ainda não julgou praticável ou aconselhável o reinício dos cultos, interrompidos de há 18 meses.

Sentimos profundamente a interrupção dos cultos na velha e tradicional igreja de Santa Maria, defendida, em seus direitos, no ano de 1886, pelo ilustre conselheiro Gaspar Silveira Martins. Somos de opinião que os adversários ativos da comunidade dos brasileiros evangélicos de Santa Maria quase que exclusivamente são adversários da religião cristã em geral.

Em duas comunidades, filiadas à paróquia de Santo Ângelo, as capelas, a pedido insistente das autoridades civis, foram postas à disposição das escolas municipais. Há casos idênticos em outras localidades, onde as comunidades, por consequência, carecem dos edifícios para fins de culto. (...).

A pedido do Chefe de Polícia removemos, em fevereiro e março de 1942, os pastores estrangeiros da faixa de segurança noroeste do Estado, substituindo-os por pastores e estudantes brasileiros, todos reservistas do exército nacional e avessos a quaisquer atividades antinacionais.

A medida para nós implicava grandes sacrifícios que suportamos na esperança de melhor garantir, deste modo, a assistência religiosa na referida zona. Apesar de continuarem, sem maiores dificuldades, na mesma zona, a desempenhar as suas funções religiosas párocos estrangeiros de outras confissões, os nossos pastores e estudantes brasileiros lutam com muitas adversidades. Assim, por exemplo, o pastor Edwino Wilm, pároco de Guarani, no município de Santa Rosa, no decorrer de dezesseis meses, foi preso três vezes, e encarcerado, em Santa Rosa, uma vez durante quatro semanas, outra vez durante três semanas, e a última vez, em julho do corrente ano, durante alguns dias, sem motivo conhecido ou formação de culpa" (SR 15/6).

Além disso reclama bens da Igreja, como motocicletas, apropriados pela polícia, e de proibições do ensino do evangelho às crianças que fariam a primeira comunhão.

O extenso documento demonstra que as autoridades estavam impedindo o funcionamento normal da "Igreja Evangélica no Rio Grande do Sul".

Na questão educacional a situação também foi muito complicada, porque a polícia e a Secretaria de Educação impediram o funcionamento das escolas comunitárias, especialmente as evangélicas luteranas. A língua alemã foi absolutamente proibida, criando um problema de difícil solução, pois os professores precisavam alfabetizar em português crianças que só falavam e compreendiam o alemão. Mas esses obstáculos pedagógicos não eram uma preocupação do Estado Novo, o qual teve como objetivo principal a "nacionalização" e a doutrinação "moral e cívica" que exaltasse o ditador Getúlio Vargas.

Os relatórios dos fiscais da Secretaria da Educação, que eram repassados para a Chefia de Polícia, em 1939, demonstram os atributos valorizados e os efeitos da nacionalização forçada:

"Escola estadual isolada de Afonso Wolf (Travessão)
O professor Afonso Wolf é um esforçado, faltando-lhe, porém orientação própria.
A alfabetização é má, sendo a nacionalização boa.
Seus alunos, em ciências, educação moral e cívica, estão bem preparados, sendo-nos feita uma boa demonstração de educação física e uma ótima exposição de trabalhos manuais.
Sua matrícula com 36 alunos está em boas condições. Compareceram aos exames 31 alunos, sendo 12 aprovados" (PY, 1942: 251).



Apesar de a grande maioria dos alunos ter sido reprovada, os fiscais elogiaram o esforço do professor, porque reproduzia a ideologia oficial.

Outro relato demonstra que essa era uma preocupação de quase todos os mestres:

"Escola estadual isolada de Carlos Alfredo Wiest (Morro Reuter) (...);

Acreditamos que o professor só ensina leitura e nada mais. As crianças não sabem nada, pronunciam apenas: Brasil, Brasileiro e Getúlio Vargas, a quaisquer perguntas que se lhes façam, sejam elas quais forem" (PY, 1942: 251).

Percebe-se que a situação era traumática para as crianças, nesta escola nenhuma criança conseguiu se alfabetizar. Essa situação se repete demonstrando que as escolas deixaram de ensinar as crianças a ler e escrever, mas cumpriam com a função de criar novos súditos de Vargas:

"Escola isolada estadual de Helva Weidle (Dois Irmãos)

A alfabetização é nula; no entanto mostram os alunos muito desembaraço. Foram-nos apresentados bons trabalhos manuais.

O trabalho de nacionalização vai bem, não só no meio infantil como também na própria população" (PY, 1942: 252).

Em várias localidades todos deveriam participar de desfiles cívicos, nos quais eram carregados retratos de Getúlio Vargas.

Na alfabetização, o caos pode ser avaliado pelas estatísticas dos fiscais da Secretaria da Educação. No município de Montenegro, foram examinadas 295

crianças, de 15 escolas, sendo apenas 11 consideradas alfabetizadas, isso representando 3,7% de aprovação. Os mesmos fiscais informam que muitos professores fechavam as escolas e desapareciam quando sabiam da aproximação das autoridades (PY, 1946: 252-256).

O Coronel Aurélio da Silva PY, Chefe de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul, não entendia as dificuldades pedagógicas concretas dos professores em alfabetizar crianças que não falavam, nem compreendiam o português. Mesmo o pequeno índice de alfabetização nas escolas particulares de Montenegro, demonstrado por ele próprio nos quadros estatísticos, é negado a seguir:

"O ensino particular em Montenegro ofereceu 0% de alfabetização, o que estabelece fora de qualquer dúvida o espírito reacionário dos professores.

Repetidas vezes as autoridades policiais têm sido chamadas a colaborar em diligências da Secretaria de Educação, e é desta colaboração que resultou entrarmos no conhecimento destes dados.

Referimo-los porque eles ultrapassam as esferas de competência daquela Secretaria para Interessar à própria segurança política do Estado" (PY, 1952: 258).

As afirmações evidenciam que, assim como a questão religiosa, a educação era também uma área a ser fiscalizada pela polícia. O conceito de segurança política do Estado, num clima de guerra, em que o governo podia divulgar e censurar tudo, permitiu a construção de sofismas. O resultado desastroso da nacionalização nas escolas seria consequência da reação nazista dos professores. O coronel faz a pergunta: "– Onde está a questão política?"

E responde citando o programa nazista:

" 'A compreensão da idéia do Estado deve ser alcançada pela escola, logo, com o começo do uso da razão (educação cívica)'.

(Do programa do N.S.D.A.P.)

'Depois, com o tempo, tratar-se-ia de desenvolver um sentimento de nacionalismo, por meio das escolas e da Instrução'.

(*Mein Kampf*, Capítulo III)

Encontra-se nestes dois extratos a resposta à pergunta acima enunciada. É na escola que o Nazismo inicia sua catequese. Ao lado da Cartilha Maternal, o professor ensina os princípios rudimentares da teoria racista, pedra angular do nacional-socialismo" (PY, 1942: 258).

Não há dúvida de em algumas escolas haver professores nazistas, mas a generalização não é correta. Os dois princípios programáticos citados também fizeram parte da teoria e da prática do Estado Novo. Ainda que o Nacional Socialismo propugnasse o uso das escolas como local privilegiado de proselitismo, a conclusão de que a alfabetização não se efetivava por causa da reação dos professores ao projeto do governo não possui consistência. Pelo contrário, nos relatos dos fiscais percebe-se que, por necessidade ou temor, a maioria dos mestres participou da campanha de nacionalização.

O processo de controle das escolas coloniais havia sido regulamentado desde 1938 pelos Decretos Federais de abril e maio. As escolas particulares que foram transformadas em escolas públicas receberam professores nem sempre bem aceitos pelas comunidades, porque também exerciam o papel de delatores daqueles que ainda falavam o alemão. Muitas escolas jamais voltaram a funcionar, fazendo com que a matrícula efetiva de alunos fosse diminuída em algumas cidades, na

época ditatorial (KIPPER, 1994: 124-125).

A professora Maria Kipper, analisando o problema da nacionalização em Santa Cruz do Sul, conclui:

"O resultado disso tudo foi lamentável; é expressivo o número de adultos de hoje, que se pseudo-alfabetizaram nessa época, decorando símbolos cujo significado não entendiam, e que hoje não são capazes de redigir um bilhete ou ler compreensivamente nem o português, nem o alemão" (1994: 125).

Problema igual existe nas diversas outras zonas coloniais de origem alemã no Rio Grande do Sul, especialmente na zona sul, onde a oferta de escolas públicas rurais foi menor. As comunidades evangélicas luteranas, após o período, não conseguiram reorganizar sua estrutura educacional. Acreditavam que o Estado deveria cumprir com esta função, ou que ao menos deveria ser o agente principal.

3.5 As agressões aos luteranos e as estratégias de resistência

Nas comemorações da Semana da Pátria, no Estado Novo, o presidente do Sínodo Riograndense fez um discurso que no plano terreno exaltou a figura de Getúlio Vargas:

"A Igreja Evangélica de Confissão Luterana, neste dia comunga com todos os homens de boa vontade no amor à terra e na esperança de um futuro feliz de ordem, paz e independência, garantidas pelo trabalho coordenado de todos, sob o regime instituído pelo maior estadista que jamais dirigiu os destinos do Brasil" (SR 113/13).

Mas no mesmo texto, reproduzindo as palavras de Lutero, afirmou que:

"Eu ponho a minha confiança em nenhum homem deste mundo, nem em mim mesmo, nem em meu poder, habilidade, bondade, piedade ou em que eu possa ter (...).

Não temo toda a maldade do princípio deste mundo e de seus comparsas.

Meu Deus é acima de todos eles.

Eu confio, apesar de tudo em Deus, ainda que esteja desamparado e perseguido por todos os homens".

Através da oração, o pastor aponta uma saída transcendental para a crise que sua Igreja sofria. Também estabeleceu uma crítica às maldades e perseguições governamentais. Neste discurso, a Igreja Evangélica Luterana posiciona-se a favor do governo, apesar de todas as repressões policiais que sofria.

Além das prisões dos pastores, das proibições do uso da língua alemã nos cultos, das destruições e ocupações das igrejas e escolas, a Igreja Evangélica sofria permanentes generalizações difamatórias. Na revista Vida Policial foi publicado que:

"Deus foi abolido na grotesca ideologia da Alemanha Nazista, pela ridícula idolatria dos dolococéfalos louros de camisas pardas.

Os pastores protestantes, contudo, não foram abolidos, mas, apenas, encampados sob o símbolo da cruz gamada, como soldados competentes, ativos e dedicados, na campanha de difusão mundial do novo credo, entre núcleos de alemães natos ou de origem, que vivem enquistados e perniciosamente insulados por falsos e estúpidos preconceitos e tradições raciais, no seio de todas as comunidades humanas.

Traíçoeiramente mascarados sob o manto da religião, esses emissários de forças diabólicas se infiltram nas zonas onde se manifesta a existência de alemães para — de permeio com os ofícios religiosos — estabelecer a política do III Reich, mantendo viva e forte, em países estrangeiros, a chama do germanismo [...]" (nº 49, agosto de 1942, p. 25-26).

A expressão *dolicocéfalos* é, evidentemente, racista, assim como a identificação do nazismo com o germanismo. As fotos da revista demonstram que a ação dos pastores nazistas não foi "mascarada" ou "infiltrada", mas explícita. Conforme o objetivo ideológico do discurso oficial, recursos diferentes e contraditórios foram utilizados: era necessário ora acusar a Igreja Evangélica de espiã, de parte integrante da "Quinta Coluna", ora promover a homogeneização da instituição como exclusivamente nazista.

No mesmo momento, a imprensa divulgava a idéia de que para demonstrar que eram brasileiros os teuto-brasileiros deviam também ser católicos. Neste sentido, o jornal *A Nação* adotou a divisa: "Catolicidade e Brasilidade fazendo honra à Igreja Católica" (CORREIO DO POVO, 26/7/1942).

Apesar de toda a parcialidade, o Secretário de Educação, Coelho de Souza, concluiu que havia denúncias infundadas contra escolas luteranas (CORREIO DO POVO, 13/6/1945), e que "os abusos de violência de consciência", quando os alunos luteranos eram constrangidos ao ensino religioso católico, deveriam ser evitados pelos diretores das escolas (SR. 17/8 – 22/11/1939).

Além de o Estado controlar as atividades religiosas e educacionais também exigia que todos demonstrassem admiração pelo Governo de Vargas.

O artigo "Nacionalização Sentimental", de 14 de novembro de 1941, publicado em Porto Alegre pelo Diário de Notícias, ao mesmo tempo em que demonstra o preconceito aos teuto-brasileiros, descreve como as crianças foram manipuladas e os adultos massificados em apoio ao Estado Novo:

"... iniciativa interessante é a organização de caravanas de 'coloninhos', que o interventor federal deseja que sejam chamados de 'gauchinhos', durante a Semana da Pátria.

Dos mais afastados pontos da zona rural riograndense, de quatrocentos a quinhentos meninos são trazidos à Capital do Estado e hospedados em casas de famílias porto-alegrenses oferecendo-lhes, durante sete dias, um ambiente de brasilidade e a possibilidade de conhecerem o Brasil, através de aspectos inteiramente inéditos para eles. É uma nacionalização sentimental.

O seu deslumbramento ante os desfiles escolares, as demonstrações de educação cívica e a revista militar, bem revelam que esses patricinhos da zona rural ignoram totalmente, a existência do Brasil, como expressão de civilização e de organização política. [...].

A ação escolar, sem dúvida, é a que se tem exercido como mais intensidade.

A rede de escolas particulares no Rio Grande do Sul é a maior do Brasil. [...]. Os diretores do ensino italiano e alemão luterano, que melhor chamaríamos de nazista.

Em 1937 funcionavam no Estado 170 Grupos Escolares; hoje estão instalados 452. [...].

A educação cívica quer nas escolas públicas, quer nas escolas particulares, passou a primeiro plano, vivendo as novas gerações riograndenses em um meio ambiente saturado de brasilidade.

Nenhuma oportunidade educativa e orientadora é perdida.

O desfile de 5 de setembro não é apenas a Parada da Juventude Brasileira, é a parada da Pátria [...], homens de todas as idades e todas as classes sociais, distribuídos pelas organizações esportivas e pelos sindicatos profissionais, desfilam ante o Pavilhão Nacional, formando um cortejo que ainda este ano excedeu 50.000 pessoas na capital e de 300.000 em todo o Estado, nas cidades do interior, as grandes firmas compareceram incorporadas, marchando, patrões e empregados lado a lado".

As correspondências do pastor Dohms, presidente do Sínodo Riograndense, destinada às autoridades educacionais e policiais diferenciavam a Juventude Evangélica da Organização Nazista da Juventude Teuto-brasileira (SR 22/3/42).

3.6 A destruição cultural e a usurpação de terras e escolas

Nas escolas técnicas da zona de colonização alemã, a língua alemã foi substituída pelo francês e pelo inglês, sendo estas línguas mantidas obrigatórias mesmo após a guerra (SR 18/2). Em exames vestibulares, o alemão deixou de ser uma opção, prejudicando os teuto-brasileiros.

Na carta dirigida ao Chefe de Polícia, Aurélio da Silva PY, o pastor Dohms denunciou que, além das violências religiosas e culturais, círculos católicos estavam usando o "manto do patriotismo" para usurparem as terras e destruírem as atividades econômicas dos luteranos:

– "Sinto em ter de reconhecer outra fonte de denúncias falsas em círculos religiosos fanáticos" (SR 16/4, São Leopoldo 2/12/1942).

Prossegue exemplificando um ataque a um templo protestante metodista, cujo salão de cultos foi apedrejado por um padre que liderava uma procissão organizada para esse fim, não obstante ser o templo ligado a uma Igreja norte-americana. Ao cabo da "manifestação", ensejada entre gritos de "morte aos protestantes", forjou-se a situação política propícia para expulsar-se o pastor.

Conclui a carta afirmando que:

– "Não tenho dúvidas de asseverar que, por exemplo, em Cachoeira na depredação da Casa Pastoral, Igreja e escolas evangélicas, influíram antipatias religiosas que até puseram em risco a vida do pastor (...).

Explico, para mim, do mesmo modo a segunda prisão do pastor Schluckebier, agora recluso na Colônia Penal

Agrícola, e da esposa do mesmo. Sei que, em Sobradinho, círculos católicos procuram eliminar, por compra de propriedades, os colonos e negociantes evangélicos, e que estes mesmos elementos promoveram a expulsão e a primeira prisão do pastor, denunciando-o como nazista, enquanto o pastor e sua esposa nunca tiveram outra relação política além de serem súditos da Alemanha (...).

Esta denúncia deixa claro que interesses econômicos motivaram perseguições religiosas e políticas.

O Delegado de Polícia de Marcelino Ramos faz as seguintes acusações:

"os pastores protestantes alemães percebem subvenções do governo alemão, por intermédio da Sociedade Gustavo Adolfo de Berlim, representada em nosso Estado pelo Sínodo Rio-Grandense..." (VIDA POLICIAL, setembro de 1942: 36).

Em resposta, Dohms, com grande ironia, já que dezenas de pastores estavam presos e incomunicáveis, explicou ao chefe de polícia que

"Quanto ao nome e fins da dita congregação que dão motivos para suspeitas [por ser toco de Hitler], posso afirmar o seguinte:

A Sociedade Gustavo Adolfo, fundada em 1834, há mais de um século, é uma agremiação evangélica que, escolheu o nome em deferência a Gustavo Adolfo, rei da Suécia, que em 1632, nos campos de batalha, sacrificou sua vida pela liberdade de consciência e público direito de uma Igreja livre" (SR 16/4, São Leopoldo, 2/12/1942).

Não obstante estas explicações, as bibliotecas com livros alemães em Getúlio Vargas foram apreendidas, assim como em diversos outros municípios.

Como Igreja e Escolas Luteranas normalmente funcionavam no mesmo local até o Estado Novo, após as proibições governamentais de que o mesmo prédio tivesse dupla função, os luteranos na maioria das comunidades preferiram entregar os prédios para o governo, pois entendiam que era obrigação do Estado fornecer o ensino para os seus filhos. Algumas escolas foram abandonadas, uma derrubada, outras permaneceram luteranas, mas no geral tiveram o destino expresso nas respostas à Circular nº 1790/41 de 19/9/41 do Pastor Dohms; como as seguintes:

"A Comunidade Evangélica de Linha Nova não mantém escola. No edifício escolar, onde antigamente funcionou uma escola evangélica, o Estado mantém um grupo escolar sob responsabilidade exclusiva do mantenedor.

Linha Nova, Município de Cai, 31/10/41)".

"O nosso pastor convidou a respeitar qualquer autoridade como é prescrito pela Lei divina e pelos dez mandamentos. Para evitar a aparência de uma suspeita, o pastor proibiu severamente aos confirmandos lápis, pena, tinta, cadernos e demais utensílios escolares durante a preparação para a confirmação. (...).

Para cumprir rigorosamente as Leis Nacionais, o nosso pastor tratou pessoalmente com o Inspetor Escolar Municipal para criar um Grupo Nacional no edifício de nossa comunidade. Todas as crianças de nossa comunidade estão freqüentando o Grupo Municipal, gratuitamente, porque as aulas públicas municipais devem funcionar gratuitamente.

Linha Ferraz, Santa Cruz do Sul, 3/10/41".

Dessa forma, as comunidades deixavam de ser suspeitas, e ainda que perdessem os prédios escolares, economizavam com os salários dos professores e a manutenção da Escola. A Igreja Evangélica Luterana desta forma repassou importante parte do seu patrimônio para o Estado. Este ampliou sua estrutura de ensino e de reprodução ideológica. Como os luteranos se abstiveram do ensino

religioso nas escolas públicas, neste período, porque teriam ser acusados de criticar a Igreja Católica, este processo significou uma grande retração para os protestantes (SR 16/4).

A campanha de nacionalização forçou as escolas luteranas a um mimetismo, o que dificultou a evangelização protestante e favoreceu a expansão do catolicismo.

Esta realidade é demonstrada em outras respostas à referida circular:

"No edifício escolar, onde antigamente funcionou uma escola evangélica, o Município subvenciona uma escola sob sua responsabilidade exclusiva. Sendo o atual professor, o senhor Estevão Skoreb, de origem polonesa e de fé católica"

Linha Frederico, 10/11/41.
[Getúlio Vargas]

Em outras localidades, a comunidade não cedeu o prédio espontaneamente, como demonstra a resposta:

"A escola de Buriti, na linha Arroio do Meio, foi fechada em abril de 1940, pela Prefeitura Municipal, sob alegação de querer instalar aí um Grupo Escolar Estadual".
Buriti: 12/10/41

Ocorreram também situações em que as comunidades ficaram sem a escola evangélica e sem a escola pública, como relata a comunidade de Taquarassu, Porto Xavier, em 28 de dezembro de 1941:

"A comunidade há dois anos não mantém mais uma escola própria. Desde este tempo não existe escola nenhuma na Linha Taquarassu, pois a comunidade não é capaz de manter uma escola e a do município também não foi colocada".

Portanto, a campanha de nacionalização promoveu uma transformação radical na estrutura escolar na região de colonização alemã no Rio Grande do Sul, ampliando a rede pública às custas dos recursos patrimoniais das comunidades luteranas.

3.7 A exaltação do catolicismo e a censura específica ao luteranismo

Certamente o problema patrimonial não foi o mais grave para os luteranos, mas a discriminação que sofreram com a falta de liberdade de professar sua religião.

A ideologia que norteou a perseguição estava expressa no jornal *A Notícia*, do Rio de Janeiro, ainda em 1941, previa:

"O Brasil uno deve ser construído no fundamento da unidade da religião católica. (...)

Seitas protestantes que não encontrarem obstáculos no caminho acarretarão com a quebra da unidade espiritual de nossa pátria, a quebra da unidade política" (SR 17/18).

Esse tipo de postura determinou que a fiscalização da campanha de nacionalização fosse discriminatória, conforme demonstra a carta de Coelho de Souza, Secretário de Educação, ao pastor Dohms (SR 17/6).

Enquanto a Secretaria de Educação e Saúde Pública não autorizava o ensino religioso aos luteranos, liberava-o apenas à Igreja Católica Apostólica Romana, à Igreja Episcopal Brasileira e à Igreja Metodista (Circular 4543 de 31/3/1939), denominando a Igreja Luterana de "seita perniciosa" (SR 17/8).

Exemplo da discriminação religiosa do período foi o convênio firmado entre o Governo do Estado e a Arquidiocese de Porto Alegre relativo às Escolas Católicas de 5/6/40:

"1º A arquidiocese tem ampla liberdade e autonomia de fundar e manter escolas católicas, bastando que as mesmas se sujeitem às cláusulas do presente convênio, para terem o empenho da lei e a proteção do Estado. (...).

2º A secretaria de Educação, reconhecendo a benemerência da Igreja Católica na difusão da nacionalização do ensino, retirará dessas escolas os professores fiscais que até agora mantém".

Mesmo que a Igreja Católica tenha colaborado com o fascismo na Europa, esta questão foi absolutamente secundária para o Estado Novo. Nas duas religiões, tanto na Católica quanto na Evangélica, a estrutura clerical não possuiu uma homogeneidade política em relação ao nazi-fascismo, mas apenas uma foi perseguida por isto no Brasil ditatorial de Vargas.

As generalizações e as perseguições aos luteranos, além dos problemas relatados na área da educação e da questão da liberdade de consciência religiosa, foram também evidentes nas perseguições policiais. Conforme a revista *Vida Policial*, Júlio Witzel, 65 anos, evangélico, de Pelotas, "foi recolhido à Colônia Penal Agrícola por ser apurado que é um pastor, como há muitos e nazista como todo o

pastor" (nº 52, novembro de 1942: 25). Ser pastor significava, para a polícia, ser nazista. Por essa lógica, foram presos mais de cinquenta pastores (*idem*: 26), alguns perseguidos na Alemanha por serem antinazistas.

O simples fato de ser evangélico significava um agravante na ótica policial. Hermann Karl Cordes foi interrogado e nada comprovaram das suspeitas, mas sendo de origem alemã e evangélica, *"mais tarde deverá ser submetido a novo interrogatório. É apenas uma questão de 'nova abertura' [tortura] para que passe de suspeito a criminoso político"* (VIDA POLICIAL, nº 50: 57).

A perspectiva oficial era maniqueísta e totalitária, tudo deveria ser resumido e submetido no Estado Brasileiro Católico:

... "É a luta da luz contra a treva, do bem contra o mal, do sol contra o miasma; de Jesus contra Hitler, Mussolini e Tojo. Ele defende o lar, a religião, a tradição, o passado, o futuro, o sangue! Brasileiramente. Catolicamente. (...)

Tudo sumiu para deixar aparecer, imponente, imperativa, toda poderosa, uma imagem única. A Pátria.

É uma campanha santa, a nossa, é a campanha da ordem contra a desordem, do progresso contra o regresso" (VIDA POLICIAL, nº 43, fevereiro de 1941: 5).

Nessa "Campanha Santa", as autoridades estaduais possuíam, apenas, pequenas discordâncias. O Secretário de Educação, Coelho de Souza, dividia os teuto-brasileiros em três grupos:

"O primeiro é constituído daqueles que realizaram uma completa incorporação à Pátria brasileira. Sem embargo da ausência de qualquer ação governamental, realizaram uma integração nacional absoluta ao ponto de muitos deles ignorarem a língua de seus antepassados.

Essa temática merece ainda maior aprofundamento histórico, sobre os efeitos psicológicos da nacionalização coercitiva, mas depoimentos preliminares demonstram que algumas crianças sentiram muito medo e pavor.

Para o interventor, Cordeiro de Farias, esta divisão dos colonos em três categorias era falsa:

"Para mim, tradicionalistas germânicos e nazistas são uma e mesma coisa. Apenas uma diferença de religião os distingue, no fundo são fundamentalmente iguais. Sua mentalidade e objetivos, ambos visam a preservação do germanismo no Brasil" (CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 18 de abril de 1947).

Portanto, mesmo após a II Guerra Mundial e o fim do Estado Novo, as autoridades de então ainda demonstravam seu desrespeito à cultura germânica.

4 A VIOLÊNCIA AOS DESCENDENTES DE ALEMÃES DURANTE A II GUERRA MUNDIAL EM PELOTAS E SÃO LOURENÇO DO SUL

4.1 Problemas da imigração e colonização alemã numa terra de conflitos

A região meridional do Estado do Rio Grande do Sul apresentou diversas peculiaridades no seu processo de povoamento. A efetiva ocupação portuguesa iniciou com a construção de um forte/presídio, em 1737, na barra do Rio Grande (nome antigo da Laguna dos Patos). Essa construção serviu de base militar, entre a Colônia do Sacramento e a Laguna, localizadas, respectivamente, no atual Uruguai e no Estado de Santa Catarina. Para assegurar a ocupação e combater as investidas dos castelhanos, como as da segunda metade do século XVIII, que obrigaram a transferência da capital da Capitania de São Pedro para Viamão, foram distribuídas sesmarias aos amigos do rei e pequenas porções de terra para colonos açorianos. Entre os sesmeiros, encontravam-se burocratas militares que, com a mão-de-obra de agregados, alguns escravos negros e índios, foram esbulhando o gado missioneiro e estabelecendo fazendas de criação. Portanto, a usurpação das terras indígenas promoveu a origem do latifúndio pastoril ainda característico do Brasil meridional. O território ao sul da cidade de Rio Grande até a fronteira com o atual Uruguai, ocupado, no período imperial, com o nome de Província Cisplatina, foi área de intensa disputa entre povos indígenas, portugueses e espanhóis. Recebeu a

denominação de Campos Neutrais, e dela nem lusos nem espanhóis tiveram posse efetiva. Nesse local, os contrabandistas vigoraram ao lado dos latifundiários, dedicados à pecuária.

Os primeiros alemães vieram para a região como soldados mercenários, conhecidos como "Brummer", a soldo das tropas luso-brasileiras. Ainda que alguns tenham se radicado no sul, não representaram um processo colonizatório. As colônias alemãs foram criadas, a partir de 1824, como estratégia de apoio ao governo central, nos seus confrontos com a elite pecuarista local. Durante a Revolução Farroupilha (1835-1845), ainda que os colonos tenham-se dividido em relação ao movimento rebelde, os alemães de São Leopoldo forneceram soldados e alimentos para as tropas imperiais baseadas em Porto Alegre. Enquanto a capital se tornava a cidade "fiel e valorosa" para os imperiais, a zona sul da província proclamava e organizava a República Rio-grandense. A base geográfica dos republicanos foi a região da campanha, distante dos portos e próxima da fronteira com o Uruguai. Nessa região, o governo imperial, com temor de desmembramentos, não promoveu a colonização alemã.

Conforme Roche, a guerra favoreceu o isolamento étnico e uma antipatia dos pecuaristas da campanha em relação aos colonos que

"foram arrastados na guerra civil; a maioria, porém, conservou-se fiel ao Governo Imperial. [...] em 1846, concedeu-se aos colonos a naturalização em massa, pelos serviços prestados durante a luta: o Império apreciava, portanto, a colaboração que os colonos lhe tinham levado. [...] o revés dos Republicanos fixou a oposição entre a Planície e a Colônia" (p. 18).

Ainda que, na zona sul do Estado, cidades como Rio Grande e Pelotas tenham apoiado mais os imperiais do que os republicanos, é necessário destacar essas animosidades da elite "crioula" em relação aos alemães. O preconceito étnico tem suas raízes no período imperial, formou-se junto com a colonização.

Os latifundiários luso-brasileiros protestaram contra a imigração alemã. As colônias localizadas próximas à cidade de Pelotas, como São Lourenço (1858), Santa Emília (1865), Arroio do Padre (1868), Cerrito (1868), Santa Silvana (1869), Santa Clara (1869), Arroio (1881) e Municipal (1882), ainda que consideradas antigas, ficaram isoladas na região meridional e não prosperaram. Quando a historiografia se refere à colonização alemã no Rio Grande do Sul, por vezes, se esquece dessa região (PESAVENTO, 1985: 48).

Em certas análises sobre a imigração alemã no Estado, existem conclusões como a de que

"é fruto de uma política agrária, orientada no sentido de ocupar e proteger das possíveis incursões de espanhóis, as regiões desertas do Rio Grande do Sul, além de criar uma forma de conciliação entre os interesses dos grandes latifundiários, e daqueles que tentavam atingir a condição através da posse [...]. A necessidade de intensificação do povoamento nas zonas fronteiriças da Província do Rio Grande do Sul, a estrutura montada pelo sistema de colonização oficial, concedendo vantagens à imigração estrangeira, ao lado da elaboração de leis favoráveis a este processo, a inexistência da concorrência, entre a atividade que se desenvolve no latifúndio e a que será desenvolvida na pequena propriedade e a exigência de consumo dos centros urbanos, serão fenômenos complementares ao processo que engendra e consolida a pequena propriedade rural no Rio Grande do Sul" (LANDO: 39).

Aqui existe a produção do mito de uma formação histórica não conflitiva, baseada na conciliação. Imaginam regiões desertas, abstraindo a existência das populações indígenas, e localizam a colonização nas "zonas fronteiriças" para protegê-las dos espanhóis. No período imperial brasileiro, a colonização alemã não se resumiu à metade norte do Rio Grande do Sul, mas também não ocupou as fronteiras com os espanhóis.

Os conflitos de interesses entre luso-brasileiros e os colonos alemães foram de ordem econômica e política. Ainda que, a médio prazo, a colonização tenha promovido a valorização das terras, ela também representou uma restrição à ampliação dos latifúndios formados por concessão de sesmarias aos luso-brasileiros. Esses reclamavam que haviam combatido os espanhóis para assegurar o território, que foi entregue aos novos colonos. No aspecto político, os farroupilhas perceberam que os alemães poderiam reforçar o centralismo monárquico (FACHEL: 75 e 82).

A interação dos imigrantes com os luso-brasileiros foi estudada por Marcos Hallal dos Anjos, na dissertação **Estrangeiros e Modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX**. Ao lado de atividades que agregavam os estrangeiros à cidade, como atividades comerciais, industriais e educacionais (entre essas destacam as ações de Carlos von Koseritz na imprensa, na educação e política), Hallal aponta para a rejeição; na reprodução da charge do jornal *A Ventarola*, de 1889, há a seguinte legenda: *"Esses imigrantes são uma corja de impertinentes: querem dinheiro e alguns procuram trabalho, justamente o que não temos para lhes dar"* (p. 52).

Ainda que em tom cômico e irônico, há, na afirmação, um certo xenofobismo, que favoreceu a produção das hostilidades e problemas destacados por Rovílio Costa e De Boni:

"Ao contrário do que tanto se apregoa, a imigração é um capítulo doloroso na vida dos indivíduos, um capítulo marcado com sangue e sofrimento, quando não pelo desespero e a morte. O número de suicídios entre os imigrantes fala por si mesmo, bem como o de loucos que, em levantamentos feitos, constatou-se ser de 4 vezes maior do que entre os nativos" (In: HALLAL DOS ANJOS: 82).

Os jornais de Pelotas, como O Correio Mercantil, noticiaram com frequência o desespero dos colonos.

No dia 12 de novembro de 1881, esse periódico informou:

"Tentativa de suicídio – Anteontem (...) o Sr. Heleodoro Souza Filho (...) viu, pendente em um dos postes, o vulto de um homem (...). Verificou-se mais tarde que o mísero suicida era de nacionalidade alemã. Que empreendera, a pé, a viagem do Rio Grande a esta cidade, na esperança de aqui encontrar trabalho. Em meio caminho foi assaltado. O seu capital, que consistia em dez libras aproximadamente, foi-lhe roubado. Desesperado, sem proteção, só e abandonado (...), resolveu matar-se" (In: HALLAL DOS ANJOS: 83).

No dia 5 de dezembro de 1854, voltou a noticiar sobre o drama dos estrangeiros:

"Suicídio – Anteontem, (...) o súdito alemão Henrique Rhörig (...) foi encontrado morto enforcado. Rhörig tivera há tempos um açougue e empregava-se agora em trabalhos de lombilheiro (...). É voz corrente que dificuldades pecuniárias o levaram ao suicídio" (In: HALLAL DOS ANJOS: 83).

Ainda que essa situação dramática dos imigrantes não possa ser atribuída exclusivamente ao isolamento étnico, ela indica problemas de assimilação.

A formação de sociedades de socorros mútuos na cidade de Pelotas, como a "Sociedade Portuguesa de Beneficência", em 1857; a "Sociedade de Beneficência Alemã", em 1857; a "Sociedade Italiana Unione e Philantropia", em 1873; a "*Société Cosmopolite de Socorros Mutuos L'Union Française*" [sic], em 1884, demonstra que a identificação cultural unia os estrangeiros conforme suas origens. Essa união por etnia promoveu o isolamento dos diversos grupos, dificultando a interação e favorecendo a segregação. O mesmo problema ocorreu na organização de atividades recreativas e educacionais, quando clubes sociais e escolas como a Italiana e a Alemã foram fundadas. Fatores diversos provocaram esses isolamentos culturais, que não eram absolutos. Em parte foram uma reação dos novos colonos à ação impermeável de lusos e brasileiros, que também tiveram desavenças entre si. A identificação étnica também consolidou os diversos grupos separados.

Essa identificação nem sempre representou solidariedade assegurada.

"Em novembro de 1875, um 'infeliz alemão de nome ignorado' aproximou-se do negociante Germano Berg e, sem mais nem menos, 'descarregou-lhe uma paulada na cabeça e outra num braço'. Conduzido à presença da autoridade, informou que tinha cometido o delito a fim de ser recolhido à cadeia, pois há três dias não comia, nem encontrava trabalho" (In: HALLAL DOS ANJOS: 83).

Para o objetivo desta tese, o fundamental é demonstrar que o isolamento étnico já estava com suas raízes lançadas desde o início da imigração. Não foi uma

novidade provocada pelas Guerras Mundiais, nem a nível nacional, nem regional ou local.

As violências de 1942 foram manifestações de conflitos de interesses que já estavam latentes desde o século XIX e que, na região de Pelotas, foram radicais. Geograficamente, era um dos pontos de interação direta, onde os luso-brasileiros tinham a hegemonia ameaçada pela ascensão dos "alemães".

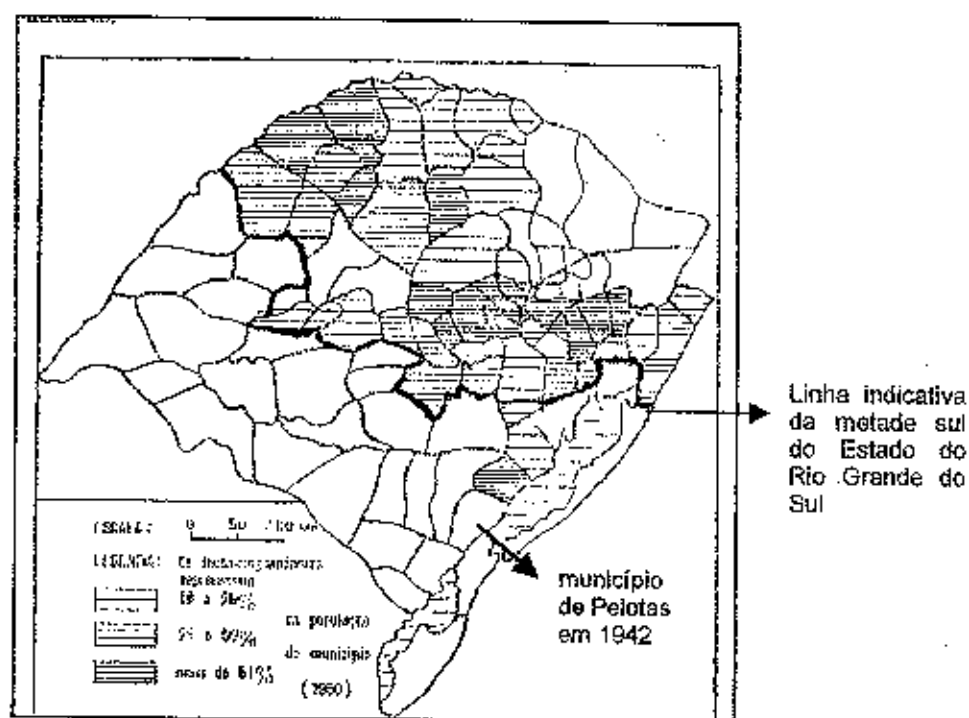


FIGURA 20 – PORCENTAGEM DE TEUTO-RIO-GRANDENSES EM 1950

FONTE: ROCHE: 1989: 175.

A análise do mapa indica que a região meridional, baseada na pecuária extensiva, explorada pelos descendentes dos portugueses, estancou a expansão colonial dos alemães.

A tabela 7 demonstra que, no sul do Estado, o número de teuto-brasileiros apresentou o menor crescimento demográfico no período compreendido entre 1922 e 1950, que envolve o momento da II Guerra.

TABELA 7 - POPULAÇÃO RECENSEADA EM 1950

ZONAS	Percent. de teuto-br. em 1922	Percent. de teuto-br. em 1950	Número de teuto-br. em 1920	Número de teuto-br. em 1950	Relação dos números de 1950/1920
	%	%			%
I.1. Antigas Colônias	67,7	65,3	204 517	314 087	153
I.2. Periferia.....	18,7	23,6	53 651	134 314	250
I Borda de Serra (total)..	38,3	43,3	258 168	448 411	173
II Sul.....	14,3	14,3	29 997	38 301	121
III Planalto.....	18,0	34,2	92 698	366 459	399
IV. Pôrto Alegre.....	12,0	12,0	21 730	52 076	247
Total	17,0	21,6	402 593	903 247	224

FONTE: ROCHE, 1969: 174.

Na tabela 7, Roche considera a Zona Sul como sendo formada por São Lourenço, Canguçu, Camaquã e Pelotas (p. 228), porque só considera os municípios que tiveram significativa colonização alemã. Contudo, o índice de apenas 5% (cinco por cento) de teuto-riograndenses sobre a população total de Pelotas é pequeno, se comparado com outras fontes. Hallal dos Anjos apresenta um percentual superior de alemães no recenseamento urbano de 1899 (p. 57). Portanto no município todo, que incluía diversas colônias alemãs em 1950, momento próximo à II Guerra, a população de teuto-riograndenses possivelmente era de, no mínimo, 10% (dez por cento).

Em 1942, os alemães e seus descendentes eram etnicamente minoritários em Pelotas, estavam distantes do centro-administrativo do Estado e das demais colônias. Estavam incrustados numa zona de hegemonia luso-brasileira.

4.2 As hostilidades contra os alemães em 1942

As violências de agosto de 1942 foram, como vimos, antecedidas por forte publicidade favorável aos norte-americanos, rompimento de relações diplomáticas com os países do "Eixo" e declaração de guerra à Alemanha e à Itália. A imprensa e a polícia gaúcha promoviam grande hostilidade aos alemães. O noticiário a respeito do afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães tem sido indicado como o fator imediato que desencadeou os "quebra-quebras" dos estabelecimentos comerciais e religiosos dos teutos no Rio Grande do Sul.

Contudo, analisando a notícia do jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, de 23 de abril de 1942, sobre o torpedeamento de um navio argentino por submarinos do Eixo, percebe-se que a fonte da notícia era parcial, que existiam campos minados no litoral norte-americano e havia a forte censura na imprensa.

A notícia foi a seguinte:

"qualquer comentário só poderá ser fornecido pela embaixada em Washington. [...].

Porta-voz da marinha dos EUA: - Foi torpedeado, sem dúvida, por submarinos do eixo. Na área em que se deram as explosões, aliás muito afastadas de terra, não tinha campos de mina".

Comparando essa notícia com a publicada, no mesmo jornal, dias antes, em 19 de abril de 1942, sobre navios brasileiros que foram afundados no litoral americano, próximo a Nova York, por explosões externas, ilustrada pelo mapa a seguir, logo se percebe que alguns dos navios brasileiros foram afundados numa região onde havia minas de proteção ao porto de Nova York. Por problemas de autonomia de combustível, estratégicos e políticos, dificilmente submarinos alemães atuavam nessa região e atacariam navios chilenos, argentinos e brasileiros.

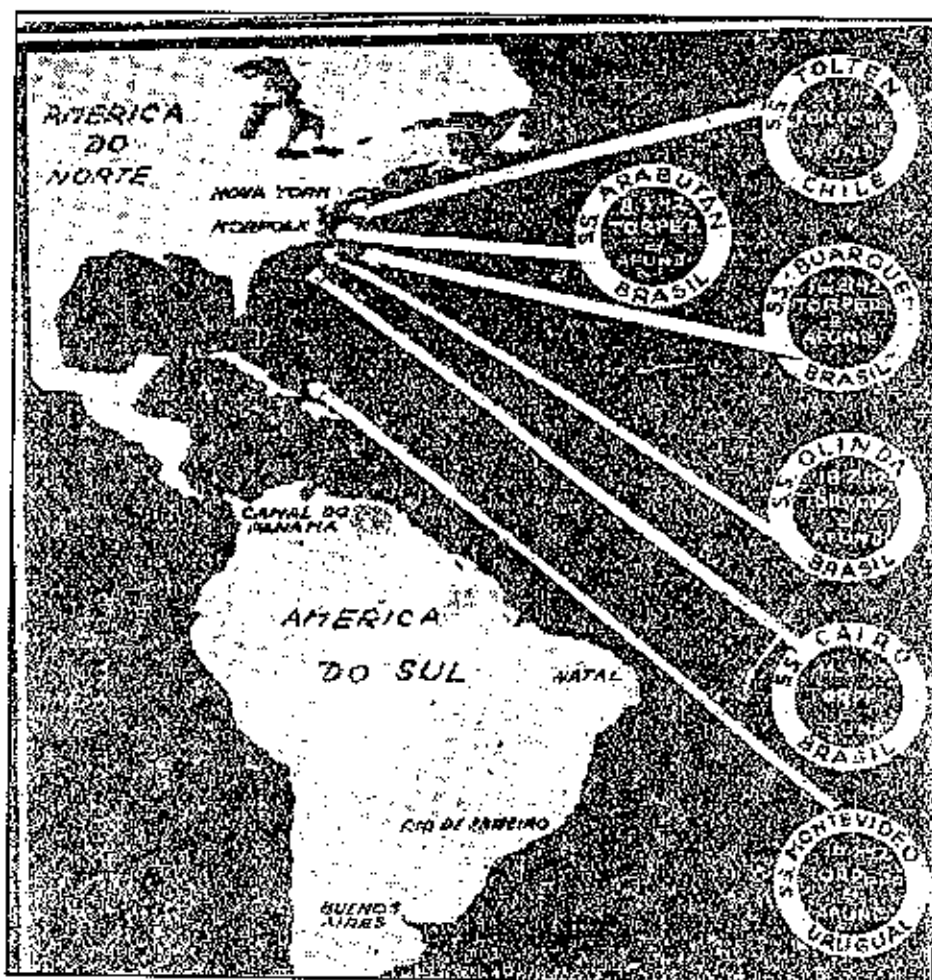


FIGURA 21 – NAVIOS BRASILEIROS AFUNDADOS NO LITORAL AMERICANO

FONTE: CORREIO DO POVO, 19/04/1942, p. 22

Portanto, não há elementos seguros sobre a veracidade da notícia.

Essas notícias foram promovendo um clima de hostilidade aos alemães e seus descendentes no território brasileiro. Simultaneamente, era freqüente e notória a ingerência norte-americana nas atividades industriais e comerciais no Brasil, através da lista negra, que levava à falência muitas empresas indicadas como simpatizantes ao Eixo (DIÁRIO POPULAR, Pelotas, 4 de maio de 1942, p. 2).

A imprensa divulgava a idéia de que todos deveriam participar da guerra, conforme o general Mascarenhas de Moraes:

"A guerra, hoje, é total e não se luta, apenas, na primeira linha e na retaguarda, pois não atinge, apenas, os moços, mas, também, os velhos maduros, as moças, as crianças, toda a população, enfim, toda a nação empenhada no esforço único de preservação para a sobrevivência" (DIÁRIO POPULAR, Pelotas, 30 de maio de 1942, p. 2).

A Liga de Defesa Nacional e a Federação Acadêmica organizaram desfiles contra os países do "Eixo", dos quais as escolas de Pelotas participaram ativamente (DIÁRIO POPULAR, 7 de julho de 1942). O principal desfile foi organizado no dia 14 de julho; nesse dia, o comércio teve que fechar suas portas pela manhã (DIÁRIO POPULAR, Pelotas, 14 de julho de 1942, p. 8).

Nesse momento, os alemães e seus descendentes residentes em Pelotas começaram a sofrer perseguições: oito deles, com base na lei da estabilidade, tentaram recuperar seus empregos na *The Rio Grandense Light and Power Synd Ltda.*, empresa norte-americana, mas o juiz acabou mantendo a demissão dos

referidos trabalhadores, apesar de reconhecer que eram estáveis, por terem trabalhado por mais de dez anos sem nada que os desabonasse. Eis a sentença:

"considerando que as nações a que os trabalhadores estavam ligados promoviam a surpresa, a desorientação, a insegurança, o estatelamento, a carnificina e o horror, pela utilização de métodos de barbárie, requintada aos extremos de uma ferocidade satânica.

Considerando que essas mesmas nações, como instrumentos de eleição social aos seus manejos, de uma docilidade de autômatos e de escravos, tem se utilizado, precisamente, desses tais elementos inofensivos, pacíficos, tidos como integrados na sociedade e nos costumes dos países em que vivem, elementos que penetram nos lares, que trabalham no comércio, nas indústrias, nas empresas de utilidade pública, imiscuindo-se em todos os recônditos escaninhos da vida íntima da terra que lhes dá o pão, para, no momento propício, golpeando-a pelas costas, a envolverem no sangue e no desespero, e até, no opróbio de si mesmas" (DIÁRIO POPULAR, Pelotas, 18 de julho de 1942, p. 7).

A sentença judicial demonstra que ser alemão ou descendente poderia significar grave suspeição e punição, inclusive para os "integrados".

No dia 18 de agosto de 1942, os jornais noticiaram que submarinos do Eixo afundaram os três navios mercantes brasileiros (o Baependi, o Araraquara e o Aníbal Benévolo), no litoral brasileiro, ocorrendo manifestações e depredações que foram noticiadas, no dia 19 de agosto, da seguinte forma:

"Gigantesca manifestação popular de revolta contra os tiranos do eixo. O povo pelotense deu vazão ao seu ódio contra os sanguinários agressores totalitários, numa das maiores manifestações que Pelotas já assistiu" (DIÁRIO POPULAR, Pelotas, 19 de agosto de 1942, p. 2).

Conforme o jornal, a manifestação foi articulada pela Liga de Defesa Nacional, com o apoio do Prefeito, dos comandantes do Exército e da Brigada Militar, e

"A indignação atingiu fundo o espírito de nossa gente, tanto que trouxe para as ruas uma grande massa ávida por demonstrar sua aversão ao barbarismo do 'eixo' e dizer bem alto que está ao lado do Brasil nesta luta séria pela sua integridade e independência. Os homens do país unem-se fortemente em torno do governo, conscientes que ele saberá vingar a morte cruel dos seus irmãos" (*Idem*).

Destaca-se que as autoridades governamentais coordenaram as manifestações e que o desejo era de vingança. A mesma notícia informa:

"À noite, à medida que a exaltação popular aumentava, uma multidão incalculável, vibrando de revolta, apedrejou diversas casas comerciais alemãs, num ímpeto incontido de vingar a infâmia dos assassinos nazistas que não se apiedam nem de crianças, nem de mulheres indefesas e inocentes. Indomável e fiel aos seus propósitos de também colaborar na defesa da nação, o povo atacou os Hotéis do Comércio e América, de propriedade de alemães, a residência do dentista Tochtrop, a ferragem Nieckele, Palmeira e Cia, Monti Knabe e mais outras firmas germânicas.

Cada vez mais indômitos, os manifestantes dirigiram-se à residência de Christel Voght, ex-adido do consulado geral alemão, com sede na cidade de Rio Grande, tendo retirado todos os pertences e mobiliário para a via pública e ateado fogo, cujas chamas, intensas, elevaram-se de muitos metros.

- Ainda as duas horas de hoje, a multidão, enfurecida, percorria as ruas da cidade depredando e arrasando as casas de residências e de comércio dos súditos do eixo entre as quais a Marmoraria Loges, a residência de Rodolfo Nieckele, e outras, também pertencentes a quinta-colunistas".

O jornal generaliza quando identifica os teuto-brasileiros que sofreram as violências como sendo "súditos do eixo" ou "quinta-colunas". Ainda que tenha omitido muitas atrocidades, revela que os manifestantes depredavam e arrasavam as casas residenciais ou comerciais dos chamados "alemães" e dos brasileiros traidores.

Em Rio Grande, também ocorreram depredações e manifestações, enquanto *"a polícia agia com elogiável calma"* (*idem*).

Certamente, como reação às depredações, o jornal publicou declarações nas quais comerciantes de origem alemã informavam ao público que seus estabelecimentos foram vendidos para pessoas de sobrenome de origem portuguesa.

No dia 20 de agosto de 1942, o jornal Diário Popular noticiou:

"A vibração cívica dos pelotenses continuou durante o dia de ontem. O povo deu largas aos sentimentos de revolta às inomináveis agressões dos países do 'eixo'. [...].

É uma explosão popular, é o extravazamento de sentimentos ofendidos de há muito sopitados.

Pelotas como as demais cidades do Brasil, vibra de indignação, desde anteontem, demonstrando-a através de gigantescas manifestações populares.

Em prosseguimento a essas demonstrações, os estudantes de Pelotas, de todas as escolas superiores e secundárias, efetuaram majestosa passeata ontem pela manhã dentro da maior ordem, embora em meio à grande vibração cívica".

A notícia tentava dar destaque à legitimidade do movimento e caracterizá-lo como ordeiro e patriótico.

Contudo logo adiante informava que:

"Pouco depois do meio dia, prosseguiram as violentas manifestações de desagravo, iniciadas anteontem, à noite com a depredação de vários estabelecimentos comerciais e residenciais, pertencentes a súditos do eixo. [...].

Foram em grande número as casas comerciais e residenciais, pertencentes a súditos do eixo, depredadas, ontem, durante a tarde: Hotel América, Hotel do Comércio, Ferragem P. H. J. Marxen, Fotografia Santos, Igreja São João, Cortume Júlio Hadler, Armazém Fiss e Tessmann, dr. Tochtropp, Alfalataria Caprio, G. Keil, Willy Petzold (banca de frios no Mercado e residência), F. Treptow e Cia., Luiz Gutchow, residência de J. Guadalfajara e algumas outras, cujos proprietários não foi possível a reportagem identificar, em virtude da confusão reinante no momento" [A grafia dos nomes foi mantida conforme a citação].

Ainda que denominasse essas depredações como exaltação da "vibração cívica", o jornal conclamava à disciplina, evitando práticas violentas, porque o governo já havia tomado a decisão de penhorar os bens dos súditos do "Eixo" como indenização, e destruí-los significava dilapidar o que pertencia ao Brasil.

Na mesma página ainda, informava que em Porto Alegre, "o povo indignado" destruíra, por completo, instalações de inúmeras casas comerciais. Depois de descrever os incidentes e citar o nome das lojas depredadas, afirmou:

"À tarde, o governo tomou enérgicas medidas, passando o policiamento a ser feito pelas forças do exército, brigada e tiros de guerra, voltando a reinar completa calma, apesar das ruas manterem-se apinhadas de povo. O governo proibiu a realização de comícios e manifestações públicas. O chefe de polícia baixou determinações, fazendo um apelo ao povo para que se mantenha em completa serenidade, determinando o fechamento de bares e botequins às 20 horas, pedindo à população que se recolha às suas residências até as 22 horas e estipulando que todas as diversões terminem também às 22 horas. A nota da

chefia de polícia diz assim: "Tendo a população já expandido suficientemente os seus sentimentos de desagravo patriótico, o próprio decoro do Brasil exige que não se adote os métodos brutais de represálias que caracterizam a selvageria de nossos inimigos".

Através dessas informações, percebe-se que, no dia 19 de agosto, o exército passou a comandar e proibir as depredações e espancamentos, atitudes consideradas, a partir de então, como brutais e selvagens. Contrastando as notícias de Pelotas com as de Porto Alegre, fica evidente que, durante a tarde do dia 19, as autoridades permitiram as violências no sul, enquanto as proibiram na capital. Portanto, em Pelotas as violências duraram mais tempo.

Uma nota da 3ª Região Militar informou, no mesmo jornal, a mudança da Chefia do Estado Maior, no dia 19, que determinava

"que toda a tropa federal, em entendimento com as autoridades civis, se empenhem em evitar depredações do comércio e da indústria e desacatos individuais, embora legítima a repulsa contra as ignomínias do 'eixo', cumpre evitar que os brasileiros sejam explorados por elementos perturbadores da ordem interna".

Pelo teor da circular do comando militar, fica evidente que o chefe anterior foi deposto do cargo, por ter sido negligente com as depredações e agressividades aos supostos súditos do "Eixo". Também é necessário destacar a ambigüidade do discurso, que, por um lado, reprime as ações, mas, por outro, as considera como sendo resultado de uma "legítima repulsa".

Internamente, na página três, o mesmo jornal publicava um aviso do governo, para que os bares e restaurantes pelotenses fechassem até as 20 horas, que os cinemas e as casas de diversões não funcionassem depois das 22 horas. Nessa hora, deveria também cessar o trânsito de pedestres, e

"Todos aqueles que praticarem quaisquer atos atentatórios ao indivíduo ou à propriedade serão considerados como perturbadores da ordem e como tal sujeitos à prisão pelas forças de patrulhamento".

Nota-se uma inversão da ação governamental, que, no dia anterior, exaltava as manifestações, e que agora, aparentemente, as reprimia com certa severidade.

4.3 Interesses econômicos e políticos dos grupos luso-brasileiros, ingleses e norte-americanos na perseguição aos colonos alemães

Pelo noticiário concluiu-se que as manifestações estiveram diretamente relacionadas com as violências. Entre os manifestantes, citados no artigo do dia 19, do *Diário Popular*, é interessante destacar a presença do comerciante Joaquim Oliveira e de grupos ligados ao Frigorífico Anglo, todos concorrentes diretos das atividades comerciais dos teuto-brasileiros.

No dia 21 de agosto de 1942, o *Diário Popular* noticiou a possibilidade de manobras da "quinta coluna" junto aos colonos para elevar os preços dos alimentos.

Conforme o jornal, alguns comerciantes de Pelotas tentaram aplicar um "golpe", que

"acharam facilimo explicar como consequência das manifestações de revolta contra a bestialidade do 'eixo', levadas a efeito nos dois últimos dias.

Arquitetaram os costumazes assaltadores da economia popular, a hipótese de que, em virtude dos acontecimentos acima citados, os colonos não trariam mais a este centro consumidor, os produtos das suas lavouras e das suas indústrias.

E bastou essa simples hipótese, de todo destituída de fundamento, sem a menor base séria, para que, no curtissimo espaço de vinte e quatro horas, os gêneros coloniais como a banha, manteiga, ovos, carvão e outros subissem de preço, alguns de maneira alarmante. [...]

Não acreditamos que o propalado retraimento dos colonos da nossa comuna, passe de simples balela, de, apenas, motivo para mais um 'golpe' dos aproveitadores de ocasiões. E assim pensamos pelo fato de não se ter verificado na zona colonial de Pelotas, o mais leve incidente relacionado com os acontecimentos que determinaram a revolta popular, portanto, se aqueles trabalhadores assim procedessem, teriam sido insuflados por elementos quinta-colunitas.

[...] que seja instituída uma fiscalização enérgica e eficiente, meio único de comprovar os crimes praticados contra a economia popular, dando margem a uma punição exemplar dos criminosos".

Fica evidenciado que as violências contra os teuto-brasileiros em Pelotas interferiram no comércio colonial e urbano, provocando a inflação nos preços dos produtos coloniais. A notícia nega que tenham ocorrido incidentes na área rural do município, quando, na realidade, eles foram freqüentes, como foram a explosão da torre da Igreja Luterana de Missouri, os espancamentos e a morte de um colono, no atual município de Cerrito. Os agricultores de origem alemã, que estavam apavorados com os ataques dos luso-brasileiros, desesperados, se esconderam nos matos, o que impediu a produção e a comercialização dos seus produtos. Portanto,

ao contrário do que foi noticiado, foi o terror imposto nas manifestações anti-alemãs e a destruição dos armazéns coloniais, que também foram saqueados, os fatores básicos da referida inflação. Contudo, as vítimas são acusadas de colaboracionistas com o nazismo, de "quintas-colunas", de especuladores criminosos, que merecem severa punição.

Ao lado da notícia referida, há outra com o título: *"Quando a guerra terminar, as Américas do Sul e do Norte se unirão fraternalmente. O comandante Walter Gordon Roper, observador naval dos Estados Unidos, na cidade de Rio Grande foi recepcionado pelo Rotary Clube"*. A imprensa pelotense promovia o ódio aos germânicos e seus descendentes e exaltava aos norte-americanos.

Em outro título, o Diário Popular (22/8/42) incitava à violência:

"É só encostá-los à parede e fuzilá-los.

[...]. O combate aos súditos do 'eixo' deve ser sem trégua, sem descanso, pois são eles quem denunciam aos submarinos alemães as saídas dos nossos pacíficos navios mercantes [...], contra esses a ação deverá ser sumariíssima".

Foi criado um clima de paranóia coletiva contra os teutos. No caso da explosão da torre da Igreja de Cerrito, uma das alegações é de que o pára-raio era uma antena transmissora de rádio, através da qual se informariam aos alemães os movimentos dos navios brasileiros.

A leitura dos jornais permite identificar que o coronel Januário Coelho Costa, presidente da Liga de Defesa Nacional, em Pelotas, também comandou o 9º Regimento de Infantaria (DIÁRIO POPULAR, 23 de agosto de 1942, p. 6). Com essa

informação, fica fácil entender por que o exército não coibiu os saques e as depredações dos dias 18 e 19. A indústria e a ferragem dos Treptow localizavam-se quase ao lado do quartel; durante as depredações e saques, um empresário local, de sobrenome Leite, pediu providências ao oficial do dia, que lhe teria respondido: - "*daqui onde estou não estou enxergando nada!*" (Informação dada ao autor pelo sr. José Antônio Mazza Leite, conforme relato de seu tio).

Muitas declarações publicadas nos jornais informam que alguns proprietários atingidos apoiaram as manifestações. Uma delas, a do novo proprietário da Ferragem Americana, Manoel da Silva Palmeira, supostamente patrão de Carlos Alty, Edmundo Lhulier e Henrique Vancher, agradecia ao povo de Pelotas apesar de ter invadido seu estabelecimento e ter promovido algumas depredações, "*nada ter destruído e levado*", (DIÁRIO POPULAR, 23/8/1942, p. 6). Aparentemente, a nota publicada não tem lógica, mas, comparando com o que ocorreu com outras lojas, foi esse estabelecimento de fato poupado pelos apelos de amigos aos manifestantes. O antigo proprietário, de origem alemã, teve sua residência destruída e fugiu. O nome "Americana" e o do novo dono indicam os grupos beneficiados.

A nota seguinte exemplifica o drama vivenciado pelos comerciantes de origem germânica:

"AO POVO DE PELOTAS

Tendo sido o meu prédio atingido durante a reação popular, originada pelos inomináveis crimes dos nossos inimigos contra os navios mercantes nacionais, venho ao povo desta cidade fazer as declarações abaixo, a fim de deixar perfeitamente esclarecido que as referências a meu

respeito, espalhadas por anônimos, são imerecidas e tendenciosas.

a) Sou brasileiro, possuindo, como comprovantes, as certidões de nascimento e casamento, que ponho à disposição de todos aqueles que disso desejarem certificarem-se.

b) Durante os anos de atividade nesta praça, jamais tive empregados que não fossem brasileiros.

c) Tenho cooperado sempre, dentro de minhas posses, para todos os festejos cívicos e patrióticos.

d) Nunca estive minha firma na lista negra aliada.

e) Nunca fui chamado à delegacia para ser ouvido, como participante de qualquer reunião de partidários do eixo, ou envolvido em qualquer discussão sobre a guerra.

f) Jamais pratiquei atos que justificassem as vexatórias alusões a meu respeito, e sempre me orgulhei de minha qualidade de brasileiro.

g) Finalmente, quando, no dia 19, convidado a participar do comício que então se realizava, fi-lo espontaneamente e orgulhosamente, empunhando a bandeira nacional, pois estava e continuarei solidário com o povo desta terra.

Pelotas, 24 de agosto de 1942.

G. KEIL"

(DIÁRIO POPULAR, 25 de agosto de 1942).

O documento demonstra o desespero do comerciante que, apesar de ter sido atingido pelas manifestações, ainda precisava se mostrar favorável a elas. O texto indica certa indignação e expressa uma súplica para que parassem de persegui-lo.

Sob a genérica acusação de ser "súdito do eixo", todos os alemães poderiam ser perseguidos. As notícias jornalísticas reforçavam que: "Indispensável é reavivar na consciência nacional os perigos da quinta-coluna" e que o Clube de Regatas Pelotense expulsara de seu quadro social os súditos do "eixo" (*Diário Popular*, 27 de agosto de 1942).

A leitura do texto sobre a atitude da diretoria do Clube de Regatas, formada por Carlos Stosch, presidente, Nelson Ebeling, secretário, Tschaffon, presidente do Conselho Superior, teuto-brasileiros ou brasileiros de origem alemã, lembra a ideologia anti-semita produzida pela propaganda nazista na Europa.

A nota informava:

"a gravidade da situação requer um cuidadoso exame interior dos elementos que conosco convivem. Todos devem estar voltados para dentro de nossas fronteiras, sempre vigilantes, e procurando sempre desarmar a mão criminosa dos traidores desalmados. [...].

Segregar, por miseráveis e contagiosos, os quintacolumnistas [...].

Em Pelotas esse combate ferrenho e incansável já foi iniciado. O Clube de Regatas Pelotense, compreendendo os benefícios dessa higienização nacional, acaba de realizar um expurgo no seu quadro de sócios [...] de nacionalidade pertencente ao 'eixo'."

É importante destacar que o expurgo, conforme a notícia, cumpria os objetivos de segregação e higienização. Para se safar das perseguições, os descendentes de alemães perseguiam os alemães, que até então eram seus sócios.

Outro jornal pelotense, *A Opinião Pública*, publicou notícias muito semelhantes sobre as manifestações contra os alemães e italianos, em agosto de 1942. No dia 21 daquele mês, publicou nota oficial do delegado de polícia proibindo "*quaisquer demonstrações populares; como manifestações, comícios, etc.*" Essa ordem proveio da Chefia de Polícia em Porto Alegre, e demonstra que os manifestantes haviam promovido atos ilegais.

A nota oficial publicada no mesmo jornal, proibindo *"a venda de retratos de personalidades do governo, álbuns, distintivos e ações de companhias, etc., que envolvam, de qualquer modo, coação moral aos compradores"*, em 16 de setembro de 1942, indica que até então essas vendas eram efetuadas. Em muitos casos, os lesados eram os teuto-brasileiros que precisavam demonstrar o patriotismo. A mesma edição traz declaração do Departamento de Imprensa e Propaganda, informando que o jornal tinha cumprido as orientações oficiais, o que explica por que os dois jornais pelotenses possuíam textos tão similares.

Além desses dois jornais pelotenses, o Diário Popular e a Opinião Pública, a documentação fotográfica e a História Oral também permitem reconstituir as manifestações e as violências em agosto de 1942, no município.

A figura 22, mostra como as passeatas e os comícios eram concorridos, que muitos militares fardados, estudantes uniformizados, mulheres e crianças deles participavam, levantando a mão com os dedos formando o "v" da vitória. Nem todos participaram espontaneamente, conforme relatos de depoentes: o senhor destacado na figura 23, de origem alemã, foi obrigado a desfilar com a bandeira do Brasil até o porto e, durante o trajeto, uma pessoa se dependurava nela para que ele sentisse o peso da nova pátria.



FIGURA 22 – COMÍCIO

FONTE: MAGALHÃES, Nelson Nobre. Coleção Pelotas Memória. Especial, 1992.



FIGURA 23 – PASSEATA

FONTE: MAGALHÃES, Nelson Nobre. Coleção Pelotas Memória. Especial 1992.

4.4 O vandalismo e a iconoclastia moderna sob a máscara do patriotismo

Entre os dias 18 e 19 de agosto de 1942, a multidão percorreu as ruas da cidade, invadindo, destruindo, queimando e/ou saqueando os estabelecimentos comerciais, profissionais, industriais e residenciais de muitos teuto-brasileiros, conforme demonstram as fotos das fogueiras feitas com móveis, na rua General Osório. Em destaque está a autoridade policial contemplando passivamente a destruição dos bens dos teuto-brasileiros.



FIGURA 24 – INVASÃO AOS ESTABELECIMENTOS DOS TEUTO-BRASILEIROS

FONTE: MAGALHÃES, Nelson Nobre. Coleção Pelotas Memória. Especial 1992.

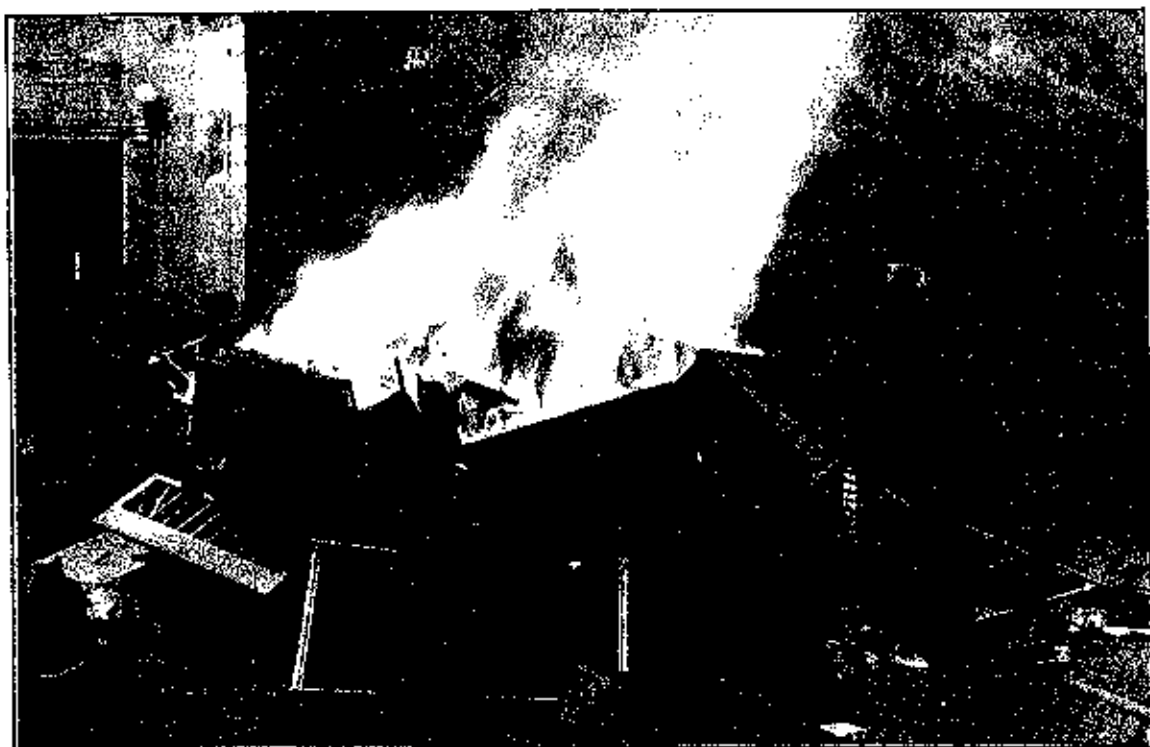


FIGURA 25 – INVASÃO DOS ESTABELECIMENTOS DOS TEUTO-BRASILEIROS

FONTE: MAGALHÃES, Nelson Nobre. Coleção Pelotas Memória. Especial 1992.

Na “Casa das Pedras”, onde havia uma cantaria, na Av. Fernando Osório, além da “Curva da Morte”, a destruição da propriedade de um “alemão” foi quase total, como pode ser observado a seguir:



FIGURA 26 – DESTRUIÇÃO DA PROPRIEDADE DE UM “ALEMÃO”

FONTE: MAGALHÃES, Nelson Nobre. Coleção Pelotas Memória. Especial 1992.

Próximo à Prefeitura Municipal, o fogo foi espetacular, ao queimar a mobília dos “súditos do Eixo”. A proximidade dos órgãos públicos denuncia a convivência e a participação das autoridades.

Conforme o relato de Edgar Alberto Brauner, que na época tinha apenas sete anos, o

“apedrejaram na cabeça de onde correu muito sangue. Isto quando estava caminhando, no abrigo dos bondes, ao lado da Prefeitura, fui chamado de quinta-coluna, porque era loiro. Quem fez isso foi um outro garoto. Na época incendiaram muitas coisas, até um Posto de Gasolina. Com medo, meu avô materno queimou todos os livros que tinha em alemão, lá se foi muita literatura boa. Eu sou uma vítima da guerra, pois hoje poderia falar o alemão, se meus pais não tivessem passado a falar um português arrevezado” (Depoimento concedido no dia 7/11/2001).



FIGURA 27 – QUEIMA DA MOBÍLIA DE UM “SÚDITO DO EIXO”

FONTE: MAGALHÃES, Nelson Nobre. Coleção Pelotas Memória. Especial 1992.

O incêndio no Hotel América, na rua Félix da Cunha, esquina com a rua Princesa Isabel, foto que está na sequência, comprova que a expressão usada por testemunhas de que “foi um clima de terror, pois havia incêndios por toda a parte” expressa uma realidade.



FIGURA 28 – INCÊNDIO NO HOTEL AMÉRICA

FONTE: MAGALHÃES, Nelson Nobre. Coleção Pelotas Memória. Especial 1992.

A Igreja dos Alemães ou Igreja São João, que se localiza na Praça Júlio de Castilhos, pertencente à comunidade luterana ligada ao Sínodo Rio-grandense, é por muitos conhecida por Igreja Queimada, devido ao incêndio criminoso promovido pelos manifestantes. Como se pode observar, foi completamente restaurada, mas as fotos antigas do interior do templo dão idéia de como foi o incêndio.

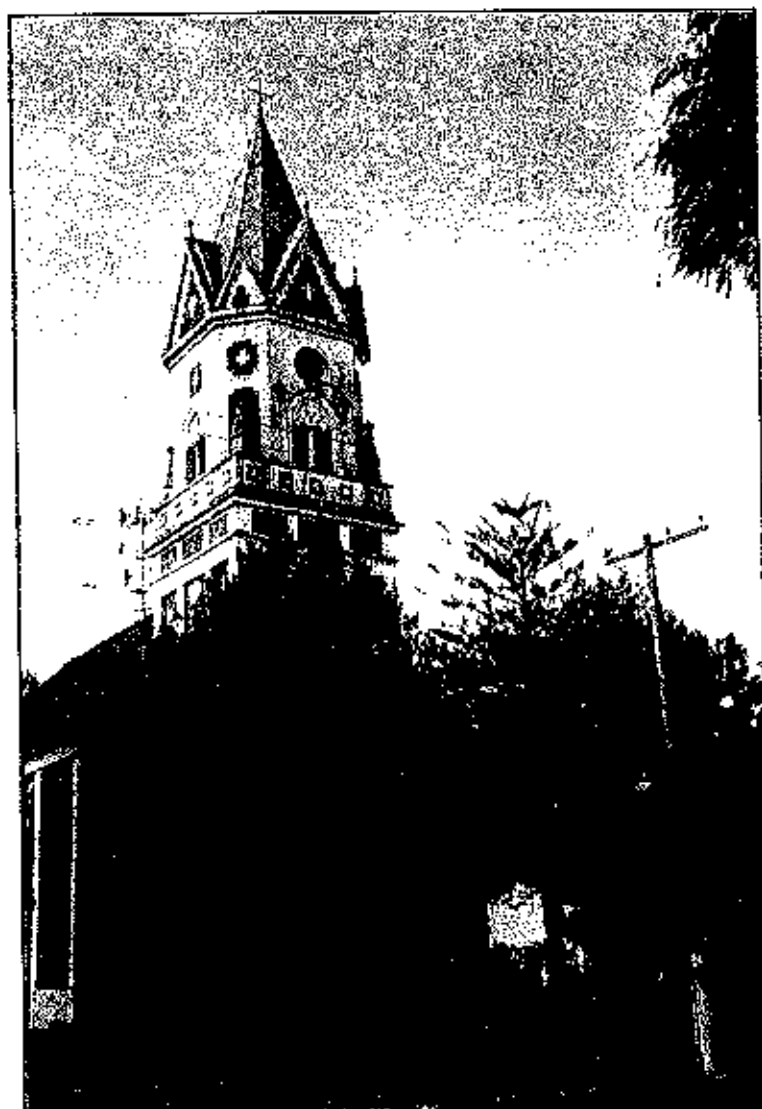


FIGURA 29 – IGREJA SÃO JOÃO

FONTE: Foto do autor.



FIGURA 30 – DESTRUIÇÃO DA IGREJA SÃO JOÃO

FONTE: Acervo da Comunidade Evangélica da Igreja São João,
reproduzida pelo autor.



FIGURA 31 – DESTRUIÇÃO DA IGREJA SÃO JOÃO

FONTE: Acervo da Comunidade Evangélica da Igreja São João,
reproduzida pelo autor.

Além de queimada, essa igreja foi saqueada, parte dos instrumentos sacros foi entregue ao bispo católico e ficou interditada pela polícia, de 1942 até o final da Guerra. Esse fato representou um prejuízo irrecuperável para os luteranos, tanto na evangelização, como na prática dos rituais litúrgicos. Algumas cerimônias religiosas passaram a ser realizadas, de forma discreta, nas residências dos fiéis. Uma análise preliminar indica que, enquanto essa religião foi perseguida pelas autoridades, a Igreja Anglicana apresentou significativa expansão, inclusive agregando antigos luteranos, contudo a falta de estudos específicos sobre a evolução das religiões na cidade de Pelotas não permite conclusões mais aprofundadas.

Uma outra Igreja Luterana, também de nome São João, foi atacada na mesma ocasião, sua torre foi dinamitada. Neste caso o templo pertencia aos luteranos de Missouri, nos Estados Unidos, e se localizava na zona rural de Pelotas, a cerca de 50 km da cidade (atualmente pertence ao município de Cerrito).

O ataque a essa igreja é muito significativo, porque ela pertencia a uma confissão religiosa que tinha sede no principal país aliado do Brasil na Guerra, e isso demonstra que as violências tiveram mais um cunho de perseguição étnica – pois era uma colônia de alemães – do que política.

Lembramos que a perseguição religiosa pela polícia era justificada, na ótica do Estado, pela vinculação e subordinação que os luteranos poderiam ter com a Alemanha nazista, mas, nesse caso, não havia nenhuma relação. De qualquer forma, também foram presos dois pastores dessa religião, no campo de

concentração de "Daltro Filho" (conforme depoimento de Berthold Engelaridt, em 11/9/1998).



**FIGURA 32 - IGREJA LUTERANA SÃO JOÃO, LOCALIZADA
NA ANTIGA ZONA RURAL DE PELOTAS, ATUAL
MUNICÍPIO DE CERRITO**

FONTE: Foto do autor.

Conforme depoimento de Zeli Krause Munsberg, “só sobraram as paredes da igreja”, prenderam e torturaram alguns homens, entre eles seu avô, que foi primeiro espancado na casa paroquial, depois levado para Pelotas, em cuja delegacia morreu; de lá o corpo foi trazido, no dia seguinte, num caminhão do exército. A vinculação entre as autoridades e o assassinato de Pedro Munsberg é evidente.



FIGURA 33 – TÚMULO DE PEDRO MUNSBURG

FONTE: Foto do autor.

Os militares disseram que Pedro havia-se enforcado na fechadura da porta da cela. Devido a isso, teria sido enterrado inicialmente nos fundos do cemitério, porque a tradição determinava que os suicidas não deveriam ser enterrados no terreno sagrado. No entanto, a comunidade tinha e tem a convicção

de que ele foi morto pela polícia, e mudou sua sepultura para um lugar destacado, no interior do cemitério. Com essa morte, ficam inconsistentes as versões de que os manifestantes apenas atacaram bens materiais, preservando a integridade física dos perseguidos.

Caracterizando o desrespeito cultural e religioso, os agressores colocaram um cavalo no altar e representaram seu batizado. Ainda conforme o relato da senhora Zeli, liderança naquela comunidade religiosa, depois do episódio, todos fugiram para os matos, e, apesar do inverno, lá ficaram refugiados quatorze dias. Esquentavam a mamadeira das crianças no meio das pernas, porque não queriam fazer fogo para evitar sinal de fumaça, tal era o pavor de serem presos.

Depois, *"a alemoada se uniu e ficaram escondidos com as armas, na beira da estrada, para se protegerem de novos ataques"*. Na cidade, a situação também era de pavor, porque *"enquanto saqueavam as casas comerciais, a polícia ficava sentada só olhando"*.

O medo provocou o isolamento e a solidariedade nessa colônia. Ao invés de destruir as características germânicas do grupo, o episódio fortaleceu os laços étnicos. Alguns velhos não aprenderam o português e os casamentos, até o final do século XX, eram realizados, quase que exclusivamente, na própria comunidade, apesar de bem próximo dali existir outra colônia alemã, da Igreja de Confissão Luterana.

Ainda que já se tenham passado cerca de sessenta anos, todos na vila conhecem o episódio, que é lembrado através da tradição oral. Ari Munsberg pensa que o ato autoritário do governo influenciou no comportamento político da

comunidade: *"até hoje a colônia é sempre situação"*. Lembra que lhe contaram acerca do desejo de alguns fugirem para Morro Redondo, onde seria mais seguro. Sobre o enterro de Pedro, explica que, devido ao impedimento de passar o caixão pelo portão do cemitério, foi ele empurrado por baixo da cerca. A respeito do notório isolamento da comunidade, disse que isso promoveu *"a perda da identidade do grupo, porque não conservou nem os elementos alemães nem brasileiros"*. Ari tem *"orgulho de ser alemão"* [de origem alemã], apesar de, quando era feirante em Pelotas, em 1996, vendendo os produtos da colônia, ter sentido preconceitos: disseram-lhe que *"não compravam de alemão"* (depoimento gravado em 27/6/1999).

Nesses dois depoimentos, fica evidenciada a violência étnica. O luteranismo era a religião de um número significativo de alemães e o batizado do cavalo, em 1942, foi uma humilhação para os colonos. Nessa ação, ficou em primeiro plano a intenção de desmoralização religiosa, ao invés da propalada vingança política. A restrição comercial gravada na memória do agricultor indica que os descendentes de alemães ainda sofrem preconceitos. As autoridades não promoveram nenhuma indenização pelo assassinato de Pedro ou pelos danos materiais ao templo.

Com relação ao preconceito étnico, na atualidade, é necessário que seja relativizado. Nas entrevistas, também foi dito que ele não é generalizado; quanto mais alto o nível sócio-econômico, menores foram as reclamações.

O relato de Luiz Henrique Hepp, agricultor na mesma colônia, nascido em Cruz Alta, em 1907, confirma que *"botaram dinamite na torre da igreja"* e que torturaram e mataram Pedro Munsberg. Luiz vivenciou o episódio e também foi

perseguido, lembra que *"um colono que tinha o filho no exército se escapou"*. Pedro foi espancado na casa do pastor, onde *"o suspenderam com cordas e puxaram seu pênis"*. Os agressores *"colocaram os cavalos sobre nós, era para os alemães entregar as terras e as casas, os brasileiros queriam tomar conta"*. Foram os militares que trouxeram o corpo: - *"o exército fazia o que queria!"* Depois do episódio, *"viviam escondidos no mato"* (conforme depoimento feito em 27/6/1999).

As informações confirmam que, junto com as violências policiais e religiosas, havia interesse dos agressores nas terras da colônia. A localidade onde Luiz nasceu, Cruz Alta, indica que, devido às limitações de terra naquela região, cerca de 450 km ao norte de Pelotas, os descendentes de alemães retornaram à zona meridional do Rio Grande do Sul. A colônia foi formada após 1930, numa área onde havia a hegemonia luso-brasileira.

Entre a zona colonial e a urbana de Pelotas, os armazéns da periferia da cidade, de propriedade de teuto-brasileiros, eram os pólos de atração dos agricultores. Ainda em 1942, concentravam as atividades comerciais; neles, os colonos se hospedavam, vendiam sua produção, compravam os alimentos que não produziam (e também tecidos, roupas, ferramentas, insumos agrícolas,...), aplicavam capitais a juros, recebiam informações e ampliavam a vida social. No bairro Fragata, existia o comércio dos Treptow, onde atualmente é uma pequena ferragem da mesma família, enquanto, nas "Três Vendas", a casa comercial dos Tessmann se destacava. Esses dois estabelecimentos comerciais foram saqueados e destruídos, conforme já relatamos, mas os depoimentos dados pelos filhos dos donos, Hilda

Treptow Weiberg e Rudi Tessmann, que, na época, tinham 26 e 16 anos, respectivamente, permitem conhecer melhor o fato.

O pai da senhora Hilda, Fernando Treptow, nasceu em São Lourenço, portanto, havia-se deslocado de uma colônia alemã localizada ao norte de Pelotas para negociar na cidade, quase ao lado do quartel do exército. Ele construiu, além do estabelecimento comercial, uma grande casa, com 25 quartos, *"era um labirinto e tudo ficou destruído"*. O marido de Hilda tinha uma fábrica, com 42 empregados, que foi incendiada. Os saques foram iniciados no dia 18 de agosto de 1942 e se prolongaram até a tarde do dia 19 de agosto de 1942. A ordem era para que *"não agredissem a família"*, então *"três mil pessoas"* roubaram e queimaram tudo. *"Três dias depois ainda estava esfumaçando"*. O pastor Alfred Simon foi obrigado a *"ficar duas noites de pé no quartel, não o deixavam dormir"*. Hilda concluiu afirmando:

" – Eu tenho tanta coisa para contar que precisaria dias e dias, semanas (...).

Pedro não morreu sozinho" (Depoimento concedido no dia 26/6/1999).

Brunhilda Weinberger, filha de dona Hilda, na mesma ocasião, se reportou ao episódio: *" – Eu fiquei com uma cicatriz. Do dia para a noite não pude falar em alemão"*.

Além da destruição do capital comercial e industrial e dos traumas, Fridoldo Rutz, que trabalha na atual Ferragem Treptow, lembra que *"os luteranos foram para a Igreja Episcopal"* (anglicana) (depoimento concedido em 26/6/1999).

Entre os Treptow, havia um médico cuja filha teve sua cadeira de rodas

furtada no momento dos saques. Anos mais tarde, esse médico foi chamado para atender um paciente numa residência e lá encontrou a cadeira de rodas da filha.

Rudi Tessmann soube do ataque aos Treptow, do outro lado da cidade, viu o incêndio e, preocupado, pediu proteção policial. A polícia lhe respondeu que *"não iria acontecer nada, era apenas uma manifestação popular"*.

Quando a multidão chegou, os Tessmann ficaram apavorados: saquearam tudo, derramaram os latões de óleo de linhaça, não havia como resistir. *"O exército não prendeu ninguém que roubava. Teve gente que começou casas comerciais graças ao saque"* (conforme depoimento concedido em 30/6/1999).

O pai de Rudi, convicto de que o governo do Estado fora omissos e conivente com o saque, ingressou na justiça, solicitando indenização, através do advogado Antônio Gomes da Silva. Em 1952, ganhou a ação, mas recebeu muito menos do que havia perdido, e em títulos do Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

Guilherme Tessmann, quando conseguiu reaver algum dinheiro, pagou aos colonos que faziam investimentos financeiros com ele. Ficou sem dívidas, mas arruinado financeiramente.

Rudi é liderança importante na comunidade de confissão luterana, na Igreja São João, a "Igreja Queimada". Sobre o ataque ao templo lembra que: – *"eles viraram animais, agiram como selvagens"*

O relato de Enilda Gastal Echenique – nascida em 18 de novembro de 1914, descendente de franceses, com vinte e sete anos naquele trágico 18 de

agosto de 1942, que morava defronte ao quartel da Brigada Militar, na esquina das ruas Almirante Barroso com a avenida Bento Gonçalves – sobre a invasão e saque da casa residencial que ficava na esquina oposta é impressionante:

"Houve a depredação e saque na casa dos alemães. O senhor Nieckele era comerciante, pessoa correta, mas invadiram a casa. Atiraram coisas pelas janelas, travesseiros e acolchoados de penas de ganso. Enquanto havia uma nuvem de penas no ar, pessoas roubavam tudo. Fiquei impressionada e telefonei para a polícia, mas os policiais disseram: - 'não temos nada a fazer!' Então as pessoas ficaram horas lá, roubaram quantidade de coisas, depredaram e esvaziaram a casa.

Vi que era uma anarquia completa, fiquei horrorizada. Tudo isso acontecendo ao lado do quartel da Brigada Militar, que não fez nada.

A casa era um encanto de cuidada, até então, mas ficou arrasada, com as janelas abertas e as penas voando; retiraram tudo, não botaram fogo, mas levaram até os aparelhos sanitários.

A família dos alemães não estava na casa quando ocorreu o ataque, nunca mais habitaram a residência, que era ótima. Eles eram gente muito boa. Perderam tudo e se mudaram para São Paulo.

A cidade estava um horror, tinha grupos de pessoas, andavam pelas ruas, com o doutor Pereira Lima na frente, era uma anarquia.

Fiquei em casa, com os pais, apavorada, foi um absurdo" (depoimento concedido em 25/6/2001).

Fica clara a indignação com a inércia da polícia, que tinha ordens para não coibir os saques. A casa referida era do proprietário da Ferragem Nieckele, a mesma que mudou de nome para Ferragem Americana, e que, como vimos anteriormente, nas notícias dos jornais, ficou com Manoel da Silva Palmeira, que agradeceu publicamente aos manifestantes o espírito ordeiro e patriótico.

Ainda que em Porto Alegre e Curitiba também tenham ocorrido centenas de depredações e saques, a intensidade, a extensão temporal e geográfica das que

se perpetraram em Pelotas, então com cerca de 60.000 habitantes, transformaram a cidade e a zona rural num inferno para os alemães e seus descendentes. No interior, os homens foram levados presos em caminhões requisitados pela polícia, como se fossem gado. Ao contrário da acusação genérica de que eram inimigos nazistas, a maioria entrevistada insistiu que a perseguição foi cultural, religiosa e baseada em características físicas. Exemplifica essa afirmação a perseguição sofrida pela senhora Margot Dockendorf, judia de origem alemã, que teve comércio no centro de Pelotas: na Europa, fugiu dos nazistas; no sul do Brasil, sofreu por ser considerada "súditã do eixo" (SCHWARTZ, 1994: 29).

Em São Lourenço do Sul também ocorreram violências, no interior do município a polícia prendeu os colonos em grande quantidade, os levava para a cidade em caminhões. Na área urbana, grupos de origem portuguesa invadiram casas, mas não há relatos de incêndios. Ao contrário de Pelotas, os descendentes de alemães eram maioria absoluta, certamente isso inibiu o vandalismo.

A ação policial, em São Lourenço, desde janeiro de 1942, já vinha reprimindo abertamente aos teuto-brasileiros em suas manifestações culturais. Conforme o documento da delegacia de polícia, a violência foi oficial e mais transparente.



Repartição Central de Polícia

Delegacia de Polícia de São Lourenço

Ao Povo do Município de São Lourenço

Em vista do encaminhamento das relações diplomáticas com a Alemanha, Itália, Japão e suas possessões, o Excmo. Sr. E. Carmel Anselmo Py, Chefe de Polícia, baixou as instruções adiante transcritas para serem observadas em todo o território do Estado.

A Delegacia de Polícia deste município está aparelhada para garantir a ordem e fazer cumprir e fazer essas instruções, apêlo com toda a força contra todos aqueles que tentarem contra os supremos interesses nacionais.

Temos a certeza de que o laborioso povo deste município saberá se portar à altura que a situação exige, mantendo as ordens emanadas das autoridades constituídas e denunciando qualquer ato de traição aos elevados interesses do Brasil. Cada brasileiro, digamos desse nome, será um soldado vigilante contra os espies, contra os falsos patriotas, contra os traidores do nosso amado país.

São presos e processados de acordo com as leis em vigor, cujas penas vão desde a reclusão até a pena de morte, todos aqueles que se opuserem às instruções referidas, que são as seguintes:

I) Os estrangeiros, nacionais da Alemanha, Itália e Japão e suas possessões devem comunicar à autoridade policial a sua residência, dentro de quinze dias, a contar de 29 do corrente;

II) Aos estrangeiros referidos no item anterior não é permitido:

a) Viajarem de uma localidade para outra sem licença da polícia (Salvo Conduto);

b) Reunirem-se, ainda que em casas particulares e a título de comemoração de caráter privado (aniversários, bodas, baptizes, etc.);

c) Discutirem ou trocarem ideias em lugar público sobre a situação internacional;

d) Mudarem de residência sem prévia comunicação à Delegacia de Polícia;

e) Viajarem, por via aérea, sem licença especial da polícia;

f) Obterem licença para portarem armados e registarem armas, ficando, nesta data, cassados todos os registros e autorizações concedidos anteriormente para o porte de arma;

g) Obterem licença para negociar com armas, munições ou materiais explosivos ou que possam ser utilizados na fabricação de explosivos, ficando igualmente cassadas todas as licenças anteriormente concedidas para esse fim;

III) Os estrangeiros, a que se referem os itens anteriores, ficam obrigados a entregar, dentro de quinze dias, a contar de 29 do corrente, na Delegacia de Polícia, ou nas sub-delegacias, nos distritos, suas armas de qualquer espécie, mesmo registradas ou licenciadas, bem como as munições respectivas;

IV) Fica proibido:

a) Distribuir escritos em idioma das Potências com as quais o Brasil rompeu relações (Alemanha, Itália e Japão);

b) Cantar ou tocar hinos das referidas potências;

c) Fazer saudações peculiares a essas potências;

d) Usar o idioma das mesmas potências em conversações em qualquer lugar público, inclusive cafés, bares, restaurantes, hotéis, cinemas, lojas, etc.;

e) Exibir em lugar acessível ou exposto ao público, retratos de membros de governos daquelas potências;

f) Deverem ser detidos aqueles que ostensivamente ou em lugar público manifestem simpatia pela causa das referidas potências;

g) Deverem ser arrecadados todos os livros e materiais de propaganda política em favor daquelas potências, existentes em livrarias, especialmente estrangeiras ou casas particulares;

h) Deverem ser interditadas as estações emissora de rádio-amadores e apreendidas aquelas que pertencerem a estrangeiros súditos daquelas potências;

i) Deverem ser interditadas as aviação pertenceres a súditos pertencentes às potências do Eixo;

IX) Finalmente, a polícia deve oferecer absoluta garantia à pessoa e aos bens dos súditos das potências do Eixo e não permitir que a sua honra seja ultrajada. Outrossim, a população nacional brasileira deve manter-se no mesmo espírito de ordem e perfeita disciplina com que vem até agora assistindo o desenrolar dos acontecimentos internacionais, não lhe sendo permitido atitude agressiva para com os súditos das nações adversárias residentes no território brasileiro.

A Delegacia de Polícia deste município confia em que não se fará necessária a coação para a perfeita cumprimento destas instruções.

São Lourenço, 31 de janeiro de 1942.

Bel. Dionísio B. D. Peretti
Delegado de Polícia

FIGURA 34 – DOCUMENTO DA DELEGACIA DE POLÍCIA DE SÃO LOURENÇO

4.5 A exceção e influências políticas do episódio

Nem todos os teuto-brasileiros sofreram perseguições, mas o medo e o terror foram sentidos. Adolfo Antônio Fetter, ex-secretário da agricultura do Estado, em 1963, que em 1942 era adolescente, lembra que o *"quebra-quebra foi uma coisa horrrosa"*. Foram pedir ajuda a seu pai – produtor de arroz e dono do engenho para beneficiar o produto –, que havia sido vereador pelo partido governista. Seu pai teve um armazém colonial nas Três Vendas, depois foi gerente do engenho de arroz do Coronel Pedro Osório, passou a ser sócio noutra engenho, continuou arrendando terras para plantar, beneficiando e comercializando o produto. Com esse processo, acumulou algum capital que lhe permitiu adquirir as terras arrendadas, em muitos casos dos luso-brasileiros que estavam sofrendo a crise pecuária. Sua família, desde então, tem captado os votos de um significativo número de colonos, que *"normalmente preferem o partido que está no poder"*. Também recorda ter assistido a alguns incêndios e constrangimentos, naqueles dias de agosto de 1942: foram avisar que *"iam tocar fogo no engenho do pai, por vingança de um ex-empregado, o governo designou um brigada para cuidar"*. Contudo o brigadiano teria declarado que, *"caso a multidão viesse, não impediria, o pai então o dispensou e, armado com amigos, fez a segurança do engenho"*.

Nesse caso, os manifestantes não saquearam, destruíram, incendiaram ou espancaram. Os investimentos do pai continuaram prosperando; no próprio contrato de arrendamento das terras, havia uma cláusula prevendo a venda para o arrendatário, após três anos; caso o proprietário desistisse, teria que pagar uma significativa multa. A fertilidade inicial das terras favoreceu a produtividade do arroz

que, agregado do valor de beneficiamento e comercialização, favoreceu a capitalização da família, que se tornou proprietária de alguns milhares de hectares de campo. O pai de nosso entrevistado foi Prefeito de Pelotas, mas o senhor Adolfo Antônio não esqueceu o que diziam os vereadores comunistas, liderados por Antonio Ferreira Martins, advogado trabalhista, cujas palavras de ordem, em 1945, eram: *"combate aos tubarões, aos quinta-colunas, aos capitalistas"* (conforme depoimento concedido em 23/6/2001).

Pelo exposto na documentação jornalística, pela História Oral e pelas fotos, pode-se afirmar que as "manifestações" foram uma grande violência contra os teuto-brasileiros, tendo provocado a destruição e o êxodo de vultosos recursos econômicos. Tais fatos ajudam a compreender o atraso da região colonial, na zona meridional do Estado.

Os colonos italianos também sofreram perseguições, algumas casas comerciais de ítalo-brasileiros, como a Alfaiataria Capri, foram saqueadas. Na zona rural de Pelotas, na Colônia Grupeilli, os efeitos da campanha de nacionalização e do culto ao ditador ainda são visíveis. Conforme pode ser observado na foto 32, o teto do salão principal do Hotel Grupelli reproduz a bandeira do Brasil, para comprovar o "espontâneo" patriotismo produzido no Estado Novo.

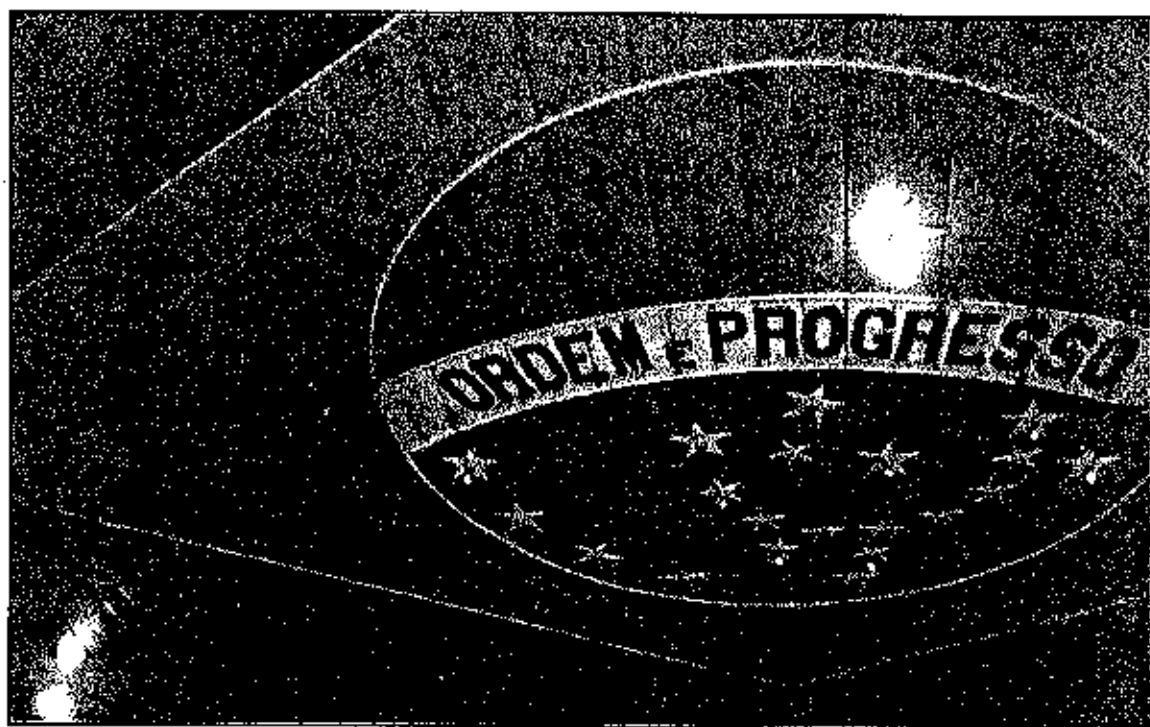


FIGURA 35 – BANDEIRA DO BRASIL REPRODUZIDA NO TETO DO HOTEL GRUPELLI
FONTE: Foto do autor, outubro de 2000.

A foto de Getúlio Vargas continua exposta, guarnecida por ramos de palmas benzidas sobre vasos de flores, periodicamente renovadas. O mito getulista e o nacionalismo autoritário ainda estão presentes.

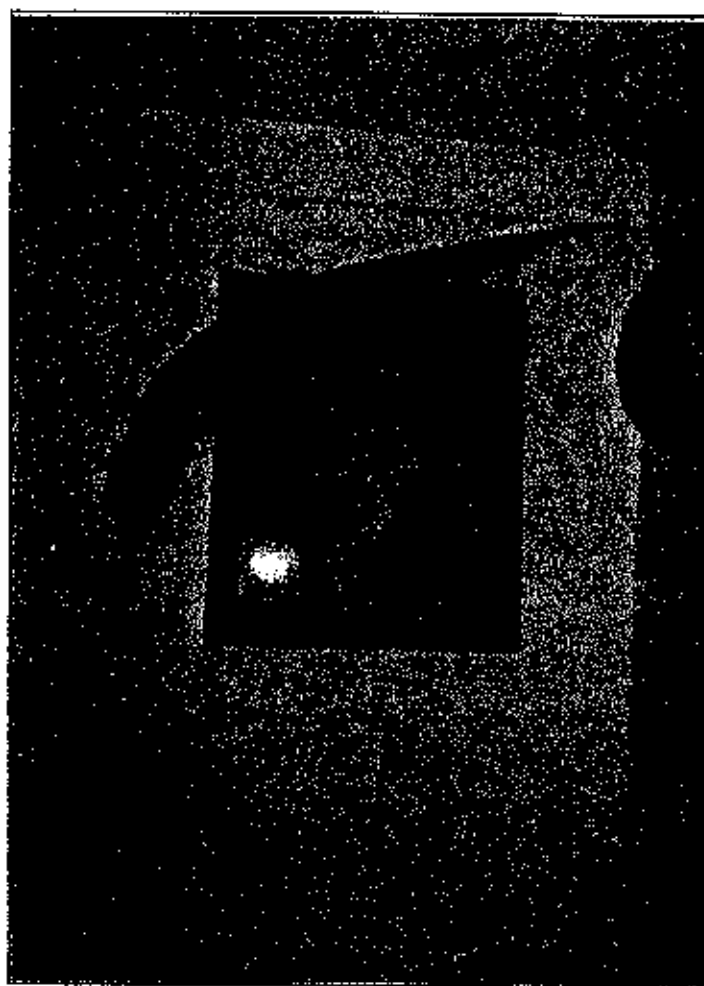


FIGURA 36 – FOTO DE GETÚLIO VARGAS

FONTE: Foto do autor, outubro de 2000.

As denominações de pontes, posto de saúde e escolas, na zona colonial de Pelotas, refletem uma homenagem constante ao interventor Cordeiro de Farias.

4.6 O totalitarismo fascista do Estado Novo posto em prática em Pelotas

O rigoroso controle policial exercido sobre os colonos pode ser constatado na estatística policial publicada na revista Vida Policial, de janeiro de 1944, onde há a informação sobre a concessão de milhares de "salvo-condutos".

DELEGACIA POLICIAL DE PELOTAS	
EXPEDIENTE	
Recebido:	
Offícios	723
Fonogramas, telg. e rádio-gramas	274
Circulares	58
Boletins da R.C.P.	17
Memoranda	44
Programas radiofônicos	728
Programas cinematográficos	633
Expedido:	
Offícios	1025
Fono e telegramas	302
Salvo-condutos	3097
Folhas corridas	2
Carteiras de identidade civil	486
Atestados	1733
Outros expedientes	18873
MOVIMENTO CRIMINAL	
Indagações policiais remetidas a Juízo	
Relativas a crimes de diversas espécies e acidentes, atingiram o total de 171.	
Prisões efetuadas:	
Por crimes	459
Por contravenções	716
Total:	1175
Queixas registradas	157
Ocorrências verificadas	585

FIGURA 37 – ESTATÍSTICA POLICIAL

FONTE: VIDA POLICIAL, janeiro, 1944, p.41.

A mesma revista havia noticiado, em abril de 1942, a existência de organizações nazistas em Pelotas, e de fato existiram nazistas na região, mas o uso de fatos anteriores à guerra, a generalização e os exageros da polícia criaram uma situação de hostilidade aos teuto-brasileiros.



FIGURA 38 – FESTEJOS DO DIA DO TRABALHO EM PELOTAS, POSSIVELMENTE EM 1937.

FONTE: VIDA POLICIAL, abril de 1942, p. 40

Em maio de 1942, foram produzidas mais notícias sobre a ação do nazismo em Pelotas, especificamente a respeito da *USCHLA*, a justiça partidária de Hitler. Ainda que o episódio fosse referente a janeiro de 1938 – reportando-se, portanto, ao período em que o Brasil mantinha estreitas relações com a Alemanha –, a conclusão dos policiais era um aviso sobre o que seria feito meses depois, nos dias 18 e 19 de agosto, na cidade.

O texto promove o ódio étnico e justifica a violência:

"Mas a *USCHLA* [sic] fracassou no Rio Grande do Sul, pois a Polícia Política, que é a polícia de vigilância constante da tranquilidade pública, que é a polícia de profilaxia social,

purificando as coletividades e livrando-as do 'virus' nefasto de agentes de toda a espécie, cumpriu a sua missão, desarticulando e extirpando os males específicos da sífilis totalitária, que, seja dito, de passagem, não são incuráveis, bastando empregar a reação pronta, adequada e enérgica para debelá-los.

E a reação deve ser a força. O panorama da Europa prova que não foi a questão do destino de Estados secundários que arrastou-a à guerra, mas a compreensão profunda, **que nós sempre tivemos**, de que os avanços no nacional-socialismo e sua política de muro-na-mesa só podiam ser refreados quando se opusesse a força à força.

Foi pelo tacão de bota que o Nazismo se manteve até hoje, no poder. É pelo tacão de bota que cumpre exterminá-lo, se si quiser novamente respirar livremente no universo. Esta deve ser a norma de todos os que estão decididos a salvaguardar a sua existência e a sua liberdade, contra a opressão e o vandalismo brutal de um sistema degenerado e sem escrúpulos.

"A violência gera a violência..." (VIDA POLICIAL, maio de 1942, p. 33).

Como já havíamos destacado, os principais patrocinadores da revista *Vida Policial* eram os próprios colonos, que deveriam demonstrar patriotismo, ou seus concorrentes, como os comerciantes coloniais de origem lusa, que prosperaram intensamente após o episódio.

**Armazem, Ferragem
e Depósito Colonial**

Rua Professor Dr. Araújo N.º 465

Telef. { M. R. 105-185
R. G. 164
CAIXA POSTAL 140
End. Telegr. „PEROLI“

Joaquim Oliveira & Cia. Ltda.
IMPORTADORES E EXPORTADORES

Filial — RIO GRANDE
RUA GENERAL OSÓRIO, 530

PELÓTAS
RIO GR. DO SUL - BRASIL

**FIGURA 39 – ANÚNCIO DE UM DOS MAIORES BENEFICIADOS
COM A DESTRUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS
DOS TEUTO BRASILEIROS EM PELOTAS. PROSPEROU
ACELERADAMENTE APÓS 1942.**

FONTE: VIDA POLICIAL, março de 1942, p. 51.

Essa relação entre interesses comerciais dos luso-brasileiros e a perseguição étnica aos descendentes de alemães, embasada numa suposta defesa do Brasil ao nazismo, foi explicitada no artigo *"Patriotismo Militante"*, de Renato Rosa, publicado no *Correio do Povo*, não por coincidência, no dia 18 de agosto de 1942:

"Foi aqui que, principalmente os descendentes dos bárbaros germânicos, encontraram os meios de prosperar, muitas vezes devido a nossa tolerância. Porque eles

enriqueceram não só com o comércio, com o estrangeiro, mas também, vendendo ao Brasil".

Nessa citação, fica novamente evidenciado que o conflito comercial entre as etnias teve maior preponderância do que a questão do perigo nazista.

A ordem do chefe de polícia do Estado, de 20 de agosto de 1942, já referida, ao mesmo tempo que determinava o fim das manifestações, reconhecia-lhes a brutalidade.

"Tendo a população já expandido suficientemente os seus sentimentos de desagravo patriótico, o próprio decoro do Brasil exige que não se adotem os métodos brutais de represália que caracterizam a selvageria de nossos inimigos.

Tenente-coronel Aurélio da Silva Py" (JORNAL CORREIO DO POVO, 21/8/1942).

Além dos interesses nas terras e no comércio dos teuto-brasileiros, as perseguições religiosas foram marcantes na região. Afora as depredações nas igrejas, as sistemáticas prisões de pastores luteranos foi generalizada em Pelotas. Conforme carta do pastor Dohms, enviada de São Leopoldo, em 2 de dezembro de 1942, para o chefe de polícia Aurélio Py, há a denúncia de que

"em fins de agosto e em setembro, alguns pastores, diáconos e professores, membros da Igreja foram presos pelas autoridades locais em atenção a denúncias que, examinadas, não podem subsistir.

[...] Sob o manto do patriotismo, combatem o Cristianismo.

[...] Sinto em ter de reconhecer outra fonte de denúncia falsa em círculos religiosos fanáticos. [...].

Finalmente parece que alguns pastores foram presos porque em agosto e setembro ainda moravam na zona de fronteira. (...).

Talvez pelo mesmo motivo quase todos os pastores do sul do Estado – município de Pelotas e São Lourenço – foram presos, entre eles o pastor Simon, de Pelotas, sobre o qual o livro de Vossa Excelência publica documentos significativos. O senhor Simon nunca foi chefe do partido nacional-socialista em Pelotas, como dizem alguns, mas sim foi expulso pelo partido em consequência de atividades que assumiu, atitude essa bem patente pelos referidos documentos. Pertencem ao número dos que foram presos nos mencionados municípios ainda o P. Júlio Witzel, setuagenário, sem ligações ou atividades políticas, atualmente em tratamento médico em Porto Alegre; o senhor H. Wandschneider, que sofre de insuficiência cardíaca e outros.

Não removemos estes pastores porque fomos informados que não seria considerada faixa de fronteira, no sentido da polícia, o sul do Estado" (S. R. 19/4, documento 3).

A carta do pastor denuncia setores da Igreja Católica que usaram do propalado combate ao nazismo para tentar impedir a prática das religiões protestantes na região. Os pastores de Pelotas e São Lourenço foram presos, não porque os municípios fossem de fronteira com outros países, mas porque eram a fronteira com a hegemonia luso-brasileira católica.

A selvageria e os métodos brutais foram praticados em várias cidades, mas a região sul do Estado foi o palco de uma das mais sórdidas batalhas da Segunda Guerra Mundial.

CONCLUSÃO

"Nasci no comércio.

A mercadoria chegava nas Três Vendas, em Pelotas, onde era o ponto de comércio mais forte. Depois foi destruído pela guerra".

Lili Plum

Comerciante – São Lourenço

(SALAMONI, 1996: capa)

As violências impostas aos descendentes de alemães, no sul do Brasil, na região próxima a Pelotas, durante a Segunda Guerra Mundial, fazem parte de um amplo processo histórico. As depredações nas igrejas luteranas, as prisões dos pastores, denominados de bárbaros hereges, o isolamento dos colonos sob controle policial, a proibição do uso da língua alemã, as destruições e os saques das indústrias e casas comerciais, a demissão de trabalhadores teuto-brasileiros, os linchamentos públicos, o assassinato de Pedro Munsberg, o "batizado" do cavalo no altar, a omissão policial na defesa dos direitos das minorias étnicas foram ações que reproduziram conflitos tradicionais na História da chamada Civilização Ocidental. Alguns fatos, como a proibição do uso da língua da comunidade e a perseguição religiosa, nos remetem ao Império Romano, outros às Cruzadas, à Contra-Reforma e ao Tribunal do Santo Ofício. Contudo, os conflitos nacionalistas e imperialistas, manifestos nas duas guerras mundiais, associados às migrações e

seus efeitos econômicos, como as disputas fundiárias e comerciais, balizaram os problemas descritos. A ditadura do Estado Novo, que inicialmente impunha um modelo de nacionalismo xenofobista e que, após julho de 1941, se subordinou à ideologia do pan-americanismo, é outro elemento explicativo dos acontecimentos.

O município de Pelotas é um dos territórios de encontro entre os latifúndios luso-brasileiros e os minifúndios coloniais, de confronto entre católicos e protestantes, de conflito entre os interesses comerciais e industriais de diferentes etnias. Esses conflitos econômicos e religiosos foram aclarados nos dias 18 e 19 de agosto de 1942. A destruição e a evasão do capital teuto-brasileiro, na região, favoreceu a estagnação econômica do sul do Estado e ampliou o isolamento das colônias rurais. As alianças comerciais promovidas entre o Brasil de Vargas e a Alemanha de Hitler, baseadas no "Sistema de Marcos Compensados", haviam favorecido o comércio e a industrialização dos teuto-brasileiros. O rompimento das relações e a declaração de guerra à Alemanha estão relacionados com a subordinação do Brasil ao projeto militar, comercial, industrial e financeiro dos Estados Unidos.

Nas chamadas "manifestações patrióticas" de 1942, a polícia esteve subordinada ao exército, que teve ordens para se manter afastado das depredações. Naquele momento, a ausência do Estado de Direito, promovida pelo Estado Novo, foi aclarada pela conivência e arbitrariedades das autoridades locais. Dois fatos exemplificam, no seu simbolismo, as interações globais, nacionais e locais, a mudança do nome e dos proprietários da Ferragem Nieckele, que passou a

ser "Ferragem Americana", e o transporte do corpo de Pedro num caminhão do Exército.

O possível ataque de submarinos alemães aos navios brasileiros foi uma justificativa para a explosão de uma guerra interna aos teuto-brasileiros, que já estava latente desde a ocupação norte-americana no Nordeste brasileiro. A máquina publicitária formada pelo cinema, rádios e jornais, em favor do pan-americanismo, foi reforçada por ações pragmáticas de vingança contra os "quinta-colunas".

Entre os colonos e os descendentes de alemães na zona urbana, existiram aqueles que eram nazistas. Esses eram minoritários, não esboçaram qualquer resistência significativa ou efetivaram os propalados atos de sabotagens. No caso específico do afundamento dos navios mercantes brasileiros, no mês de agosto, quando a imprensa noticiou que morreram cerca de duzentos militares, nenhuma informação significativa para a armada alemã poderia ter partido da região de Pelotas. As devassas, os saques e os interrogatórios demonstraram não a culpa, mas a inocência dos acusados. Caso exemplar foi o do pastor Alfredo Simon: foi processado pelos nazistas e acusado de antigermânico, por ter participado da retirada da bandeira com a suástica, então o símbolo oficial da Alemanha, na atual Sociedade 15 de Julho, nas Três Vendas, no entanto, foi preso durante anos pela polícia gaúcha, por ser considerado nazista.

A rápida ascensão econômica e social dos descendentes de alemães no Rio Grande do Sul, e em Pelotas, em comparação aos luso-brasileiros, favoreceu os conflitos étnicos.

O mito das relações pacíficas entre as diversas etnias, na formação social rio-grandense, já desgastado pelos recentes estudos sobre negros e índios, é também descartado no que se refere à colonização alemã. As análises que excluem a região do município de Pelotas da zona colonial do Estado e explicam o desenvolvimento de colônias alemãs apenas por fatores psicológicos e culturais, precisam ser revistas. A estagnação econômica e o conservacionismo político do Brasil meridional também estão relacionados com a evasão e/ou destruição do capital colonial.

Ainda durante a República Velha, a dinâmica produção colonial suplantou, em importância econômica, as atividades relacionadas à pecuária tradicional, no Rio Grande do Sul. Paralelos a esse processo, formaram-se preconceitos contra os colonos, ocorreram clamores para que ficassem fixados à terra, nos minifúndios. De certa forma isso ocorreu durante a II Guerra, quando os colonos só podiam deslocar-se com os "salvos-condutos" fornecidos pela polícia.

A ação da polícia gaúcha refletiu e reforçou o totalitarismo fascista do Estado Novo. O inimigo diabólico a ser perseguido, isolado e exterminado eram os alemães "dolicocefalos".¹¹ As torturas físicas e psicológicas foram comprovadamente aplicadas em teuto-brasileiros acusados de serem nazistas. A nível nacional, os

¹¹ Tipo humano cuja largura do crânio tem quatro quintos do comprimento.

procedimentos mais violentos estiveram sob a coordenação de policiais norte-americanos.

Ainda que principalmente os teuto-brasileiros tenham sido vítimas da perseguição policial e, em muitos casos, reclusos em campos de concentração, com trabalhos forçados, a lógica da violência foi generalizada.

Através das determinações policiais, o governo interferiu nas atividades educacionais, tanto nas escolas como nas famílias e nas diversas manifestações culturais. Enquanto a capoeira, esporte dos negros, deixou de ser considerada crime para fortalecer a produção do nacionalismo, o carnaval popular foi coibido. Os teuto-brasileiros tiveram todas as suas atividades artísticas e esportivas típicas, como as festas coloniais, os grupos folclóricos de danças e cantos, os clubes de tiro, absolutamente proibidas.

Além da repressão, as autoridades promoveram intensa propaganda do Estado Novo, com desfiles cívicos, horas cívicas nas escolas, divulgação de cartazes e filmes produzidos pelo Departamento de Imprensa e Propaganda. Nas zonas coloniais, a Campanha de Nacionalização intensificou essas atividades.

A estrutura de coerção e publicidade da Alemanha Nazista serviu de modelo para a polícia gaúcha. As idéias e as práticas das "custódias protetoras", do serviço secreto, dos desfiles com gestos nazistas e o isolamento de grupos étnicos foram moldadas pelo nazismo, na fase inicial da Guerra.

As atividades policiais no Rio Grande do Sul foram ampliadas, com a formação de milícias rurais, organizadas pelos fazendeiros. Essa prática revitalizou

o coronelismo local. Praticamente todos os custos da ação repressiva eram pagos pelos próprios vigiados ou presos, através de diversas taxas. As prisões e as torturas tiveram caráter seletivo, conforme a condição social dos acusados: quanto mais ricos, menores eram as arbitrariedades.

Ao final da Guerra, dezenas de policiais foram processados por furtos e arbitrariedades cometidas contra os teuto-brasileiros, inclusive a alta cúpula da polícia. O julgamento foi denominado pela imprensa como "Nürenberg às avessas" e prejudicado pelos sucessivos incêndios criminosos nos locais que guardavam a documentação (Central de Polícia, Arquivo Público, Antigo Colégio Júlio de Castilhos e o Tribunal de Justiça).

As perseguições religiosas aos luteranos, e mesmo aos teuto-brasileiros católicos, foram permanentes quando a etnia alemã se manifestava. Ainda que os conflitos com os luso-brasileiros tenham sido nítidos no Período Imperial e na República Velha, foi durante o Estado Novo que a evangelização luterana sofreu os mais sérios revezes. As prisões em massa dos pastores e a interdição das igrejas prejudicou de maneira irreparável os luteranos.

As centenas de escolas luteranas, que funcionavam junto às igrejas, foram, com raras exceções, usurpadas pelo Governo do Estado. Essas escolas, tornadas públicas, exaltavam a figura do ditador e o regime, além de incutir o catolicismo nas crianças. O ensino da língua alemã foi extirpado dos currículos escolares, mesmo nas escolas secundárias e, nas de nível superior, deixou de fazer parte dos vestibulares. Esse processo desorganizou a autonomia pedagógica e

política das comunidades e, depois da Guerra, persistiu como importante aparelho ideológico de reprodução dos governos autoritários.

Portanto, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, sucessora do Sinodo Rio-Grandense, foi esbulhada de significativa parte de seu patrimônio, principalmente prédios escolares, terrenos e cemitérios. Além de não ser indenizada pelo Estado, perdeu muitos de seus fiéis para outras religiões, como a Anglicana e a Católica.

Ainda que a pesquisa bibliográfica, documental e a História Oral suportem essas conclusões, há necessidade de promover novos estudos sobre: os conflitos na zona colonial do sul do Estado, como a Revolta dos Colonos de São Lourenço do Sul no século XIX; o desenvolvimento da Igreja Anglicana em Pelotas; a persistência do isolamento, na época atual, de colônias alemãs na região; a negligência das autoridades com a ação da tuberculose nos presídios, que ceifou dezenas de vidas; a guerra publicitária e comercial entre alemães e norte-americanos, na fase inicial do Estado Novo; as estratégias alemãs para recuperar o mercado gaúcho no pós-guerra; o persistente preconceito, ainda que limitado, aos teuto-brasileiros e o comportamento político-eleitoral dos colonos após 1945.

A transcendência desse estudo está presente também na discriminação contemporânea que alguns teuto-brasileiros ainda sofrem na região sul do Estado, e que pode ser percebido no relato de uma moça (que preferiu ficar anônima):

"Minha mãe me contava histórias sobre os alemães, do tempo da Guerra, em Pelotas. Houve um que teria

tentado colocar veneno na caixa de água, aquela que fica na praça defronte à Santa Casa. Não sei se é verdade, mas talvez por isso eu tenha ódio aos alemães. Não tenho nada contra os índios, negros ou qualquer outra raça [sic], mas com alemão não me casaria de jeito nenhum, prefiro morrer solteira”.

Alguns mitos sobre a formação social rio-grandense precisam perder sua aparência histórica. Entre eles, estão as idéias de que o processo de colonização alemã não gerou conflitos, da convivência sempre fraternal entre as etnias e religiões, e da relação necessária entre colonização alemã e desenvolvimento sócio-econômico.

A suposição de que Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, não exerceu um governo totalitário, com características fascistas, porque também exercia a cooptação, a conciliação e o populismo, não tem fundamento frente à prática coercitiva da estrutura policial.

As Delegacias de Ordem Política e Social, as DOPS, as técnicas de tortura nos interrogatórios de Terceiro Grau, a influência e a colaboração policial norte-americana (Operações Condor), foram elementos do aparelho repressivo do Estado Novo largamente utilizados, também, durante o período Ditatorial Militar (1964-1985). A influência policial-militar, baseada na violência arbitrária, ultrapassou os limites dos primeiros governos de Vargas, se manteve com Dutra (ex-ministro da guerra de Vargas), manifestou-se na República do Galeão, favoreceu o Golpe de 1964 e continua persistente como demonstram as denúncias da Anistia Internacional.

BIBLIOGRAFIA

ABECK, Helmut. Colaboração germânica no Paraná nos últimos cinquenta anos (1929-1979). Entre Rios, 1980.

ABREU, Marcelo de Paiva. O Brasil e a economia mundial (1929-1945). In: **História Geral da Civilização Brasileira.** Tomo III, 4º Vol., São Paulo: Difel, 1986.

ADORNO, Theodoro e HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALMEIDA, Ângela Mendes de. A República de Weimar e a Ascensão do Nazismo. São Paulo: Brasiliense, 1990.

AMADO, Janaina. Conflito Social no Brasil: a revolta dos Mucker. São Paulo: Símbolo, 1978.

ANDERSEN, Benedict. Nação e consciência nacional. São Paulo: Ática, 1989.

ANJOS, Marcos Hallal dos. Estrangeiros e Modernização: a cidade de pelotas no último quartel do século XIX. Porto Alegre: PUC, Dissertação de Mestrado no Curso de Pós-Graduação em História da PUC, mimeo., 1986.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA IMPORTAÇÃO. 1942-1944. Departamento Estadual de Estatística. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1947.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EXPORTAÇÃO. Porto Alegre: D.E.E., Livraria do Globo, 1949.

ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. Coleção Debates. São Paulo, 1972.

ARENDT, Hannah. O sistema totalitário. Lisboa: Dom Quixote, 1978.

ARENDT, Hannah. Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

- BEVENUTO, Estela Carvalho. **A polícia política e a revista Vida Policial**. Porto Alegre: PUC/IFCH, 1997. Dissertação de Mestrado.
- BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Ed UnB, 1986.
- BOLETIM DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTATÍSTICA. Pelotas, 1940.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BRESCIANI, Maria Stella. **Liberalismo; ideologia e controle social: um estudo sobre São Paulo de 1850 a 1910**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975. Tese de Doutorado.
- BRESCIANI, Maria Stella. *A guisa de apresentação*. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 7, n. 14, mar/ago, 1987. p. 195-229.
- BULLOCK, Alan. **Hitler e Stalin, Vite Paralela**. Italy: Garzant Editore, 1995.
- BURKE, John. **History of England**. Londres: Collins, sd.
- BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.
- CAMARGO, Dilan. **O Padrão Político e Institucional do Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1983. Dissertação de Mestrado em Ciência Política.
- CAMARGO, H. L. A. **A "colônia" alemã de Santos e a construção do "perigo alemão": da formação do "expurgo (1822-1943)**. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1996.
- CANCELLI, Elizabeth. **O mundo de violência: a polícia da Era Vargas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.
- CARNEIRO, M. L. T. **O anti-semitismo na Era Vargas. Fantasmas de uma geração (1930-1945)**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CARNEIRO, M. L. T. e STAUSS, D. **Brasil, um refúgio nos trópicos**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- CARONE, E. **A Segunda República (1930-1937)**. São Paulo: DIFEL, 1973.
- CARONE, E. **O Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo: DIFEL, 1977.

- CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CASTORIADIS, C. **Os destinos do totalitarismo e outros escritos.** trad. Zilá Bernd e Elvio Funck. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- CHESNAUX, Jean. **Hacemos tabla rasa del pasado – A propósito de la Historia y de los historiadores.** México: Siglo XXI, 1981.
- CHIARETTI, Marco. **Segunda Guerra Mundial.** São Paulo: Ática, 1998.
- COARACY, Vivaldo. **A Colônia de São Lourenço e seu Fundador Jacob Rheingantz.** São Paulo: Saraiva, 1957.
- COELHO DE SOUZA, J. P. **Denúncia: o nazismo nas escolas do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Thurmman, 1941.
- CORSETTI, B. *A reação do Estado Novo aos movimentos políticos da zona da colonização do Rio Grande do Sul.* In: **Revista de História: ensino e pesquisa.** Vol. 1, nº 3, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: política externa e projeto nacional.** São Paulo: UNESP/FAPESP, 2000.
- CÔRTEZ, Geraldo de Menezes. **Migração e Colonização no Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1958.
- CRUZ, Glenda Pereira da. *Pelotas Espaço Construído no Início da República* In: WEIMER Gunter (org.). **Urbanismo no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Prefeitura de Porto Alegre, 1992.
- CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilização e a constituição do “front interno” em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).** São Paulo: FFLCH – USP, 1998. (Tese de Doutorado).
- CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilização e o Cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial.** São Paulo: Geração Editorial/EDUSP, 2000.
- DARCANHY, Raul. **O pan-germanismo no sul do Brasil.** Rio de Janeiro: s. e., 1915.
- DE PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO A ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: Censos do RS. 1803-1950.

- DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Jornal. **Brasil – Estados Unidos: factores de amizade entre as duas grandes pátrias americanas.** Rio de Janeiro, 1939.
- DE DECCA, Edgar S. de. **1930: o silêncio dos vencidos.** São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DE FELICE, R. e GENTILE, E. **A Itália de Mussolini e a origem do fascismo.** Trad. Fátima C. Murad. São Paulo: Ícone, 1988.
- DIAS, O. **O trabalhador no discurso fotográfico do jornal A Gazeta (1930-1945).** Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH – USP, 1993.
- DIAS, O. **DOPS a lógica da desconfiança.** Rio de Janeiro: APERJ, Secretaria de Estado da Justiça, 1993.
- DIEGUES JR., Manuel. **Imigração, urbanização e industrialização: estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil.** Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/MEC, 1964.
- DREHER, Martin. **Igreja e Germanidade.** São Leopoldo: SINODAL, 1984.
- DURO, Magda de Almeida. **História da Igreja Luterana São João de Pelotas (1888-1988).** Monografia do Curso de História da UFPeI, 1995.
- DUTRA, E. R. F. **O ardil totalitário. Imaginário político no Brasil dos anos 30.** Rio de Janeiro/Belo Horizonte: UFRJ/UFMG, 1997.
- ECO, Umberto. **Como se faz uma tese.** São Paulo: Perspectiva, 1992.
- ESTATÍSTICA JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: D.E.E., Livraria do Globo, 1943.
- FACHEL, José Fraga. **Os Grupos de Bolão e os "Kränzchen" em Santa Cruz do Sul, I Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros.** Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Filosofia da URGs, Porto Alegre: Graf. URGs, 1986.
- FACHEL, José P. G. **O Fim dos Farrapos.** Porto Alegre: UFRGS, 1980. (Mimeo).
- FACHEL, José P. G. **As Cisões Políticas entre os Farroupilhas Durante a Guerra de 1835 a 1845 no Rio Grande do Sul.** Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- FALCON, Francisco e MOURA, Gerson. **A Formação do Mundo Contemporâneo.** Rio de Janeiro: Campus, 1989.

- FAUSTO, B. (org.). **A Revolução de 30: Historiografia e História**. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- FILHO, C. **O canto do vento. A história dos prisioneiros alemães nos campos de concentração brasileiros**. São Paulo: Scritta, 1995.
- FONSECA, Pedro C. Dutra. **RS: Economia & Conflitos Políticos na República Velha**. Série Documenta 18. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Grall, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FREYRE, Gilberto. **Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.
- GAMBINI, Roberto. **O Duplo Jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo**. São Paulo: Símbolo, 1977.
- GAY, Peter. **O Estilo na História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GERTZ, René E. **O Fascismo no Sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- GERTZ, René E. **O Integralismo na Zona Colonial Alemã**. In: **RS: Imigração e Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- GERTZ, René E. **O Perigo alemão**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1991.
- GERTZ, René e FISCHER, Augusto (org.). **Nós, os Teuto-Gaúchos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.
- GERTZ, René. **Cidadania e Nacionalidade: História e Conceitos de uma Época**. In: **Nacionalização e imigração alemã**. Organização de Telmo Müller. São Leopoldo: UNISINOS, 1994.
- GERTZ, René. **Max Weber e Karl Marx**. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. trad. Márcia L. Nunes. 6ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. **Regionalismo e Centralização Política**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- GONZAGA, Sergius (org.) [et al]. **RS: Cultura e Ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- GRAMSCI, A. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- GRANDO, Marínes Zandevalhi. **Pequena agricultura em crise, o caso da Colônia Francesa no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE (tese nº 14), 1990.
- HABERMAS, J. **L'espace public**. Paris: Payot, 1978.
- HALL, Michael. *Trabalhadores imigrantes*. In: **Trabalhadores**. Campinas: Fundo de Assistência à Cultura, 1989.
- HANDA, Tommo. **O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, Centro de Estudos Nipo-brasileiros, 1987.
- HILTON, Stanley. **A Guerra Secreta de Hitler no Brasil: a espionagem alemã e a contra-espionagem aliada no Brasil, 1939-1945**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- HITLER, Adolf. **Minha luta**. São Paulo: Moraes, 1983.
- HOBSBAWM, Eric. **Mundo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios; 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- HUGGINS, Martha. **Polícia e Política: as relações EUA – América Latina**. São Paulo: Cortez, 1998.
- HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IANNI, O. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

IANNI, O. **A idéia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

Kestler, Izabela Maria *Então - "O exílio no paraíso perdido"*

KIPPER, Maria Hoppe. **A Campanha da nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz (1937-1945)**. Santa Cruz do Sul: APESC, 1979.

KIPPER, Maria Hoppe. *A Nacionalização em Santa Cruz do Sul*. In: **Nacionalização e Imigração Alemã**. Org. Telmo Müller. São Leopoldo: UNISINOS, 1994.

KNIESTEDT, F. **Memórias de um imigrante anarquista** (tradução e organização de René Gertz). Porto Alegre: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Fransiscana, 1989.

KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. **A Política Cultural do Estado Novo no Rio Grande do Sul: Imposição e Resistência**. Porto Alegre: PUC, 1994. (Dissertação de Mestrado).

KONRAND, Dorge Alceno. **1935: A Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: PUCRS, 1994. (mimeo). (Dissertação de Mestrado).

KOTAIT, Ivani. **Editoração Científica**. São Paulo: Ática, 1992.

KOTHE, Mercedes Gassen. *Os alemães no Brasil: preservação da língua, dos usos e costumes*. In: **Migracione**. Münster, fev., 1991, v. 2, nº 1.

KREUTZ, Lúcio. *A Escola Teuto-Brasileira Católica e a Nacionalização do Ensino*. In: **Nacionalização e imigração alemã**. Organização de Telmo Müller. São Leopoldo: UNISINOS, 1994.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 1992.

LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. *Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul*. IN: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (org.). **RS: migração e colonização**. 2ª ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

LAQUEUR, Walter. **O Terrível Segredo – A verdade sobre a manipulação de informações na "solução final" de Hitler**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

LEFORT, Claude. **A Invenção Democrática: os limites do totalitarismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

- LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (org.). **Hacer la História: nuevos problemas.** Barcelona: Laia, 1985.
- LE GOFF, Jacques. **História e Nova História.** Trad. Carlos da V. Ferreira. Lisboa: Teorema, 1986.
- LE GOFF, Jacques. (org.). **A História Nova.** Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- LEITE, D. M. **O Caráter Nacional Brasileiro.** São Paulo: Pioneira, 1969.
- LENHARO, A. **A sacralização da política.** Campinas: Papirus/UNICAMP, 1986.
- LEVINE, R. **O Regime Vargas: os anos críticos, 1934-38.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- LIMA, Pedro Motta e MELLO, José Barbosa. **El Nazismo em el Brasil - Proceso Del Estado Corporativo.** Buenos Aires: Editorial Claridad, 1938.
- LOVE, Joseph L. **O regionalismo gaúcho.** São Paulo: Perspectiva, 1971.
- LUIZIETTO, Flávio Venâncio. **Os constituintes em face da imigração.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975. Dissertação de Mestrado.
- LUTERO, Martinho. **Obras Seleccionadas.** V. 5, São Leopoldo: SINODAL, 1995.
- MACEDO, Clara Maria. **A prosperidade de Pelotas pela iniciativa de sua gente.** Pelotas: UCPel, Monografia do Curso de Pós-Graduação a nível de especialização em História do Brasil, mimeo, 1993.
- MAFESSOLI, M. **Dinâmica da violência.** Trad. Cristina M. V. França. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais / Vértices, 1987.
- MAFESSOLI, M. **Violência totalitária.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MAFESSOLI, M. **Lógica da dominação.** Trad. Mamed de S. Freitas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MAGALHÃES, M. **Sentimento e perda de identidade: o pequeno burguês nazificado.** Curitiba, 1995. (mimeo).
- MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. **Pangermanismo e Nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1998.

- MAGALHÃES, Mario Osorio. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**. 2ª ed., Pelotas: EDUFPe/Livraria Mundial, 1993.
- MAGALHÃES, Mario Osório. **Os Passeios da Cidade Antiga**. Guia Histórico das ruas de Pelotas. Pelotas: Armazém Literário, 1994.
- MAGALHÃES, Nelson Nobre. **Pelotas Memória**. Especial 1992. Pelotas, 1992.
- MAISKI, I. **Quem ajudou a Hitler**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- MALAN, Pedro Sampaio. *A Nova Ordem Internacional em Geração nos Anos 40*. In: **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III, 4º vol., Rio de Janeiro: Difel, 1986.
- MANFROI, Olívio. *Imigração Alemã e Italiana. Estudo Comparativo*. **Anais do II Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros**. Porto Alegre: EST, Caxias do Sul: UCS, 1978.
- MANVELL, Roger. **SS e Gestapo – a caveira sinistra**. Rio de Janeiro: Editora Renes Ltda., 1974.
- MARINAS, José Miguel e MARINA, Cristina Santa. **La Historia Oral: métodos e experiências**. Madri: Unigraf, 1993.
- MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações**. São Paulo: Atlas, 1982.
- MAUCH, Cláudia e VASCONCELLOS, Naira (orgs.). **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas: Ed. da ULBRA, 1994.
- MENDONÇA, Nadir Domingues. **O Uso dos Conceitos: uma questão de interdisciplinaridade**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MICELIS, S. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: DIFEL, 1979.
- MOOG, Vianna. **Um rio limita o Reno**. Porto Alegre: Globo, 1940.
- MORAIS, F. **Olga: a vida de Olga Benário Prestes, judia comunista, entregue a Hitler pelo Governo Vargas**. 3ª ed., São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.
- MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MÜHLINGHAUS, Friedrich. In: WITT, Osmar Luiz. **Igreja na migração e colonização**. São Leopoldo: SINODAL, 1996.

MULHALL, Michael. **O Rio Grande do Sul e suas colônias**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1974.

MÜLLER, Elío E. **Três Forquilhas 1900-1949**. Curitiba: Italprint, 1993.

MÜLLER, Telmo Lauro. **Colônia alemã. História e Memória**. 2ª ed., Porto Alegre: EST, 1981.

MÜLLER, Telmo Lauro. **Colônia alemã: 160 anos de História**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia Lourenço Brindes, 1984.

MÜLLER, Telmo Lauro. **Nacionalização e Imigração Alemã**. São Leopoldo: Ed. da UNISINOS, 1994.

NASCIMENTO, Heloisa Assunção. **Nossa cidade era assim**. Pelotas: Livraria Universal, 1989.

NASSER, D. **Falta alguém em Nürenberg**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966.

NEDEL, Rui. **Te arranca, alemão batata**. Porto Alegre: Tchê, 1986.

NETO, R. B. **A nossa Segunda Guerra – os brasileiros em combate, 1942-1945**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

NEWTON, R. C. **El cuarto lado Del triángulo – La amenaza nazi en la Argentina (1934-1947)**. Trad. Elvio Gandolfo. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1995.

OLIVEIRA, L. **Polícia e classes populares**. Cadernos de Estudos Sociais, (1), jan./jul., 1985.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi et al. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

ORTIZ, R. **Cultura e Modernidade**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

OS ARQUIVOS DAS POLÍCIAS POLÍTICAS. **Reflexos de nossa história contemporânea**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 1994.

OSÓRIO, Fernando Luís. **A Cidade de Pelotas**. Pelotas: Og. Tip. do Diário Popular, 1922.

PAIVA, César. **Die deutschsprachigen Schulen in Rio Grande do Sul und die Nationalisierungspolitik**. Dissertation zur Erlangung der Würde des Doktors der Philosophie der Universität Hamburg. Hamburg, 1984.

PAIVA, César. *Escolas de língua alemã no Rio Grande do Sul. O nazismo e a política de Nacionalização*. **Educação e Sociedade**. Revista Quadrimestral de Ciência da Educação, ano IX, n. 26, abril, Campinas, 1987.

PAZZINATO, Alceu Luiz e SENISE, Maria Helena Valente. **História Moderna e Contemporânea**. São Paulo: Ática, 1992.

PEDRO, Antônio. **A Segunda Guerra Mundial**. 2ª ed., São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1987.

PEDROSO, R. C. **Os signos da opressão – condições carcerárias e reformas prisionais no Brasil (1890-1940)**. Dissertação de Mestrado em História Social, Depto. de História, FFLCH – USP, São Paulo, 1995.

PAGAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PELLANDA, Ernesto. **A Colonização Germânica no RS**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1925.

PERAZZO, Priscila Ferreira. **O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

PERROT, M. **Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Burguesia Gaúcha. Dominação da Capital e Disciplina do Trabalho RS 1889-1930**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PICCOLO, Helga I. Landgraf. **A colonização alemã e o discurso abolicionista no Rio Grande do Sul**. Trabalho apresentado no 8º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã. São Leopoldo, 1988. Datilografado.

PIMENTEL, Fortunato. **Charqueadas e Frigoríficos**. S.e., sd.

- PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos Gerais de Porto Alegre**. Sinopse Estatística do Estado, nº 03, 1938.
- PINHEIRO, P. S. (org.). **Crime, violência e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PINHEIRO, P. S. **Estratégia da ilusão – A revolução mundial e o Brasil (1922-1935)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- PINHEIRO, P. S. **Escritos Indignados**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- PINHEIRO, P. S. e SADER. **O controle da polícia no processo de transição democrática no Brasil**. São Paulo: Temas IMESC, 2 (2): 77-95, 1985.
- PY, Aurélio da Silva. **O Nazismo no Rio Grande do Sul ("Segredo")**. Relatório da Polícia Civil. Porto Alegre.
- PY, Aurélio da Silva. **A 5ª Coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942.
- POLIAKOV, L. **O mito ariano: ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos**. Trad. Luiz João Gaio. São Paulo: Perspectiva/EDUSP, 1974.
- QUESTIONS ON GERMAN HISTORY. Bonn: German Bundestag, 1989.
- RABUSKE, Arthur. **A Nacionalização e a Igreja Católica**. In: **Nacionalização e imigração alemã**. Organização de Telmo Müller. São Leopoldo: UNISINOS, 1994.
- REICH, Wilhelm. **Psicologia de massa do fascismo**. Porto: Escorpião, 1974.
- RELATÓRIO DA BRIGADA MILITAR AO INTERVENTOR. 1943 e 1949.
- RIBEIRO JR, João. **O que é Nazismo**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.
- ROMANO, Roberto. **Conservadorismo romântico: as origens do Totalitarismo**. Coleção Primeiros Vãos, São Paulo: Brasiliense, 1981.
- ROSA, Mário. **Geografia de Pelotas**. Pelotas: EDUPPel, 1985.
- SAITO, H. (org.). **A presença japonesa no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz/EDUSP, 1980.

- SANT'ANA, S. B. B. **História Palinódica. Significações culturais de uma regionalidade teuto-brasileira.** Tese de Doutorado, São Paulo: FFLCH-USP, 1991.
- SANTOS, Armando Hyppolito dos. **Embargos oferecidos ao Supremo Tribunal Militar.** Santa Maria, 1946.
- SCHILLING, Voltaire. **O Nazismo: breve história ilustrada.** Porto Alegre: UFRGS/MEC, 1988.
- SCHWARTZ, Elisa. **O Vandalismo em Pelotas durante a Segunda Guerra Mundial (Agosto de 1942).** Monografia do Curso de História da UFPel. Pelotas, 1994.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro.** Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1982.
- SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930-1942.** O processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.
- SEITENFUS, Ricardo. **A Entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica. A ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí.** São Paulo: FFLCH-USP, 1976. (Tese de Doutorado).
- SEYFERTH, Giralda. *A antropologia e a teoria do branqueamento da raça no Brasil; a tese de João Batista de Lacerda.* In: **Revista do Museu Paulista.** São Paulo, 1985.
- SEYFERTH, Giralda. *A Liga Pan-Germânica e o perigo alemão no Brasil; análise de dois discursos étnicos irredutíveis.* In: **História: questões e debates.** Curitiba, jun./dez., 1989, v. 10, nº 18-19.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez & Moraes, 1991.
- SILVA, H. 1993, **Véspera da Guerra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção "Ciclo Vargas", vol. XI, 1972.
- SILVA, H. 1942, **Guerra no Continente.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção "Ciclo Vargas", Vol. XII, 1972.

- SILVA, H. 1944, **O Brasil na Guerra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção "Ciclo Vargas", vol. XIII, 1974.
- SILVA, J. L. Wernick da. (org.). 1. **O Feixe – O autoritarismo como questão teórica e historiográfica**. Vol. 1, Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- SILVEIRA, J e MORAES NETO, G. **Hitler/Stálin. O Pacto Maldito. Tudo sobre o que estremeceu o mundo**. Rio de Janeiro: Record, 1990.
- SIMMEL, Georg. **Estádios sobre las formas de socialización**. Alianza Universidad, 1986.
- SIMPÓSIO de História da Imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul. 2, **Anais**, São Leopoldo, 1976.
- SPALDING, Walter. *Ontem como Hoje, Germanismo e Nazismo*. In: **Vida Policial**, julho, 1943.
- SPENCER, R. e BARROS, M. **O fenômeno totalitário**. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiba/EDUSP, 1990.
- THOMPSON, J. **Ideologia e cultura moderna. Teoria Social Crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- THOMSON, David. **Pequena História do Mundo Contemporâneo – 1914-1961**. Tradução de J. C. Teixeira Rocha, 3ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- TORRES, Andréa Sanhudo. **A Campanha Nacionalizadora Cívico-Educativa e a Semana da Pátria na Imprensa de Porto Alegre (1937 – 1945)**. Porto Alegre: PUC-RS, mimeo, 1997.
- TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico**. São Paulo: Nobel, 1988.
- TRINDADE, H. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: Difusão Européia, 1974.
- ULLRICH, Carl Otto. *As colônias alemãs no sul do Rio Grande do Sul: conselhos aos imigrantes para o sul do Brasil*. JANNASCH, R. Bertim, 1958, in: **Ensaio FEE**. Porto Alegre, ano 5, nº 2, 1984.
- ULLRICH, Otto. *As Colônias Alemãs no Sul do Rio Grande do Sul*. In: **História em Revista**. V. 5, Pelotas: Editora Universitária/UFPel, 1999.
- VEYNE, Paul. **Como se escreve a História: Foucault revoluciona a História**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1995.

- VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.
- VIEIRA, Hermes e SILVA, Oswaldo. **História da Polícia Civil de São Paulo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.
- VIGEVANI, Tullo. **A Segunda Guerra Mundial**. Projeto Passo à Frente. Coleção Guerra e Paz. São Paulo: Moderna, 1986.
- VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Segunda Guerra Mundial. História e Relações Internacionais 1931-1945**. 2ª ed., Porto Alegre: UFRGS, 1989.
- VOVELLE, M. **Ideologias e Mentalidades**. Tradução M. J. Goldwasser. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- WARTH, Carlos. **Crônicas da Igreja**. Porto Alegre: Concórdia, 1979.
- WILLEMS, Emílio **A aculturação dos alemães no Brasil**. Estudo antropológico dos alemães e seus descendentes no Brasil. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1946.
- WILLEMS, Emílio. **Assimilação e Populações Marginais no Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1940.
- WITT, Osmar Luiz. **Igreja na migração e colonização**. São Leopoldo: SINODAL, 1996.
- WHITE, Hayden. **Meta-História**. São Paulo: EDUSP, 1992.
- WOLF, R. **Ases da espionagem**. São Paulo: Paumape, 1995.

JORNAIS (1937 – 1945)

CORREIO DO POVO. Porto Alegre.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre.
DIÁRIO POPULAR. Pelotas.

OPINIÃO PÚBLICA. Pelotas.

REVISTAS

REVISTA VIDA POLICIAL. Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, 1939-1945.

FONTES MANUSCRITAS

Livros de óbitos da Casa de Correção (1937 – 1945). Arquivo Histórico do Estado.

Livros de Registros das delegacias de polícia de Porto Alegre (1937 – 1945). Museu da Polícia Civil.

LOCAIS DE COLETA DAS FONTES

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Arquivo Histórico de Porto Alegre "Moysés Vellhinho".

Arquivo da Igreja São João (IECLB). Pelotas. RS.

Arquivo do Sínodo Riograndense. Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.

Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica. Porto Alegre. RS.

Biblioteca Pública Pelotense. Pelotas. RS.

Biblioteca de Rio Grande. RS.

Biblioteca Pública Estadual. Porto Alegre. RS.

Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades/UFRGS. Porto Alegre. RS.

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. RS.

Museu da Academia de Polícia Civil "José Faibes Lubianca".

Museu da Biblioteca Pública Pelotense. Pelotas. RS.

Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Porto Alegre. RS.

ENTREVISTADOS QUE FAVORECERAM A HISTÓRIA ORAL

Adolfo Antônio Fetter.

Ari Steffen Munsberg.

Benno Armindo Schirmer.

Berthold Engelhardt.

Bertholdo Weber.

Bruhilda Weiberger.

Edgar Alberto Brauner.

Enilda Gastal Echenique.

Fridoldo Rutz.

Hilda Treptow Weiberg.

José Antônio Mazza Leite.

Luiz Henrique Hepp.

Rudi Tessmann.

Willy Fuchs.

Zeli Krause Munsberg.